FRÉDÉRIC BASTIAT

Frédéric Bastiat

FRÉDÉRIC BASTIAT

2ª Edição

Sumário

Posfácio

Frédéric Bastiat

Economista perspicaz, jornalista ousado, panfletário sutil, enfim, filósofo corajoso, este homem aplicou toda a sua energia — o que o esgotou e lhe valeu uma doença implacável — procurando fazer compreender o que há de bem fundamentado no conceito liberal. Foi o primeiro a explicitá-lo de modo claro, agradável e quase definitivo.

Os políticos franceses apressaram-se, evidentemente, em desacreditar esse autêntico deputado federal, eleito em 1848, liberal solitário, sem dúvida o primeiro e, em todo caso, pioneiro.

A sua lembrança foi-se esfumando mais ainda porque homens de negócio pouco escrupulosos, construtivistas, intervencionistas, gente de todos os lados, uniram-se para ocultá-lo.

Foi com amargor que BASTIAT viu desmoronar-se a grande esperança que a Revolução de 24 de fevereiro de 1848 deixou por um momento entrever.

Ao evocá-la, ele lamentava o fato de não ter ela definido seu objetivo conforme a seguinte noção peremptória: "Não esperar senão duas coisas do estado: Liberdade e Segurança, e ter bem claro que não se poderia pedir mais uma terceira coisa, sob o risco de perder as outras duas".

Os franceses solicitaram mais que uma terceira coisa. Seduzidos ou confundidos pela vaga de propostas demagógicas da época, penderam rapidamente para a insidiosa deriva, ao mesmo tempo *construtivista e protecionista.*

No calor do engajamento, essa deriva lhes aparecia como inevitável. Mas, em nossos dias, eles partilham com outros povos o desagradável final a que ela conduziu.

Sabendo-se com os dias contatos, nosso lúcido pensador apressou-se em escrever. Sua mensagem é fecunda. Ela é fruto de suas reflexões em sua terra natal (Landes, no extremo sudoeste da França), com o concurso durante uns vinte anos de um grupo de amigos devotados, de opiniões por vezes divergentes, que lhe traziam a controvérsia.

Embora inacabada, sua obra é prodigiosa se levarmos em conta o curto lapso de tempo de seus 56 anos.

Traduzidos ainda durante sua vida, seus escritos, tiveram sucesso retumbante no estrangeiro, principalmente nos Estados Unidos... que, hoje, fazem os franceses descobri-los[1].

Reimprimindo, em 1893, em francês, trechos escolhidos de BASTIAT, Florin Aftalion precisa "que não se trata somente de reparar uma injustiça, mas, sobretudo, de mostrar que as ideias de um dos mais ferrenhos, defensores do liberalismo conservaram até hoje sua atualidade e sua pertinência. Que o autor se tenha, por vezes, enganado ao se aventurar na teoria pura, que seu estilo pareça bem marcado por sua época e que seu tom traia a ingenuidade de um espírito por demais íntegro, pouco importa".

Por ocasião de seu desaparecimento, os amigos reuniram seus escritos em seis e depois em sete volumes. Quando da reedificação de seu monumento, em 1950, algumas personalidades de sua região relembraram sua vida numa placa. Evocaremos então nosso ilustre compatriota, utilizando como fontes sejam as anotações dos primeiros, sejam as observações dos demais.

Frédéric BASTIAT nasceu em 30 de junho de 1801, em Bayonne, cidade portuária no oceano Atlântico, perto da fronteira franco-espanhola. As aventuras econômicas dessa cidade — que conserva a lembrança de porto livre outorgado em 1748 e a "onda de ouro que disso resultou", enquanto, ao mesmo tempo, sofria um brutal marasmo causado pela Revolução de 89, pela guerra sob Napoleão e pelo bloqueio inglês — impressionaram sem dúvida duramente o menino BASTIAT, provocando suas primeiras reflexões.

Órfão aos sete anos de idade, BASTIAT é confiado a seu avô, proprietário de terras de Mugron, e à sua tia Justine, que se ocupa de sua educação. Inscrito inicialmente no colégio de Saint-Sever, transfere-se sem seguida para o de Sorèze, no departamento de Tarn, a 300km de Mugron. Nesse colégio, BASTIAT recebe a base de sua formação. Além das letras (grego, latim, italiano, espanhol e inglês) e da matemática e ciências naturais, com "seções de trabalhos práticos bem conduzidos", o aluno "tomou gosto" pelas ideias gerais, a filosofia e a economia política. Foi também em Sorèze que BASTIAT aprendeu a tocar violoncelo, instrumento que "o descansava de seu trabalho intelectual" e entrecortava, ao longo de sua vida, suas horas de reflexão.

Ao sair de Sorèze, em 1818, aos 17 anos, seu avô decidiu que ele iria para Bayonne, para casa do seu tio, antigo sócio de seu pai, a fim de com ele iniciar sua vida de trabalho no comércio.

---

[1] Cf. depoimentos em seguida a esta introdução, assim como o posfácio de Henri Lepage.

Ao mesmo tempo "sonhador lúcido" e "ávido de conhecimentos", o jovem BASTIAT se dedica à leitura de tudo o que pode, lendo Adam Smith, aos 19 anos, e mergulhando depois em Jean-Baptiste Say.

Após seis anos trabalhando no comércio, volta para junto de seu avô, que vem a falecer no ano seguinte, em 1825. Ei-lo então, aos 24 anos, herdeiro de uma vasta propriedade, que passa a ter de administrar.

Leva para essa propriedade o maior número possível de livros e, acompanhado de seu amigo de infância Félix Coudroy, que se torna seu colaborador e conselheiro, dedica-se à leitura e ao estudo de autores como Smith, Say, Franklin, Ricardo, Destutt de Tracy, Charles Comte, bem como de filósofos, de Jean-Jacques Rousseau e Joseph de Maistre. Essa vida "exploratória e meditativa" em Mugron valeu-lhe a erudição que, mais tarde, viria a encantar os salões parisienses.

Mas BASTIAT também se revela bom administrador de terras, embora fosse acusado de se preocupar mais com suas reflexões do que com seu patrimônio. Assim, busca conhecer melhores meios de cultivar suas terras, valendo-se para tal da orientação de agrônomos de renome. E ia então aumentando esse patrimônio. Esbarrava, contudo, nas "desvantagens do sistema de arrendamento e no espírito de rotina dominante à época". Isso, porém, não deixou de se constituir para ele numa experiência altamente gratificante e que "os burocratas não conseguem conhecer".

Por ironia do destino, BASTIAT torna-se recebedor de impostos, sendo alvo de brincadeiras dos habitantes de Mugron — que não entendem como alguém que considera o imposto uma arrecadação desestabilizadora, "desordenada", contrária à ordem natural, uma resposta *ao que se vê* em detrimento *do que não se vê,* se torne um arrecadador de impostos.

Em julho de 1830, quando Paris derrubou o rei Carlos X, BASTIAT parte para a guerra, revoltado que está com as restrições reais à liberdade. Lutam em Bayonne e só retorna a casa depois de colocada a salvo a liberdade. Retoma sua pena e escreve sua primeira mensagem pública, um manifesto intitulado "Aos eleitores de Landes", no qual mostra e explica a esperança que a troca de regime lhe inspira. Daí por diante, não mais deixará de escrever.

É nomeado juiz de paz de seu cantão. Faz justiça meio displicentemente, "sentado numa cadeira, com os cotovelos sobre o espaldar, batendo à mesa com um corta papéis e desenhando bonecos à maneira dos estudantes". Pronuncia suas sentenças julgando "pelo bom senso e pela equidade", o que é bastante para os litigantes.

Em 1832, é eleito para o Conselho Geral do departamento de Landes. Aí batalha por um melhor equacionamento do imposto territorial.

Em 1848, é eleito deputado constituinte e, em seguida, é conduzido à Assembleia Legislativa, onde se torna "inclassificável", pois se revela republicano demais para os conservadores e conservador demais para os republicanos.

BASTIAT consegue isolar-se, graças à independência de seu espírito. "Não é necessário, diz ele, olhar com quem, mas por quem se vota. Sim, eu votei com a Esquerda, quando as legítimas reivindicações da classe pobre e o seu sofrimento foram desconhecidos. Sim, votei com a Direita, quando se tratou de resistir aos exageros das falsas ideias populares."

Embora não dotado de força oratória, sobe várias vezes à tribuna, sobretudo para defender o direito da associação de patrões e operários, em virtude de uma questão envolvendo a expropriação, e para reiterar sua hostilidade a todo e qualquer monopólio.

Escolhido para integrar a Comissão de Finanças da Assembleia, foi eleito seu vice-presidente por oito vezes consecutivas.

Mas sua atividade principal — à qual se atem com perseverança — é escrever.

Revoltado contra o protecionismo cego que domina, na França, a política econômica e que resulta num "encarecimento excessivo da vida, desproporcional aos salários", e priva a indústria e o comércio da estimulante concorrência estrangeira; entusiasmado com as ideias de Cobdén, Fox, Bright e outros, que na Inglaterra, levam avante o "bom combate" em prol da livre iniciativa; influenciado ainda pelo apego dos espanhóis à independência individual BASTIAT escreve *"Influência das tarifas francesas e inglesas no futuros desses dois povos"*. Aí compara as duas políticas econômicas: a inglesa, "que se abre pouco para a liberdade", e a francesa, "que afunda um pouco mais no obscurantismo do protecionismo".

Tal artigo, encaminhado ao *Journal des Economistes*, sem qualquer recomendação, é colocado no fundo da gaveta. Um dia, porém, descoberto pelo redator chefe, é publicado e consagra BASTIAT como economista. Logo é convidado a Paris, onde desembarca em 1845. Lá conhece Horace Say, presidente da Câmara de Comércio. E começa a publicar sem parar.

Em 1845, aparecem os seus primeiros *"Sofismas"*. Após nova viagem à Inglaterra, nos brinda com "*Cobden e a Liga*".

Em 1846, funda a primeira associação pró-livre iniciativa na França. Posteriormente, uma outra em Paris.

BASTIAT compreende que, num país centralizador como a França, o impulso dessa luta liberal deve partir do centro. Fixa-se então em Paris e inicia grande correspondência e escreve em grande quantidade de jornais e revistas.

Em 1847, apesar de doente, percorre a França fazendo conferências e chega mesmo a lecionar economia política.

Em 1848, começa "uma das lutas mais úteis e mais gloriosas" contra Pierre-Joseph Proudhon, o chefe de uma das facções utopistas e autor da "frase popular": "a propriedade é roubo".

Entre novembro de 1849 e março de 1850, Proudhon e BASTIAT trocam correspondência intensa e inúmeras publicações, nas quais, no dizer de Molinari, BASTIAT "recolhe um a um os argumentos de Proudhon e os quebra em mil pedaços".

Ao final dessa polêmica, BASTIAT sente que sua vida se esvai. Destruído pela tuberculose, ele sabe que o trabalho ao qual se dedicou lhe será mortal e que necessita de repouso para prolongar sua vida.

Não consegue, contudo, parar. Publica *Harmonias econômicas* e, depois, *Harmonias sociais*, um hino à paz social que ele dirige à juventude e no qual busca refutar a ideia de que "o lucro de uns é prejuízo de outros".

No outono de 1850, fugindo ao rigor do inverno parisiense que se aproxima, parte para Roma, em busca do "céu clemente da Itália".

No dia 24 de dezembro de 1850, ao cair da tarde, BASTIAT expira.

Dentre seus biógrafos, destaca-se Madame Cheuvreux, que diz ser "urgente que BASTIAT volte para explicar como a mecânica liberal é a única a poder acionar convenientemente o mundo". "Ele saberia ainda, diz ela, mostrar os planejadores empedernidos, aos tecnocratas, por que parte se deve pegar a máquina econômica, a única que pode dispensar esse "social" decantado por todos os demagogos".

De resto, a virtude de BASTIAT está no fato de que ele não se limita a mostrar: ele demonstra. Demonstra com inesgotável abundância de argumentos, fundamentalmente, trazendo novas luzes sobre as questões da atualidade.

Obviamente, ninguém deve pretender resolver os problemas de nosso tempo com preceitos do século passado. O que se precisa

observar, porém, é que, ao contrário do que proclamam seus detratores, o caminho liberal não encerra a vida numa coletânea de receitas econômicas. Ele é possível porque está baseado na observação das leis naturais que regulam os processos da vida e, consequentemente, os encadeamentos econômicos e sociais. Tais leis são, evidentemente, as mesmas que regem, em outra escala, o cosmos.

Ora, não viria ao espírito de ninguém (salvo ao dos construtivistas arrebatados) querer transgredir essas leis. Elas são imutáveis, mesmo se transformam, a cada segundo e perpetuamente, o mundo.

O que BASTIAT põe em evidência é que os comportamentos e os atos humanos — no que toca o econômico e o social — não escapam a essa regra, contrariamente à versão ingenuamente capciosa de Jean-Jacques Rousseau.

O que ele preconiza está, por conseguinte, em harmonia com as formas que movem o universo. Assim como elas não envelhecerão jamais, o conceito liberal em estado puro será sempre verdadeiro. Eis porque ler BASTIAT é ler a atualidade.

Se ele não teve seu lugar nem em seu século e nem no nosso, observemos que aqueles que já possuem um pé no século XXI se apressam em celebrá-lo.

Se esse mensageiro clarividente pôde predizer, 15 anos de seu início, a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, ou, com uma distância de 150 anos, o impasse atual da França no que concerne a seu organismo de proteção social denominado Previdência Social — caro ao coração e ao... bolso dos franceses — é porque ele tinha uma visão global e coerente do que é a ciência econômica. Tirava sua presciência da mensuração exata da ética liberal.

Em nossos dias, a preocupação urgente de todos deveria ser a de tomar consciência do verdadeiro fundamento e do alcance exato do liberalismo. E é nesse sentido que o Instituto Liberal e o Instituto Ludwig von Mises Brasil vem trabalhando no Brasil.

Gilbert FOURNIER

Fundador do *Cercle Bastiat*
Echirolles, França

Depoimentos

Léonard LIGGIO
Diretor do Instituto de Estudos Humanos, FAIRFAX (Virgínia)
Conferência em Paris, 1982

No fundo, Bastiat é o mais claro dos teóricos em economia. Suas obras foram publicadas em 1945 pela Registred Company que possui jornais em cerca de trinta cidades e, principalmente, a mais importante de suas lojas na Califórnia. Após essa publicação, a Foundation for Economic Education retomou o mesmo trabalho e publicou novos textos de Bastiat. Seu livro A lei *conheceu mais de um milhão de exemplares.*

Jacques GARELLO
Economista, professor na Universidade de AIX-MARSELLE

O sucesso intelectual que conhece Bastiat nas universidade americanas e nas várias correntes de pesquisa filosófica e econômica se faz acompanhar igualmente de um sucesso do domínio político.

Uma das pessoas que participaram ativamente da campanha do presidente Reagan nos dizia, faz pouco tempo, que sua carreira começava de forma bastante curiosa. A General Electric preocupava-se em dar cursos de formação econômica a seus funcionários superiores — saudemos, de passagem, a lúcida empresa — e os dirigentes dessa firma tinham concebido um programa que exaltava os bons efeitos da liberdade de empreender, da livre troca, da liberdade econômica, que mostrava os maus efeitos da intervenção.

Tais programas inspiravam-se muito na obra e no pensamento de Bastiat, pois a publicação de A lei *havia saído alguns anos antes. Procurava--se alguém para ler esse programa e um ator, um pouco idoso, chamado Ronald Reagan, se apresentou. Lendo esses textos, ele absorveu a mensagem e achou que aquele francês tinha muito bom senso. Leu os textos com tanta convicção que, ao final, ultrapassou de muito a expressão simples da mensagem cuja leitura lhe havia sido confiada.*

Florin AFTALION
Economista, professor na ESSEC

Meu único desejo é partilhar meu entusiasmo por Frédéric Bastiat, o qual, infelizmente, só pude descobrir, como tantos amigos meus, muito tarde e através dos Estados Unidos. Com efeito, Frédéric Bastiat, que é sem dúvida um dos maiores pensadores do século XIX, é totalmente

desconhecido na França, onde não mais foi editado após o final do século XIX.

O *personagem em si é extraordinário.*

Raoul AUDION
Tradutor de Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek
Institut Economique de Paris

As grandes inspirações filosóficas que animaram Bastiat parecem ter-se perpetuado e desabrochado sem hiato em um homem: trata-se de Leonard E. Read, criador, em 1946, da Foundation for Economic Education, em Irvington-on-Hudson (perto de Nova Iorque)

Eu o vejo ainda, no início dos anos 50, acolhendo-me em seu escritório e, após alguns minutos, me dizendo: "Venham ver quem eu encontrei perto de Bordeaux no último mês de julho: fiz dele o padrinho da Fundação..." Tratava-se de um pequeno busto de bronze de Frédéric Bastiat, instalado sobre uma mesa console bem em frente a porta de entrada. Alguns meses antes, a Fundação tinha publicado A lei, *elegante tradução feita por Dean Russel do panfleto,* Propriété et loi, *considerado como o mais perfeito que Bastiat escreveu. A publicação alcançou logo um milhão de exemplares e sua difusão continua. Quantos estudantes e jovens professores nossos, acolhidos como eu nessa dependência da F.E.E., ficariam incomodados ao escutar: "Ah, vocês são franceses, então conhecem Bastiat..."*

O que se vê e o que não se vê

Na esfera econômica, um ato, um hábito, uma instituição, uma lei não geram somente um efeito, mas uma série de efeitos. Dentre esses, só o primeiro é imediato. Manifesta-se simultaneamente com a sua causa. *É visível.* Os outros só aparecem depois e *não são visíveis.* Podemo-nos dar por felizes se conseguirmos *prevê-los.*

Entre um bom e um mau economista existe uma diferença: um se detém no efeito *que se vê;* o outro leva em conta tanto o efeito *que se vê* quanto aqueles que se devem *prever.*

E essa diferença é enorme, pois o que acontece quase sempre é que, quando a consequência imediata é favorável, as consequências posteriores são funestas e vice-versa. Daí se conclui que o mau economista, ao perseguir um pequeno benefício no presente, está gerando um grande mal no futuro. Já o verdadeiro bom economista, ao perseguir um grande benefício no futuro, corre o risco de provocar um pequeno mal no presente.

De resto, o mesmo acontece no campo da saúde e da moral. Frequentemente, quanto mais doce for o primeiro fruto de um hábito, tanto mais amargos serão os outros. Testemunham isso, por exemplo, o vício, a preguiça, a prodigalidade. Assim, quando um homem é atingido pelo efeito do *que se vê* e ainda não aprendeu a discernir os efeitos *que não se veem,* ele se entrega a hábitos maus, não somente por inclinação, mas por uma atitude deliberada.

Isso explica a evolução fatalmente dolorosa da humanidade. A humanidade se caracteriza, em seus primórdios, pela presença da ignorância. Logo, está limitada às consequências imediatas de seus primeiros atos, as únicas que, originalmente, consegue enxergar. Só com o passar do tempo é que aprende a levar em conta as outras consequências. Dois mestres bem diferentes lhe ensinam esta lição: a experiência e a previsão. A experiência atua eficazmente, mas de modo brutal. Mostra-nos todos os efeitos de um ato, fazendo-nos senti-los: por nos queimarmos, aprendemos que o fogo queima. Seria bom se nos fosse possível substituir esse rude mestre por um mais delicado: a previdência. Por isso, buscarei a seguir as consequências de alguns fenômenos econômicos, opondo às *que são visíveis* àquelas *que não se veem.*

1
A Vidraça Quebrada

Será que alguém presenciou o ataque de raiva que acometeu o bom burguês Jacques Bonhomme[2], quando seu terrível filho quebrou uma vidraça? Quem assistiu a esse espetáculo seguramente constatou que todos os presentes, e eram para mais de trinta, foram unânimes em hipotecar solidariedade ao infeliz proprietário da vidraça quebrada: "Há males que vêm para o bem. São acidentes desse tipo que ajudam a indústria a progredir. É preciso que todos possam ganhar a vida. O que seria dos vidraceiros, se os vidros nunca se quebrassem?"

Ora, há nessas fórmulas de condolência toda uma teoria que é importante captar-se *flagrante delito,* pois é exatamente igual àquela teoria que, infelizmente, rege a maior parte de nossas instituições econômicas.

Supondo-se que seja necessário gastar seis francos para reparar os danos feitos, pode-se dizer, com toda justeza, e estou de acordo com isso, que o incidente faz chegar seis francos à indústria de vidros, ocasionando o seu desenvolvimento na proporção de seis francos. O vidraceiro virá, fará o seu serviço, ganhará seis francos, esfregará as mãos de contente e abençoará no fundo de seu coração o garotão levado que quebrou a vidraça. É *o que se vê.*

Mas se, por dedução, chegamos à conclusão, como pode acontecer, de que é bom que se quebrem vidraças, de que isto faz o dinheiro circular, de que daí resulta um efeito propulsor do desenvolvimento da indústria em geral, então eu serei obrigado a exclamar: Alto lá! Essa teoria para naquilo *que se vê,* mas não leva em consideração aquilo *que não se vê.*

Não se vê que, se o nosso burguês gastou seis francos numa determinada coisa, não vai poder gastá-los noutra! *Não se vê* que, se ele não tivesse nenhuma vidraça para substituir, ele teria trocado, por exemplo, seus sapatos velhos ou posto um livro a mais em sua biblioteca. Enfim, ele teria aplicado seus seis francos em alguma outra coisa que, agora, não poderá mais comprar.

Façamos, pois, as contas da indústria *em geral.*

---

[2] N. do T.- Jacques Bonhomme, em francês, nome usado como "João da Silva" em português, representa o homem comum do povo, probo, responsável.

Tendo sido quebrada a vidraça, a fabricação de vidros foi estimulada em seis francos; é *o que se vê.*

Se a vidraça não tivesse sido quebrada, a fabricação de sapatos (ou de qualquer outra coisa) teria sido estimulada na proporção de seis francos; é *o que não se vê.*

E se levássemos em consideração *o que não se vê* por ser um fato negativo, como também *o que se vê,* por ser um fato positivo, compreenderíamos que não há nenhum interesse para a indústria *em geral,* ou para o conjunto do *trabalho nacional,* o fato de vidraças serem quebradas ou não.

Façamos agora as contas de Jacques Bonhomme

Na primeira hipótese, a da vidraça quebrada, ele gasta seis francos e tem, nada mais nada menos que antes o prazer de possuir uma vidraça.

Na segunda hipótese, aquela na qual o incidente não ocorreu, ele teria gastado seis francos em sapatos e teria tido ao mesmo tempo o prazer de possuir um par de sapatos e também uma vidraça.

Ora, como Jacques Bonhomme faz parte da sociedade, deve-se concluir que, considerada no seu conjunto, e fazendo-se o balanço de seus trabalhos e de seus prazeres, a sociedade perdeu o valor relativo à vidraça quebrada.

Daí, generalizando-se, chega-se a esta conclusão inesperada: "A sociedade perde o valor dos objetos inutilmente destruídos" — e se chega também a este aforismo que vai arrepiar os cabelos dos protecionistas: "Quebrar, estragar, dissipar não é estimular o trabalho nacional", ou mais sucintamente: "Destruição não é lucro".

Que dirão vocês, pessoal do Moniteur Industrieil[3]? E vocês, adeptos deste bom Senhor Saint-Chamans[4], que calculou com tanta precisão o que a indústria ganharia com o incêndio de Paris, levando em conta as casas que seria necessário reconstruir?

Lamento ter que desmoralizar esses cálculos engenhosos, tanto mais porque estão influenciando o espírito de nossos legisladores. E

---

[3] N. do T.- Jornal da Comissão de Defesa da Indústria Doméstica, organização protecionista da época.

[4] N. do T.- Auguste, visconde de Saint - Chamans (1777-1861), deputado e conselheiro de estado na época da Restauração, protecionista e partidário da balança comercial. O fato citado por Bastiat tem origem no conto publicado por Saint-Chamans intitulado "Novo tratado sobre a riqueza das nações", de 1824. Este trabalho foi posteriormente incorporado (1852) ao seu *Tratado de economia política.*

insisto para que tais cálculos sejam considerados levando-se em conta *o que não se vê* e *o que se vê.*

É preciso que o leitor aprenda a constatar que não há somente dois, mas três personagens no pequeno drama que acabei de apresentar. Um deles, Jacques Bonhomme, representa o consumidor reduzido a ter, por causa da destruição, um só prazer em vez de dois. O outro, sob a figura do vidraceiro, nos mostra o produtor para quem o incidente estimula a indústria. O terceiro é o sapateiro (ou outro industrial qualquer) cujo trabalho é desestimulado também pelas mesmas razões. É esse terceiro personagem que sempre se mantém na penumbra e que, personificando *aquilo que não se vê,* é peça fundamental do problema. É ele que nos faz compreender o quanto é absurdo afirmar-se que existe lucro na destruição. É ele que logo nos ensinará que não é menos absurdo procurar-se lucro numa restrição, já que esta é também, no final das contas, uma destruição parcial.

Por isso, indo-se à raiz de todos esses argumentos favoráveis às medidas restricionistas, não se encontrará outra coisa senão a paráfrase deste velho dito popular: *"O que seria dos vidraceiros, se os vidros nunca se quebrassem?"* .

2
A Dispensa

O mesmo que acontece a um povo acontece a um homem. Quando ele deseja obter alguma satisfação, cabe-lhe, antes de mais nada, verificar quanto ela vai lhe custar. Para uma nação, a segurança é um dos bens maiores. Se, para alcançá-la, for preciso arregimentar 100 mil homens e gastar 100 milhões de francos, não tenho nada a dizer. É um prazer obtido ao preço de um sacrifício.

Que ninguém se engane quanto ao alcance de minha tese.

Um parlamentar propõe a dispensa de 100 mil homens para aliviar o bolso dos contribuintes em 100 milhões de francos.

Imaginemos que nos limitássemos a contra-argumentar: "Esses 100 mil homens e esses 100 milhões são indispensáveis à segurança nacional! É um sacrifício, mas, sem este sacrifício, a França seria dilacerada internamente pelas várias facções políticas ou invadida pelo estrangeiro". Não tenho nada a opor a este argumento, que pode ser falso ou verdadeiro, mas que não contém em si nenhuma heresia econômica. A heresia começa quando se quer apresentar o sacrifício como sendo uma vantagem, já que ele traz proveito para alguém.

Ora, ou eu estou enganado, ou o autor da proposta, logo que descer da tribuna, será substituído por um novo orador que se precipitará em dizer:

"Dispensar 100 mil homens! Já pensaram nisso? Que vai ser deles? De que vão viver? Será de trabalho? Mas vocês não sabem que está faltando trabalho por toda parte, que todas as profissões e carreiras estão saturadas? Vocês desejam colocá-los na rua para aumentar a concorrência e fazer isso pesar sobre o valor dos salários? No momento em que é tão difícil ganhar a vida, não é bom que o estado dê pão a 100 mil indivíduos? Considerem, além disso, que o exército consome vinho, roupas, armas; que, desta forma, expande a atividade nas fábricas, nas usinas, nas cidades onde há guarnições; que é, em ultima análise, a salvação de seus inumeráveis fornecedores. Vocês não tremem diante da ideia de acabar com este imenso movimento industrial?"

Esse discurso, vê-se logo, defende a manutenção dos 100 mil soldados, não pelas necessidades do serviço militar, mas por considerações de ordem econômica. São essas considerações que eu desejo refutar.

100 mil homens, custando aos contribuintes 100 milhões, vivem e fazem viver seus fornecedores tanto quanto for possível viver com 100 milhões de francos: é *o que se vê.*

Mas 100 milhões saídos do bolso dos contribuintes tiram a possibilidade de esses contribuintes, assim como seus fornecedores, ganharem a vida, na medida do valor desses 100 milhões: é *o que não se vê.* Façam cálculos! Façam contas! E digam-me: onde está o proveito para a massa?

De minha parte, digo-lhes onde está a perda. E, para simplificar, em lugar de falar de 100 milhões e de 100 mil homens, raciocinemos tomando como base um homem e mil francos.

Ei-nos na cidadezinha de A. Os recrutadores fazem uma visita e escolhem um homem. O pessoal das finanças faz sua visita e recolhe mil francos. O homem e os mil francos são transportados para Metz, onde a soma do dinheiro permite ao homem viver durante um ano, sem produzir nada. Se você só pensar em Metz, aí você tem razão, a medida é bastante vantajosa. Mas se seus olhos se voltam para a cidadezinha de A, você pensara diferentemente, pois, a não ser que seja cego, poderá verificar que essa aldeia perdeu um trabalhador e mil francos, os quais remunerariam seu trabalho e a atividade que, ao gasto de 100 mil francos, ele expandiria à sua volta.

À primeira vista, parece haver compensação. O fenômeno que se passaria na cidadezinha se passa também em Metz. Eis a questão! E veja onde está a perda: na aldeia, um homem trabalhava na lavoura e produzia: era um trabalhador; em Metz, ele faz "direitas e esquerdas volver": é um soldado. O dinheiro que circula é o mesmo nos dois casos, mas, no primeiro, havia trezentos dias de trabalho produtivo, no outro, há trezentos dias de trabalho improdutivo, sempre na suposição de que uma parte do exército não é indispensável à segurança pública.

Agora, admitamos a dispensa. Você vai me dizer que haverá um aumento de 100 mil trabalhadores, que a concorrência será estimulada e que a pressão que ela exercerá sobre o índice dos salários será muito grande. É *o que você vê.*

Mas eis *o que você não vê.* Você não vê que dar baixa a 100 mil soldados não é eliminar 100 milhões de francos, mas devolvê-los aos contribuintes. Você não vê que lançar assim 100 mil trabalhadores no mercado é injetar nesse mercado 100 milhões de francos destinados a pagar o trabalho desse pessoal. Não vê, por conseguinte, que a mesma medida que aumenta a *oferta* de braços logicamente aumenta também

a *demanda*. Donde se conclui que a baixa de salários é ilusória. Você não vê que, tanto antes como depois da dispensa, há no país 100 milhões de francos correspondentes a 100 mil homens, e que toda a diferença consiste no seguinte: antes, o país entregava os 100 milhões aos 100 mil homens para não fazerem nada; depois, o país lhes dá esse dinheiro para que trabalhem. Você não vê, finalmente, que quando um contribuinte dá seu dinheiro seja a um soldado, em troca de nada, seja a um trabalhador, em troca de alguma coisa, todas as consequências posteriores da circulação desse dinheiro são as mesmas nos dois casos: só que, no segundo caso, o contribuinte recebe alguma coisa e, no primeiro, ele não recebe nada. Resultado: uma perda sem proveito para a nação.

O sofisma que combato aqui não resiste à prova da progressão que é a pedra de toque dos princípios. Se, tudo compensado, todos os interesses examinados, houvesse *proveito para a nação* em se aumentar o efetivo do exército, por que não alistar toda a população masculina do país?

3

O Imposto

Seguramente já lhe aconteceu ouvir o seguinte: "O imposto é o melhor investimento que existe; é um orvalho que fecunda! Vejam quantas famílias vivem graças a ele! E observem os seus efeitos sobre a indústria: é infinita a sua ação, é a própria vida!".

Para combater tal doutrina, sou obrigado a reproduzir a refutação precedente A economia política sabe muito bem que seus argumentos não são tão divertidos assim para que se possa afirmar: *repetita placent,* a repetição agrada. É por isso que, como Basílio[5], ela adaptou o provérbio às suas conveniências, colocando-o em sua boca da seguinte maneira: *repetita docent,* a repetição ensina.

As vantagens que os funcionários encontram ao receberem seus salários é *o que se vê.* O benefício que resulta disso para os fornecedores em geral é *o que ainda não se vê.* Isso cega os olhos do corpo.

Mas as desvantagens que os contribuintes experimentam ao terem que pagar é *o que não se vê,* e os danos que isso acarreta para os fornecedores é *o que não se vê mais ainda,* embora eles devessem saltar aos olhos da inteligência.

Quando um servidor público gasta, em benefício próprio, *100 soldos*[6] *a mais,* isso implica em que um contribuinte tenha *100 soldos a menos* em seu próprio benefício. Mas a despesa de um servidor público *se vê,* porque ela se concretiza, enquanto que a do contribuinte *não se vê,* porque, infelizmente, ele não adquire nada.

Compare-se a nação a uma terra ressequida e o imposto, a uma chuva fecunda. Muito bem! Mas o que se deveria perguntar também é onde está a fonte que gera essa chuva e se não é exatamente o imposto que traz a umidade para o solo e lhe tira a sequidão.

Dever-se-ia também perguntar ainda se é possível que o solo receba mais dessa água preciosa da chuva do que perde pela evaporação.

O que há de praticamente certo é que ao pagar 100 soldos ao fisco, Jacques Bonhomme não recebe nada em troca. Já quando um servidor

---

[5] N. do T.- No segundo ato de O *barbeiro de Sevilha,* Basílio, o músico, diz: "Eu adaptei vários provérbios com variações."

[6] N. do T.- 1 soldo = 0,05 francos

público gasta esses soldos, Jacques Bonhomme só se beneficia deles indiretamente, ou seja, recebe em troca o equivalente em trigo ou em trabalho. Mas o resultado final mesmo é a perda de cinco francos, ou seja, 100 soldos, por parte de Jacques Bonhomme.

É bem verdade que, frequentemente, talvez o mais das vezes, o servidor público presta a Jacques Bonhomme um serviço equivalente. Nesse caso, não há perdas nem de um lado, nem de outro. Só existe a troca. Por isso é que meus argumentos não se referem em hipótese alguma às funções úteis. Eu digo sempre o seguinte: Se você quer criar uma função pública, prove a sua utilidade Demonstre que ela vale para Jacques Bonhomme, pelos serviços que lhe presta, o equivalente ao que ela lhe custou. Mas, abstraindo-se dessa utilidade intrínseca, não invoque como argumento a vantagem que ela confere ao servidor, à sua família, aos seus fornecedores. Não alegue que ela favorece o trabalho.

Quando Jacques Bonhomme paga 100 soldos a um servidor em troca de um serviço realmente útil, isso equivale exatamente ao fato de ele pagar 100 soldos a um sapateiro por um par de sapatos. Toma lá, dá cá! E todos estão quites. Mas quando Jacques Bonhomme dá 100 soldos a um servidor para não ter em troca nenhum serviço ou, até mesmo, passar por humilhações, é como se ele estivesse entregando seu dinheiro a um ladrão. É inútil dizer-se que o funcionário vai gastar os 100 soldos em prol do *trabalho nacional.* O mesmo teria feito o ladrão. O mesmo teria feito Jacques Bonhomme, se ele não tivesse encontrado em seu caminho nem o parasita extralegal, nem o parasita legal.

Habituemo-nos, pois, a julgar as coisas não somente peto *que se vê*, mas também peto *que não se vê.*

No ano passado, eu pertencia à comissão de finanças, pois, na Constituinte, os membros da oposição não eram sistematicamente excluídos de todas as comissões. Quanto a isso é preciso que se diga que a Constituinte trabalhava sabiamente. Ouvimos o senhor Thiers[7] dizer: “Passei minha vida combatendo os homens do partido do governo e do partido da Igreja. A partir do momento, porém, em que o perigo comum nos aproximou, a partir do momento em que eu passei a frequentá-los, que eu os conheci, que nós nos falamos abertamente, dei-me conta de que eles não são esses monstros que eu havia imaginado”.

Sim, as desconfianças assumem grandes proporções, os ódios se exaltam entre partidos políticos que não se misturam; e se a maioria

---

[7] N. do T.- Adolphe Thiers (1797-1877), homem público francês e distinguido historiador. Foi deputado e primeiro-ministro (1836 e 1840) e, ao final de sua carreira, foi eleito presidente da Terceira República, em 1871.

deixasse entrar nas comissões alguns membros da minoria, talvez se reconhecesse, de parte a parte, que as ideias não estão assim tão distantes e que as intenções não são também tão perversas quanto se imagina.

Como quer que seja, no ano passado, eu era da comissão de finanças. Cada vez que um de nossos colegas falava em fixar numa cifra moderada os ganhos do presidente da república, dos ministros, dos embaixadores, alguém lhe respondia:

"Para o bem do serviço, é preciso que certas funções tenham brilho e dignidade. É a maneira de atrair para elas os homens de mérito. Inumeráveis situações difíceis acontecem ao presidente da república, e seria colocá-lo em situação penosa forçá-lo a dizer sempre não. Uma certa representação nos salões ministeriais e diplomáticos é indispensável nos governos constitucionais etc.".

Embora tais argumentos possam ser contestados, eles precisam sem dúvida alguma de um exame sério. Baseiam-se no interesse público, bem ou mal apreciado. E, quanto a mim, dou-lhes mais importância do que muitos de nossos Catões[8] que são movidos por um espírito estreito de mesquinharia ou de ciúme

Mas o que revolta minha consciência de economista, o que me faz enrubescer por causa do renome intelectual de meu país, é quando se chega (e isso é infalível) à seguinte banalidade absurda e sempre favoravelmente aceita:

"Aliás, o luxo dos grandes funcionários estimula as artes, a indústria, o trabalho. O chefe de estado e seus ministros não podem promover festas e recepções sem fazer correr vida nas veias de todo o corpo social. Reduzir seus salários é diminuir a indústria parisiense e, com isso, a indústria nacional."

Por favor, senhores, respeitem ao menos a aritmética e não venham dizer diante da Assembleia Nacional da França — pensando que, envergonhada, ela venha a aprovar o que dizem — que uma soma dá uma soma diferente, caso ela seja feita de cima para baixo ou de baixo para cima.

O quê?! Eu vou me arranjar com um biscateiro para que ele faça uma vala no meu terreno por 100 soldos. No momento de concluir a obra, o cobrador de impostos pega meus 100 soldos e os passa para

[8] N. do T.- Catão, dito o Censor, foi estadista, orador e prosador romano, nascido em 234 A.C. e morto em 149 A.C., famoso por sua austeridade e por seu espírito moralista, sobretudo no que se referia ao combate à usura e à ostentação em Roma e nas províncias.

o ministro do Interior. Meu trato com o biscateiro se rompe, mas o senhor ministro terá um prato a mais no seu jantar. Com base nisso você ousa afirmar que essa despesa oficial é um acréscimo para a indústria nacional! Não entende você que o que existe aí é um simples *deslocamento* de satisfação e de trabalho? Um ministro tem a sua mesa mais rica, é verdade; e um agricultor tem seu campo mais irrigado, o que também é verdade. Um dono de restaurante parisiense ganhou 100 soldos, eu concordo, mas concordo também que um biscateiro do interior deixou de ganhar cinco francos. Tudo o que se pode dizer é que o prato da mesa oficial e a satisfação do dono do restaurante é *o que se vê;* o terreno cheio de água e o biscateiro inconsolável é *o que não se vê.*

Meu Deus! Como é difícil provar, em economia política, que dois e dois são quatro. E se você conseguir, exclama-se: "É tão claro que chega a ser chato". Depois se vota como se você não tivesse provado absolutamente nada.

4

TEATRO, BELAS-ARTES

Deve o estado subvencionar as artes?

Sem dúvida, muito há a dizer a favor e contra.

Pode-se afirmar, a favor do sistema de subvenção, que as artes engrandecem, elevam e embelezam a alma de uma nação; que elas afastam as preocupações materiais, desenvolvem o sentido do belo e têm ação direta e favorável sobre os costumes e até mesmo sobre a indústria. Pergunta-se o que seria da música, na França, sem o Teatro Italiano e o Conservatório: e da arte dramática, sem o Teatro Francês; da pintura e da escultura, sem nossas coleções e nossos museus.

Pode-se ir além e perguntar como se teriam desenvolvido as belas-artes — esse prazer delicioso, apanágio do gênio francês e que se impõe a todo o universo — sem a centralização, sem a subvenção.

E diante de um resultado tão positivo, não seria uma grande imprudência renunciar a essa módica cotização de todos os cidadãos, a quem a arte glorifica e confere superioridade por toda a Europa?

Diante destas e de outras fortes razões, podem-se opor outras, não menos poderosas. Assim, primeiramente, poder-se-ia apontar uma razão de justiça distributiva, qual seja: cabe ao legislador diminuir o salário do artesão para constituir um fundo que beneficie o artista? O Senhor Lamartine[9] já disse:

"— Se a subvenção ao teatro for suprimida, onde vamos parar? Não seremos levados a suprimir também a subvenção às faculdades, aos museus, aos institutos, às bibliotecas?"

Poder-se-ia responder, afirmando:

"— Se o senhor acha que se deve subvencionar tudo o que é bom e útil, onde vamos parar? E não teremos que, de um ponto de vista lógico, subvencionar a agricultura, a indústria, o comércio, as obras sociais, a educação?"

[9] N. do T.- Alphonse Mane Louis de Lamartine (1790-1869), um dos grandes nomes da poesia francesa da época romântica, bem como notável homem público. Eleito deputado em 1834, conheceu a glória de sua carreira política no Tempo da Revolução de 1848, quando lutava ferrenhamente pelo restabelecimento da República.

E ainda se poderia perguntar se as subvenções favorecem o progresso da arte. Essa é uma questão que está longe de ser resolvida. Vemos, quotidianamente, que os teatros que prosperam são os que vivem com seus próprios recursos.

Enfim, tecendo considerações mais altas, pode-se observar que os desejos e as necessidades nascem uns dos outros e se elevam a regiões cada vez mais depuradas, enquanto podem ser satisfeitos pela riqueza do povo. O governo nada pode fazer nesse sentido, pois, no estado atual dos recursos disponíveis, não seria possível estimular, pelos impostos, as indústrias de luxo sem prejudicar as indústrias básicas e necessárias, invertendo, pois, o desenvolvimento natural da civilização.

É de se observar que os deslocamentos artificiais das necessidades, dos gostos, do trabalho e da população colocam as pessoas em uma situação precária e perigosa, que não tem base sólida.

Eis algumas das razões que apresentam os adversários da intervenção do estado em assuntos que dizem respeito à satisfação das necessidades e dos desejos dos cidadãos, o que, em última análise, caracteriza a direção das atividades desses cidadãos pelo estado. Eu, pessoalmente, acho que a escolha, o impulso deve vir de baixo e não do alto, dos cidadãos e não do legislador. O contrário, parece-me, conduz ao aniquilamento da liberdade e da dignidade humana.

Mas, por uma dedução tão falsa quanto injusta, está-se acusando os economistas de, ao rejeitarem a subvenção, rejeitarem o próprio objeto da subvenção, e de serem os inimigos de todas as espécies de atividade, já que nós queremos que essas atividades sejam livres por um lado e, por outro, busquem nelas mesmas a sua própria recompensa.

Ora, se pedíssemos ao estado para não intervir, através do imposto, em assuntos de religião, seríamos por causa disso ateus? E se pedíssemos para não intervir, através do imposto, na educação, estaríamos adiando o saber? E se disséssemos que o estado não deve arbitrar um valor para o solo ou para uma indústria determinada, através do imposto, estaríamos sendo inimigos da propriedade e do trabalho? Se pensássemos que o estado não deve subvencionar os artistas, seríamos considerados uns bárbaros, que acham as artes inúteis?

Protesto aqui, com todas as minhas forças, contra tais deduções. Longe está de nós a absurda ideia de desprezar a religião, a educação, a propriedade, o trabalho e as artes, pelo fato de pedirmos que o estado proteja todos esses tipos de atividade humana, sem financiá-las, umas com prejuízo das outras. Ao contrário! Acreditamos que todas essas forças vivas da sociedade se desenvolveriam harmoniosamente

sob a influência da liberdade e que nenhuma delas se deveria tornar, como acontece em nossos dias, motivo para perturbações, abusos, tirania e desordens.

Nossos adversários creem que uma atividade que não é assalariada nem regulamentada é uma atividade desprezível. Nós achamos o contrário. Eles acreditam no legislador e não na humanidade Nós acreditamos na humanidade e não no legislador.

O Senhor Lamartine falou:

"— Em nome desse princípio, é preciso *abolir* as exposições públicas, que fazem a honra e a riqueza deste país".

Eu lhe respondi:

"— Segundo seu ponto de vista, *não subvencionar* é *abolir,* porque, partindo do princípio de que nada existe sem ser pela vontade do estado, o senhor conclui que somente vive aquilo que o imposto fez viver. Mas devolvo ao senhor o exemplo que nos apresentou, dizendo-lhe que a maior, a mais nobre das exposições, a que está concebida dentro do pensamento mais liberal, a mais universal — e posso até me servir da palavra humanitária, o que não seria exagero — é a exposição que se está preparando em Londres[10], a única com a qual nenhum governo se envolve e que nenhum imposto financia."

Voltando às belas-artes, podem-se, eu o repito, alegar razões poderosas pró e contra o sistema de subvenções. O leitor deve compreender que, considerando o objetivo especial deste artigo, eu não devo expor essas razões nem decidir sobre elas.

Mas o Senhor Lamartine apresentou um argumento que não posso deixar passar em silêncio, pois ele atinge muito diretamente este estudo econômico.

Ele disse:

Em matéria de teatro, a questão econômica se resume em uma única palavra: trabalho. Pouco importa a natureza desse trabalho. Ele é tão fecundo, tão produtivo quanto qualquer outro trabalho numa nação. Os teatros, como se sabe, não alimentam e não empregam, na França, menos de oitenta mil operários de todas as espécies: pintores, pedreiros, decoradores, encarregados de guarda-roupa, arquitetos etc., que

[10] N. do T.- Referência à Grande Exposição, organizada no Hyde Park, em Londres, no ano. de 1851, patrocinada pela Sociedade Londrina de Artes, associação voltada para o desenvolvimento das artes e das indústrias.

são a própria vida e o movimento dos vários bairros desta capital, e, por isso mesmo, devem obter as simpatias de todos!

As simpatias!? Entenda-se: as subvenções. E ele ainda disse:

Os prazeres de Paris resultam do trabalho e da produção do interior do País, e os luxos do rico são o salário e o pão de duzentos mil operários de todo tipo, que vivem da indústria tão múltipla dos teatros existentes no território da República, e que recebem desses prazeres nobres que ilustram a França o alimento de sua vida e o indispensável para o sustento de suas famílias e seus filhos. É para eles que serão dados esses 60 mil francos. *(Muito bem! Muito bem!*— numerosos sinais de aprovação por parte de quem o ouvia)

Quanto a mim, fui forçado a dizer: *muito mal! muito mal!* restringindo, bem entendido, o alcance desse julgamento ao argumento econômico que se está travando aqui.

Sim. É para os trabalhadores do teatro que irão, pelo menos em parte, os 60 mil francos. Alguns francos poderão bem se desviar a caminho. Vigiando-se a coisa de perto, talvez se descubra que o "bolo" todo seguirá outro caminho. Felizes os operários, se sobrarem algumas "migalhas do bolo" para eles! Mas vamos admitir que a subvenção vá para os pintores, os cenógrafos, os figurinistas, os cabeleireiros etc. É *o que se vê.* Mas de onde provém essa subvenção? Eis o *reverso* da medalha, tão importante de ser examinado quanto a sua lace. Onde está a origem desses 60 mil francos? *E, para onde iriam eles,* se uma decisão do poder legislativo não os enviasse primeiro para a Rua de Rivoli e depois para a Rua de Grenelle[11]? É *o que não se vê.*

Seguramente ninguém ousará sustentar que a decisão do legislativo fez esta soma aparecer miraculosamente na urna de votos! E também ninguém dirá que essa soma é um simples acréscimo feito à riqueza nacional. E que, sem este voto miraculoso, esses 60 mil francos teriam permanecido, para sempre, invisíveis e impalpáveis! É preciso admitir-se que tudo o que a maioria, na Câmara, pôde fazer foi decidir que esse dinheiro seria conseguido em algum lugar, para ser enviado a algum outro lugar, e que não teria nenhuma outra destinação exatamente porque já tinha sido desviado de outra destinação.

Sendo assim, é claro que o contribuinte que for taxado em um franco não terá mais esse franco à sua disposição. Ele terá suas satisfações pessoais diminuídas de um franco, e o operário que proporcionaria tais satisfações estará privado de salário na mesma medida.

---

[11] N. do T.- Isto é, da prefeitura para os fornecedores teatrais.

Não tenhamos a pueril ilusão de que o voto do dia 16 de maio acrescenta algo ao bem-estar e ao trabalho nacional. Ele *desloca* alguns prazeres, ele *desloca* salários, e só.

Pode-se dizer que há um certo tipo de satisfação e de trabalho substituído por satisfação e trabalho mais urgentes, mais morais, mais compreensíveis? Eu poderia lutar com relação a isso. Poderia dizer que, ao se tirarem 60 mil francos do contribuinte, diminui-se o salário dos agricultores, dos trabalhadores, dos carpinteiros, dos ferreiros e, em contrapartida, aumenta-se o salário dos cantores, dos cabeleireiros, dos cenógrafos e dos figurinistas. Nada prova que estas últimas classes sejam mais interessantes que as outras. O próprio Senhor Lamartine não tenta prová-lo. Ele diz mesmo que o trabalho nos teatros é *tão* fecundo, *tão* produtivo (ele não usa a palavra *mais)* quanto qualquer outro, o que se poderia ainda contestar, já que é o trabalho das classes inicialmente citadas que fornece fundos para que o trabalho das demais possa existir.

Mas a comparação entre o valor e o mérito intrínseco às diversas categorias de trabalho não entra no assunto que estou discutindo. Tudo o que desejo fazer aqui é mostrar que o Senhor Lamartine e todos os que aplaudiram sua argumentação viram, com o olho esquerdo, os salários ganhos pelos fornecedores dos trabalhadores em teatro; eles deveriam ter visto, com o olho direito, os salários perdidos pelos fornecedores dos contribuintes. Sem isto, eles se terão exposto ao ridículo de tomar uma *transferência* por *um ganho.* Se eles fossem coerentes com a doutrina que esposam, pediriam subvenções ao infinito, pois o que é válido para um franco o é para 60 mil francos, e o é também, em circunstâncias idênticas, para um bilhão de francos.

Quando se tratar de impostos, senhores, procurem provar que eles são necessários e úteis com razoes substanciais e não com a seguinte afirmação, tão descabida: "As despesas públicas fazem a classe operária viver". Tal afirmação é equívoca, pois dissimula um fato essencial, a saber, que as *despesas* públicas são sempre substituídas por *despesas privadas* e que, por conseguinte, elas fazem um operário viver em vez de outro, mas não acrescentam nada à classe operária, considerada em sua totalidade. A argumentação que está sendo apresentada está muito em moda, mas é completamente absurda, já que não é correta.

5

Obras Públicas

Nada mais natural que uma nação, depois de se ter assegurado que um grande projeto de obra vai ser útil à comunidade, o faça executar com o produto resultante da cotização de todos! Mas confesso que perco a paciência, quando ouço justificarem o apoio a uma tal decisão com o seguinte equívoco econômico: "É, aliás, o meio de criar oportunidades de trabalho para os operários".

O estado faz uma estrada, constrói um palácio, conserta uma rua, abre um canal e, com isso, dá trabalho a certos operários: é *o que se vê.*

Mas ele priva de trabalho certos outros operários: é *o que não se vê.*

Imaginemos a construção de uma estrada em plena execução. Mil operários chegam todas as manhãs, retiram-se todas as tardes, levam seu salário, isto é certo. Se não se tivesse decretado construir a estrada, se os recursos para isso não tivessem sido aprovados, essas bravas pessoas não teriam encontrado essa oportunidade de trabalho e nem esse salário, isto é certo também.

Mas será que isso é tudo? A operação, no seu conjunto, não envolve outra coisa? No momento em que o Senhor Dupin[12] pronuncia as palavras sagradas: "a Assembleia adotou", será que os milhões de francos descem miraculosamente em cima de um raio de lua para os cofres do Senhor Fould e do Senhor Bineau[13]? Para que esse processo, como se costuma dizer, seja completo, não terá o estado que planejar sua receita do mesmo modo que sua despesa, e pôr seus cobradores de impostos em ação e seus contribuintes contribuindo?

Estudem, portanto, a questão sob este duplo enfoque: sempre constatando o destino que o estado dá aos recursos aprovados pela Assembleia, e não esquecendo do destino que os contribuintes dariam a esses recursos — e com os quais nada mais podem fazer. Então vocês compreenderão que uma obra pública é uma medalha de duas faces. De um lado, está um operário com a seguinte divisa: *O que se vê.* Do outro, um operário desempregado, com a seguinte divisa: *O que não se vê.*

---

[12] N. do T.- Charles Dupin (1784-1873), engenheiro e economista francês de renome, professor, deputado e senador, com contribuição para a política econômica no campo da estatística econômica.

[13] N. do T.- Achille Fould (1800-1867), político e financista. Jean Martial Bineau (1805-1855), engenheiro e político, ministro das Finanças em 1852.

O sofisma que combato aqui é ainda mais perigoso quando aplicado às obras públicas, porque serve para justificar os projetos e as prodigalidades mais estapafúrdios. Quando uma estrada de ferro ou uma ponte têm uma utilidade real, basta invocar essa utilidade. Mas se tal não é possível, o que fazer? Recorre-se a esta mistificação: "É preciso arranjar trabalho para os operários".

Com base nisso é que se ordena fazer e refazer os canteiros do Champ-de-Mars[14], em Paris. E o grande Napoleão julgava estar fazendo obra filantrópica ao mandar cavar e cobrir de terra as valas. Ele dizia também: "O que importa o resultado? O objetivo que se deve buscar é ver a riqueza distribuída pelas classes trabalhadoras".

Vamos ao fundo da questão. O dinheiro nos ilude. Pedir colaboração, sob a forma de dinheiro, a todos os cidadãos para uma obra comum é, na realidade, pedir-lhes uma cooperação física real, pois cada um deles obtém, pelo trabalho, a soma de dinheiro na qual está sendo taxado. Ora, é compreensível que se reúnam todos os cidadãos para mandá-los fazer, através do dinheiro que emprestarem, uma obra útil para todos: a recompensa estaria nos resultados apresentados pela própria obra. Mas, se depois de havê-los convocado, pede-se que construam estradas nas quais ninguém passará, palácios onde ninguém viverá — e isso só a pretexto de arranjar-lhes trabalho —, seria absurdo e eles teriam todo o direito de objetar, dizendo que, com esse trabalho, nada teriam que fazer e que prefeririam trabalhar por conta própria.

O procedimento que busca o concurso dos cidadãos através do dinheiro e não do trabalho não muda nada nos resultados finais. Apenas, se a contribuição fosse pelo trabalho, a perda se repartiria com todo mundo; quando ela se dá pelo dinheiro, aqueles que o estado ocupa escapam à sua parte de perda, acrescentando-a à que seus compatriotas já têm que sofrer.

Há um artigo da Constituição que diz:

"A sociedade favorece e encoraja o desenvolvimento do trabalho... pela instituição, através do estado, dos departamentos e das municipalidades, de trabalhos públicos próprios para empregar os braços desocupados".

Como medida temporária, num tempo de crise, durante um inverno rigoroso, esta intervenção do contribuinte pode surtir bons

[14] N. do T.- Originalmente um local, em Paris, destinado a desfiles militares, é, hoje, um parque situado entre a Torre Eiffel e a Academia Militar.

efeitos. Ela age no mesmo sentido que os seguros. Não acrescenta nada ao trabalho e aos salários, mas retira do trabalho e dos salários, em tempos comuns, para reparti-los, com perda, é verdade, nas épocas difíceis.

Como medida permanente, geral, sistemática, não é outra coisa senão um logro danoso, uma impossibilidade, uma contradição que mostra um pouco de trabalho estimulado, que *se vê,* e esconde muito trabalho impedido, que *não se vê.*

6

Os Intermediários

A sociedade constitui-se do conjunto de serviços que os homens se prestam obrigatória ou voluntariamente uns aos outros, isto é, *serviços públicos* e *serviços privados.*

Os primeiros, impostos e regidos pela lei — que nem sempre é facilmente modificável, mesmo que tal seja necessário —, podem existir por muito tempo e conservar ainda o nome de *serviços públicos,* mesmo quando não são mais serviço nenhum ou quando não passam de vexame público. Os segundos são do domínio da vontade, da responsabilidade individual. Cada um presta o serviço e recebe o que quer, o que pode, após combinação prévia. Tem sempre para si a presunção de utilidade real, exatamente mensurada pelo valor comparativo que possuem.

É por isso que os primeiros são quase sempre atingidos pelo imobilismo, enquanto os outros seguem a lei do progresso.

Enquanto o desenvolvimento exagerado dos serviços públicos, pelo desperdício de forças que eles carreiam, tende a criar, no seio da sociedade, um funesto parasitismo, é bastante singular que várias teorias econômicas modernas, atribuindo esse caráter aos serviços livres e privados, busquem transformar as profissões em funções.

Essas teorias opõem-se vigorosamente aos que elas chamam de *intermediários.* Por elas, suprimir-se-iam de bom grado o capitalista, o banqueiro, o especulador, o empresário, o comerciante e o negociante, os quais são acusados de se interporem entre a produção e o consumo, a fim de cobrarem mais do que o devido, sem levarem em consideração o justo valor das coisas. Ou então desejam transferir para o estado a tarefa que esses personagens fazem, já que tal tarefa não pode ser suprimida.

O sofisma dos socialistas quanto a esse assunto consiste em mostrar ao público o que ele paga aos *intermediários* em troca de seus serviços, e a lhe esconder o que é necessário pagar ao estado. É a eterna luta entre o que se mostra aos olhos e o que não se apresenta senão ao espírito, entre *o que se vê* e *o que não se vê.*

Foi em 1847 sobretudo, em tempos de escassez[15], que as escolas socialistas tentaram e conseguiram popularizar sua desastrosa teoria.

---

[15] N. do T.- A escassez na colheita de cereais e batata na Europa, em 1846, resultou no aumento dos preços em 1847 e teve, consequentemente, reflexos negativos na agricultura, na indústria e no mundo das finanças.

Sabia-se bem que a mais absurda das propagandas tem sempre muitas oportunidades de sucesso junto a homens que estão sofrendo: *malesuada fames*[16].

Assim, com a ajuda de grandes palavras como *exploração do homem pelo homem, usurpação, especulação sobre a fome,* essas escolas começaram a denegrir o comércio e a velar os seus benefícios.

"Por que — diziam elas — deixar aos negociantes o cuidado de importar víveres dos Estados Unidos ou da Criméia? Por que o estado, as províncias, as municipalidades não organizam um serviço de abastecimento e armazéns de reserva? Eles venderiam pelo *preço de custo,* e o povo, o pobre povo, seria libertado do tributo que paga ao comércio livre, ou seja, egoísta, individualista e anárquico."

O tributo pago pelo povo ao comércio é o que se vê. O tributo que o povo pagaria ao estado ou a seus agentes, no sistema socialista, é o que não se vê.

Em que consiste esse pretenso tributo que o povo paga ao comércio? No seguinte: no feto de dois homens, reciprocamente, prestarem serviço um ao outro, em toda liberdade sob a pressão da concorrência e a preço discutido.

Quando o estômago que tem fome está em Paris e o trigo que pode satisfazer essa fome está em Odessa, o sofrimento só acaba quando o trigo entra no estômago. Há três maneiras de operar para que isto aconteça:

1 Os homens esfomeados podem ir buscar, eles mesmos, o trigo;

2 Eles podem pedir a outros que lhes façam esse serviço;

3 Eles podem cotizar-se e encarregar os funcionários públicos de realizarem a operação.

Dentre esses três meios, qual é o mais vantajoso?

Em qualquer tempo, em qualquer país — e tanto mais quanto forem mais livres, mais esclarecidos, mais experimentados —, os homens sempre escolheram *voluntariamente o* segundo. Confesso que esta constatação basta para pôr sob meus olhos a certeza de que ele é que é o certo. Meu espírito se recusa a admitir que a humanidade em massa se engane quanto a *esse* ponto que a atinge tão de perto.

---

[16] N. do T.- "A fome é má conselheira" (Virgílio, *Eneida,* VI, 276).

Vejamos, contudo:

Que 30 milhões de cidadãos partam para Odessa em busca do trigo de que precisam é evidentemente inexequível. O primeiro meio não tem valor algum. Os consumidores não podem agir por si próprios: têm de recorrer a *intermediários,* sejam estes funcionários ou negociantes.

Observemos, entretanto, que esse primeiro meio seria o mais natural. Afinal de contas, cabe àquele que tem fome ir buscar seu trigo. É um *trabalho* que lhe diz respeito; é um *serviço* que ele presta a si mesmo. Se outra pessoa, seja por que razão for, lhe prestar esse *serviço* e tiver esse *trabalho,* essa pessoa tem direito a uma compensação. O que estou dizendo aqui é para constatar que os serviços dos intermediários trazem em si o princípio da remuneração.

Como quer que seja, já que é preciso recorrer ao que os socialistas chamam de parasita, qual deles, o negociante ou o funcionário público, é o parasita menos exigente?

O comércio (eu o suponho livre, pois de outra forma não poderia raciocinar), o comércio, dizia eu, é levado, por interesse, a estudar as estações, a constatar dia a dia o estado das colheitas, a receber informações de todos os pontos do globo, a prever as necessidades, a precaver-se de antemão. Ele tem navios preparados, correspondentes por toda parte, e seu interesse imediato é comprar ao melhor preço possível, economizar em todos os detalhes da operação comercial, e atingir os maiores resultados com os menores esforços. Não são só os negociantes franceses, mas os do mundo inteiro que se ocupam do abastecimento da França para os dias de necessidade. E se lhes interessa cumprir sua tarefa ao menor custo, a concorrência que fazem entre si os leva não menos a beneficiar os consumidores com todas as economias realizadas. Tendo chegado o trigo, o comércio tem interesse em vendê-lo o mais rapidamente possível para não correr riscos e para levantar os fundos necessários a fim de, se for preciso, recomeçar tudo de novo. Orientado pela comparação de preços, o comércio distribui os alimentos por todo o país, começando sempre pelos lugares mais caros, isto é, por onde a necessidade se faz mais sentir. Não é possível imaginar-se uma *organização* melhor estruturada no interesse daqueles que têm fome. E a beleza dessa organização, não percebida pelos socialistas, resulta precisamente do fato de que ela é livre. Na verdade, o consumidor é obrigado a reembolsar o comércio dos seus gastos com transporte, com estiva, com armazenagem, com encomendas etc., mas em que sistema não é preciso que quem come o trigo não reembolse os gastos necessários para que ele estivesse ao seu alcance?

Há ainda que se pagar a remuneração do *serviço prestado;* mas quanto à sua quota, esta é reduzida ao *mínimo* possível pela concorrência; quanto à sua justiça, seria estranho se os artesãos de Paris não trabalhassem para os negociantes de Marselha, quando os negociantes de Marselha trabalham para os artesãos de Paris.

De acordo com o plano socialista, se o estado tomar o lugar do comerciante privado nessas transações, o que acontecerá? Eu peço que me indiquem onde estará, para o povo, a economia. Estará ela no preço de compra? Mas não nos esqueçamos dos delegados das 40 mil municipalidades chegando a Odessa em um determinado dia, exatamente no dia em que está faltando trigo. Podemos imaginar o efeito disso sobre os preços! Estará essa economia nos gastos com transporte marítimo? Mas seriam necessários menos navios, menos marinheiros, menos estivadores, menos armazenamentos, ou será que não há necessidade de se pagarem essas coisas? Estará então a economia no lucro dos negociantes? Mas será que os delegados e funcionários irão por nada a Odessa? Será que eles viajarão e trabalharão baseados no princípio da fraternidade? Não é preciso que eles vivam? Não é preciso que o tempo deles seja pago? E será que isso não ultrapassa de mil vezes os 2 ou 3% que ganha o negociante, taxa à qual ele está pronto a subscrever?

E depois, pense-se na dificuldade de levantar tantos impostos, de repartir tantos alimentos. Pense-se nas injustiças, nos abusos inerentes a tal empreendimento. Pense-se na responsabilidade que pesaria sobre o governo.

Os socialistas que inventaram essas loucuras e que, nos dias de infelicidade, as insuflam nos ouvidos das massas, dão-se liberalmente o título de *homens de visão*, e não é sem algum perigo que o uso, esse tirano das línguas, ratifica o título e o julgamento que ele implica. *De visão!* Isto pressupõe que esses senhores têm a visão mais apurada que o povo; que seu único defeito é o de estarem muito à frente do seu século; e que se ainda não chegou o momento de se suprimirem alguns serviços livres, considerados parasitas, a culpa é do povo, que está atrasado em relação ao socialismo. No meu espírito e na minha consciência é o contrário que é verdade. E eu não sei a que século bárbaro seria preciso retornar para achar, no tocante a esse assunto, um nível de compreensão comparável ao dos socialistas.

Os simpatizantes modernos dessas teorias opõem sempre a associação à sociedade atual. Eles não observam que a sociedade, num regime livre, é uma associação verdadeira, bem superior àquela que sai de sua prodigiosa imaginação.

Elucidemos isso com um exemplo:

Para que um homem, ao se levantar, possa vestir uma roupa, é preciso que um pedaço de terra tenha sido cercado, capinado, umedecido, trabalhado, semeado com certa espécie de vegetal. É preciso que rebanhos se tenham alimentado e que tenham dado sua lã, que essa lã tenha sido fiada, trançada, tingida, convertida em tecido; que esse tecido tenha sido cortado, cosido, moldado em uma roupa. E esta série de operações implica uma quantidade de outras, pois elas supõem o emprego de instrumentos para arar, estábulos, usinas, carvão, máquinas, viaturas etc.

Se a sociedade não fosse uma associação muito real, aquele que quisesse uma roupa teria que trabalhar isoladamente, isto é, teria que cumprir por si próprio as inumeráveis tarefas da série acima indicada, desde a primeira enxada até o último ponto de agulha a ser dado.

Mas graças à sociabilidade, que é o caráter distintivo de nossa espécie, essas operações foram distribuídas por entre uma multidão de trabalhadores, e elas se subdividem cada vez mais em prol do bem comum, até o ponto em que, o consumo aumentando, uma simples operação especializada pode gerar uma nova indústria. Vem em seguida a repartição do produto, que se opera segundo o contingente de valor que cada um emprestou à obra total. Se isso não é associação, eu pergunto o que é

Observe-se que nenhum trabalhador retirou a menor partícula de matéria-prima do nada; ele se juntou a outros trabalhadores e todos se prestaram serviços recíprocos, se interajudaram com um objetivo comum. E todos podem ser considerados, uns em relação aos outros, como *intermediários*. Se, por exemplo, no curso da operação, o transporte se torna bastante importante para ocupar uma pessoa, a fiação uma segunda, o tear uma terceira, por que a primeira seria vista como *mais parasita* que as duas outras? Não é preciso que o transporte seja feito? Aquele que o faz não dá parte de seu tempo e de seu trabalho para realizá-lo? Não o poupa a seus associados? Estes não fazem outra coisa para ele? Não estão todos submetidos à remuneração igualmente, ou seja, à repartição do produto; à lei do *preço combinado?* Não é livremente e pelo bem comum que essa repartição do trabalho se dá e que as combinações são feitas? Por que teríamos necessidade que um socialista, sob o pretexto de planejar, venha despoticamente destruir nossas livres combinações e parar com a divisão do trabalho, substituir os esforços isolados por esforços associados e fazer a civilização andar para trás? A associação, tal como a descrevo aqui, seria menos associação porque cada um entra e sai dela livremente, escolhe

seu lugar, julga e barganha preços por si mesmo, sob sua própria responsabilidade, e traz para ela a força e a garantia de seu interesse pessoal? Para que ela mereça esse nome, será necessário que um pretenso reformador venha nos impor sua fórmula e sua vontade, e concentrar, por assim dizer, a humanidade nele próprio?

Quanto mais se examinam essas escolas *avançadas*, mais se fica convencido de que só uma coisa importa no fim de tudo: a ignorância se proclamando infalível e reclamando o despotismo em nome dessa infalibilidade.

Que o leitor nos desculpe essa digressão. Ela talvez não seja inútil no momento em que, tendo escapado dos livros de Saint-Simon, dos falansterianos e dos icarianos[17], as perorações contra os intermediários invadem o jornalismo e a Assembleia, ameaçando seriamente a liberdade do trabalho e das transações comerciais.

---

[17] N. do T.- Referências:

1. a Claude Henri de Rouvrox, conde de Saint-Simon (1760-1825), fundador histórico do socialismo francês;
2. aos falansterianos, ou construtores comuns, tal como propôs Marie Charles Fourier, em 1832, no seu jornal *Le Phalanstère,* com suas falanges ou comunidades de produção estruturadas em bases Cooperativas e nas quais a repartição dos bens produzidos coletivamente se fazia segundo o capital empregado, a capacidade e o trabalho de cada membro da comunidade;

3- a *Viagem a Icaria* (Voyage en Icarie), romance fantástico, escrito por Etienne Cabet, propondo a fundação de colônias, como forma de organização social, nas quais o militarismo comunitário substituiria o desejo de lucro.

7

Restrição

O Senhor Proibildo[18] (não fui eu quem lhe arranjou esse nome, foi o Senhor Charles Dupin) dedicava seu tempo e seu dinheiro a converter em ferro os minerais encontrados em suas terras. Como a natureza foi mais dadivosa para os belgas, estes ofereciam ferro aos franceses por um preço mais interessante que o do Senhor Proibildo. Assim sendo, todos os franceses, ou a França, podiam obter a quantidade de ferro que queriam, com menos trabalho, comprando-o lá no país dos honestos belgas. Movidos pelo interesse, ninguém fazia cerimônia: todos os dias viam-se multidões de negociantes de lojas de ferragem, ferreiros, lanterneiros, mecânicos, trabalhadores partirem por conta própria ou através de intermediários, a fim de fazerem suas compras na Bélgica. Isso desagradou muito ao Senhor Proibildo.

Primeiro lhe veio a ideia de impedir esse abuso por suas próprias mãos. Era o mínimo que podia fazer, já que ele era o único prejudicado. Pensou: "Apanho minha carabina, ponho quatro pistolas na cintura, coloco munição na cartucheira, pego minha espada e, assim, todo equipado, vou para a fronteira. Lá, o primeiro ferreiro, dono de loja de ferragem, mecânico ou chaveiro que passar em busca de negócios com os belgas e não comigo, eu o mato, para ele aprender a viver".

Na hora de partir, o Senhor Proibildo fez algumas reflexões que esfriaram um pouco seu ânimo belicoso. Ele pensou: "Primeiro, não é de jeito nenhum impossível que os compradores de ferro, meus compatriotas e inimigos, reajam de maneira diversa e, em vez de se deixarem matar, acabem matando a mim. Depois, mesmo mobilizando todos os meus empregados, não vamos conseguir vigiar todas as passagens. Enfim, essas providências vão-me custar muito caro, mais caro do que compensaria o resultado".

O Senhor Proibildo já ia tristemente se resignando a ser livre como todo mundo, quando uma ideia luminosa bateu em sua cabeça.

Lembrou-se de que, em Paris, existe uma grande fábrica de leis. Mas o que é uma lei? — perguntou-se ele. É uma medida, boa ou má,

[18] N. do T.- Em francês, "Monsieur Prohibant": esse irônico termo, usado para designar um protecionista, foi, como diz Bastiat, cunhado por Charles Dupin, e poderia ser talvez traduzido por: Senhor Restringidor do Comércio ou Senhor Protecionista.

que, uma vez sancionada, todo mundo tem de obedecer. Para cumprir a dita lei, organiza-se uma força pública e, para se organizar essa força pública, bebe-se na fonte da nação dos homens e do dinheiro.

"Se eu conseguisse que essa grande fábrica parisiense fizesse uma leizinha bem pequenininha, dizendo: 'O ferro belga está proibido', eu teria os seguintes resultados: o governo mandaria substituir os poucos rapazes que posso enviar à fronteira por vinte mil filhos de meus ferreiros, chaveiros, donos de lojas de ferragem, artesãos, mecânicos e trabalhadores recalcitrantes. Depois, para manter esses vinte mil fiscais aduaneiros em boa disposição de espírito e de saúde, ser-lhes-iam distribuídos 25 milhões de francos tomados desses ferreiros, donos de loja de ferragem, artesãos e trabalhadores. A vigilância seria mais bem feita do que por mim e não me custaria nada. Eu não ficaria exposto à brutalidade dos revendedores e venderia o ferro pelo meu preço. Assim, gozaria do doce prazer de ver nosso grande povo vergonhosamente enganado. Isso ensinaria a esse povo a proclamar-se continuamente precursor e promotor de todo progresso existente na Europa. Acho que a ideia é espirituosa e vale a pena ser tentada."

E assim o Senhor Proibildo se dirigiu a fabrica de leis. Numa outra oportunidade talvez eu possa contar algo sobre suas surdas manobras; hoje só quero falar de suas atitudes ostensivas. Dirigindo-se aos Senhores Legisladores, fez-lhes as seguintes considerações:

"O ferro belga é vendido na França por dez francos, o que me obriga a vender o meu pelo mesmo preço. Eu gostaria de comerciá-lo a 15 e não posso por causa desse maldito ferro belga. Fabriquem uma lei que diga: 'O ferro belga não entrará mais na França'. Assim, eu poderei logo aumentar de cinco francos o meu preço, e vejam as consequências:

— Para cada quintal[19] de ferro que eu entregar ao povo, em vez de receber dez francos, receberei 15 e enriquecerei mais depressa; darei mais oportunidades de expansão aos meus negócios e empregarei mais operários. Meus operários e eu gastaremos mais dinheiro, com grande vantagem para nossos comerciantes, até aqueles mais longínquos. Esses, aumentando a venda de suas mercadorias, farão mais encomendas à industria e progressivamente a atividade econômica só terá benefícios em todo o país. Essa preciosa moeda de 100 soldos que os senhores farão cair no meu cofre, como uma pedra que se joga num lago, fará irradiar um número infinito de círculos concêntricos.

[19] N. do T.- Antiga unidade de peso, equivalente a quatro arrobas, ou seja, 58,758 Kg.

Encantados com esse discurso e com a ideia de que é tão fácil aumentar legislativamente a riqueza de um povo, os fabricantes de leis votaram a restrição. Para que se fala tanto de trabalho e economia? diziam eles. Por que usar meios tão penosos para aumentar a riqueza nacional, se um decreto resolve o problema?

E, com efeito, a lei produziu todos os efeitos anunciados pelo Senhor Proibildo. Só que ela provocou outros efeitos também, porquanto, façamos-lhe justiça, ele não tinha desenvolvido um raciocínio falso, mas incompleto: ao pedir um privilégio, ele assinalou os efeitos que se veem, deixando na sombra os que não se veem. Ele só mostrou dois personagens, quando existem três na história. Cabe a nós reparar este esquecimento involuntário ou premeditado.

Com efeito, a moeda desviada assim por caminhos legislativos para o cofre do Senhor Proibildo constitui-se em uma vantagem para ele e para os que vão ter trabalho estimulado por ele. Mas se esse decreto tivesse feito descer da lua essa moeda, esses bons efeitos não seriam contrabalançados por nenhum mau efeito compensador. Infelizmente não é da lua que sai a misteriosa moeda de 100 soldos; mas é do bolso do ferreiro, do negociante de ferragens, do lanterneiro, do trabalhador, do construtor, em uma palavra, de Jacques Bonhomme, que paga mais hoje, sem receber um miligrama de ferro a mais do que no tempo em que pagava dez francos. À primeira vista, deve-se perceber que essa realidade muda bem o aspecto da questão, pois o *lucro* do Senhor Proibildo é compensado pelo *prejuízo* de Jacques Bonhomme, e tudo o que o Senhor Proibildo poderá fazer com esse dinheiro para o incremento do trabalho nacional, Jacques Bonhomme o teria feito ele mesmo. A pedra só foi atirada em certo ponto do lago, porque ela foi legislativamente impedida de ser lançada em outro ponto.

Portanto, *o que não se vê* compensa *o que se vê;* até aqui resta, como resíduo da operação, uma injustiça, e, coisa deplorável, uma injustiça perpetrada pela lei!

E isso não é tudo. Eu disse que tinha deixado na sombra um terceiro personagem. É preciso agora fazê-lo aparecer, a fim de que ele nos revele um *segundo prejuízo* de cinco francos. E aí teremos o resultado da evolução inteira da história.

Jacques Bonhomme é possuidor de 15 francos, fruto de seu suor. Estamos ainda no tempo em que ele era livre. O que faz ele desses seus 15 francos? Compra um artigo da moda por dez francos e, com esse artigo, paga (ou algum intermediário paga para ele) o quintal de ferro belga. Sobram cinco francos. É claro que ele não os joga fora no

rio, mas (e é o *que não se vê)* ele os entrega a um industrial qualquer em troca de um pequeno prazer, um livreiro, por exemplo, de quem ele compra um exemplar do *Discurso sobre a história universal,* de Bossuet.

Assim, no que se refere ao incremento do *trabalho nacional,* a coisa se passa, na medida dos 15 francos, da seguinte maneira:

- dez francos que vão para o artigo de moda vindo de Paris;
- cinco francos que vão para a livraria.

E, quanto a Jacques Bonhomme, ele obteve com seus 15 francos dois objetos de satisfação, a saber:

1) quatro arrobas de ferro;

2) um livro.

Sobrevém o decreto.

O que acontece com Jacques Bonhomme? O que se passa com o trabalho nacional?

Ao entregar seus 15 francos, até o último centavo, ao Senhor Proibildo, em troca de quatro arrobas de ferro, Jacques Bonhomme só tem o prazer de adquirir essas quatro arrobas de ferro. Ele não pode usufruir do livro ou de outro objeto qualquer equivalente. Ele perde cinco francos. Estamos de acordo, não? E não poderíamos deixar de estar, pois, quando a restrição aumenta o preço das coisas, o consumidor perde a diferença.

Mas, diz-se, o *trabalho nacional* ganha essa diferença.

Não, não é verdade, pois, desde que o decreto foi editado, o trabalho não é mais encorajado do que já o era antes, exatamente na medida dos 15 francos.

Após a edição do decreto, os 15 francos de Jacques Bonhomme vão exclusivamente para a metalurgia, enquanto antes eles eram repartidos entre o artigo de moda e a livraria.

A violência que o Senhor Proibildo promove por ele mesmo na fronteira ou a que ele fez promover-se pela lei podem ser julgadas muito diferentemente do ponto de vista moral. Há pessoas que acham que a espoliação perde toda a sua imoralidade, desde que seja legal. Quanto a mim, não poderia imaginar uma circunstância mais agravante. Seja como for, o que é certo é que os resultados econômicos são os mesmos.

Veja a coisa como preferir, mas tenha olhos sagazes e você perceberá que não sai nada de bom da espoliação legal ou ilegal. Não podemos negar que não tenha havido para o Senhor Proibildo ou para sua indústria ou, se se quiser, para o trabalho nacional um lucro de cinco francos. Mas nós afirmamos que existem também dois prejuízos: um para Jacques Bonhomme, que paga 15 francos pelo que ele antes podia obter por dez; outro para o trabalho nacional, que não recebe a diferença. Faça sua própria escolha dentre os dois prejuízos, conforme lhe aprouver, para compensar o lucro que nós estamos admitindo. O prejuízo que não for escolhido será apenas prejuízo total.

Moral: violentar não é produzir, é destruir. Oh! se violentar fosse produzir, nossa França seria mais rica do que é.

8
As Máquinas

"Malditas sejam as máquinas! A cada ano que se passa o seu poder progressivo condena à pobreza milhares de trabalhadores, tirando--lhes o trabalho e, com este, o salário, e com o salário, o pão! Malditas sejam as máquinas!"

Esse é o grito que emana do preconceito vulgar e cujos ecos ressoam nos jornais.

Mas maldizer as máquinas é maldizer a inteligência humana!

O que me confunde é o fato de se encontrarem pessoas que se sintam bem pensando dessa maneira!

Pois, em última análise, se esse ponto de vista é bom e verdadeiro, que consequências pode acarretar? É que não existem atividades que levem ao bem-estar, à riqueza, à felicidade, a não ser para os povos estúpidos, marcados pelo imobilismo mental, aos quais Deus não concedeu o dom funesto do pensar, do observar, do planejar, do inventar, do obter maiores resultados com menores quantidade de meios. Ao contrário, deu-lhes trapos como vestimenta, cabanas miseráveis como moradia. E a pobreza e a estagnação são a herança inevitável de toda nação que busca e acha no ferro, no fogo, no vento, na eletricidade, no magnetismo, nas leis da química e da mecânica — em uma palavra — nas forças da natureza, um complemento para suas próprias forças. E pode-se afirmar, como Rousseau, que "todo homem que pensa é um animal depravado".

Mas isso não é tudo! Se essa doutrina for verdadeira, como todos os homens pensam e inventam, como todos, de fato, do primeiro ao último e a cada minuto de suas existências procuram fazer as forças da natureza cooperarem com eles, buscam fazer mais com menos, reduzir seu próprio trabalho manual ou aquele pelo qual pagam, obter a maior quantidade possível de resultados com a menor quantidade possível de trabalho, deve-se concluir disso que a humanidade inteira está no caminho da decadência, precisamente por causa desta aspiração inteligente pelo progresso que parece atormentar cada um dos seus membros.

Desde logo deve-se constatar, estatisticamente, que os habitantes de Lancaster, fugindo desse mundo dominado pelas máquinas que é o seu país, vão procurar trabalho na Irlanda, onde elas ainda são desconhecidas. E deve-se constatar também, através da História, que as

sombras do barbarismo escurecem as épocas de civilização e que a civilização floresce nos tempos de ignorância e de barbarismo.

Evidentemente, há neste monte de contradições algo que nos choca e nos adverte que o problema esconde um elemento de solução ainda não suficientemente elucidado.

Eis todo o mistério: *por detrás do que se vê, está o que não se vê.* Vou tentar explicitar as coisas. Minha demonstração não poderá ser diferente da anterior, pois se trata de um problema idêntico.

Os homens têm uma tendência natural, a menos que sejam impedidos pela força, de buscarem *um bom negócio,* isto é, algo que, proporcionando-lhes satisfação equivalente, lhes poupe trabalho, não importando se esse bom negócio lhes venha de um hábil *produtor estrangeiro* ou de um *hábil produtor mecânico.*

A objeção teórica que se pode fazer a essa tendência nos dois casos acima apontados é a mesma. Num como no outro, o que é criticável é o fato de essa tendência atingir o trabalho com a inércia. Entretanto, o seu efeito atual não é tornar o trabalho *inerte,* mas *liberado* para outras tarefes.

Eis porque, na prática, o mesmo obstáculo — força — lhe é apontado em ambos os casos. O legislador proíbe a concorrência estrangeira e *impede* a concorrência mecânica. E que outro meio poderia existir para se sustar uma tendência natural da humanidade senão o de tirar-lhe a liberdade?

Em muitos países, é verdade, o legislador só atinge um desses concorrentes e se limita a se lamentar quanto ao outro. Isso só prova uma coisa: é que nesses países o legislador é inconsistente.

Tal fato não nos deveria surpreender. Quando se trilha um caminho falso, esbarra-se sempre na inconsistência. Se assim não fosse, a humanidade estaria destruída. Jamais se viu ou se verá um princípio falso ser levado até o fim. Eu já disse, aliás: a inconsistência é o limite do absurdo. E poderia ainda acrescentar: ela é ao mesmo tempo a prova dessa afirmação.

Voltemos a nossa demonstração: ela não vai ser longa.

Jacques Bonhomme tinha dois francos para pagar o trabalho de dois operários.

Imagine-se agora que ele inventa um meio de, através de cordas e pesos, abreviar o trabalho pela metade.

Assim, ele obtém o mesmo resultado, poupa um franco e despede um operário.

Ele despede um operário: é *o que se vê.*

E se é apenas isso que se vê, costuma-se dizer: "Vejam como a miséria se segue ao progresso, vejam como a liberdade é fatal para a igualdade. Mal o espírito humano obtém uma conquista e logo um operário é imediatamente lançado no abismo da pobreza. Pode ser, contudo, que Jacques Bonhomme continue a ter os dois operários trabalhando para ele, mas ele não lhes poderá dar mais do que dez soldos a cada um, pois eles competirão entre si e oferecerão seus serviços por um preço menor. É assim que os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres sempre mais pobres. Temos que refazer a sociedade".

Bela conclusão! Digna de um exórdio.

Felizmente, exórdio e conclusão, tudo isso é falso, porque por trás da metade do fenômeno *que se vê,* há a outra metade *que não se vê.*

Não se vê o franco poupado por Jacques Bonhomme e os efeitos naturais dessa economia.

Já que, como consequência de sua invenção, Jacques Bonhomme só gasta um franco de mão-de-obra ao tentar alcançar uma determinada satisfação, resta-lhe ainda um outro franco.

Se por um lado, portanto, existe no mundo um operário que oferece seus braços desocupados, há também no mundo, por outro lado, um capitalista que oferece seu franco desocupado. Esses dois elementos se encontram e se combinam.

E está claro como a luz do dia que entre a oferta e a procura de trabalho, entre a oferta e a procura de salário, a relação não mudou em nada.

O invento e o operário, pago com o primeiro franco correspondem agora ao trabalho que faziam antes dois operários.

O segundo operário, pago com o segundo franco, realiza algum novo trabalho.

O que então mudou no mundo? Há uma satisfação nacional a mais. Em outras palavras: o invento é uma conquista gratuita, um proveito gratuito para a humanidade.

Pela forma que eu encaminhei a minha demonstração, pode-se tirar a seguinte conclusão: "É o capitalista que colhe todos os frutos das máquinas. A classe dos assalariados não tira proveito delas nunca,

pois, conforme se costuma dizer por aí, as máquinas *deslocam* uma porção do trabalho nacional sem *diminuí-lo,* é verdade, mas também sem *aumentá-lo*".

Não é meu objetivo responder a todas as objeções. Minha única intenção é combater um preconceito vulgar, muito perigoso e muito difundido. Eu queria provar que uma nova máquina não põe em disponibilidade certo número de trabalhadores, a não ser que coloque em disponibilidade também e *forçosamente* a remuneração que paga os salários desses trabalhadores. Esses trabalhadores e essa remuneração se combinam para produzir o que era impossível produzir antes do invento. Conclui-se daí que *esse invento tem como consequência definitiva um aumento de satisfações por um mesmo trabalho.*

Quem lucra com satisfações excedentes?

Bem, em primeiro lugar é o capitalista, o inventor, o primeiro que se serve com sucesso da máquina, e essa é a recompensa pela sua genialidade e sua audácia. Nesse caso, como acabamos de ver, ele realiza com os gastos de produção uma economia, a qual, não importa o modo como seja gasta (e ela sempre é gasta), ocupa justamente tantos braços quantos a máquina fez dispensar.

Mas logo a concorrência força o inventor a baixar seu preço de venda, na medida da mesma economia que realizou.

E, então, não é mais o inventor que colhe os benefícios da sua invenção. É o comprador do produto, o consumidor, o público, aí compreendidos os operários — em suma, a humanidade.

E *o que não se vê* é que a economia também obtida por todos os consumidores forma um fundo do qual os salários podem ser tirados substituindo o que a máquina consumiu.

Assim, (retomando o exemplo acima), Jacques Bonhomme obtém um produto gastando dois francos com salários.

Graças ao seu invento, a mão-de-obra agora só lhe custa um franco.

Enquanto ele vender o produto pelo mesmo preço de antes, haverá um operário a menos ocupado na fabricação desse produto especial: é *o que se vê.* Mas há um operário a mais ocupado pelo franco que Jacques Bonhomme economizou: *é o que não se vê.*

Quando, pelo passo natural das coisas, Jacques Bonhomme é levado a reduzir de um franco o preço do produto, ele não está mais fazendo economia. Portanto, ele não mais dispõe de um franco para

encomendar à mão-de-obra nacional uma produção nova. Mas quem quer que adquira esse produto, isto é, a humanidade, toma o seu lugar. Quem quer que compre o produto vai pagá-lo um franco mais barato. Economiza assim um franco. E esta economia é necessariamente encaminhada para aquele fundo de salários: é ainda *o que não se vê.*

Demos a esse problema das máquinas outra solução, baseada na realidade.

Dissemos: a máquina reduz os gastos de produção e faz baixar o preço do produto. A baixa dos preços provoca um aumento de consumo, o qual necessita de um aumento de produção. E, finalmente, a utilização de tantos trabalhadores quantos eram necessários antes do invento — ou mais. Citemos, como exemplo para um argumento, a imprensa, a tecelagem, os jornais etc.

Esta demonstração não é científica.

Seria preciso ainda dizer que, se o consumo de um produto especial como este em questão fica estacionário ou próximo disso, então a máquina seria prejudicial ao trabalho. E não é isso que acontece.

Suponhamos que, em um determinado país, todos os homens usem chapéu. Se, pelo emprego de máquinas, consegue-se baixar pela metade o preço do chapéu, não se deduz *necessariamente* que se comprará o dobro de chapéus.

Poder-se-ia dizer, nesse caso, que uma parte do trabalho nacional foi atingida pela inércia? Sim, de acordo com o ponto de vista geral, não, de acordo com meu raciocínio, porquanto, embora nesse país não se viesse a comprar nenhum chapéu a mais, o fundo inteiro de salários não ficaria intacto. O que não fosse canalizado para a indústria chapeleira, o seria para a economia realizada por todos os consumidores e, consequentemente, iria remunerar os salários de toda a força de trabalho que a máquina tornou desnecessário, estimulando um novo desenvolvimento de todas as indústrias.

E é assim que as coisas se passam. Eu vi jornais que custavam 80 francos, hoje eles são vendidos a 48. É uma economia de 32 francos para os assinantes. Isso não é tão certo assim; não é, pelo menos, necessário que os 32 francos continuem a tomar a direção da indústria jornalística. Mas o que é certo, o que é necessário, é que, se eles não tomam essa direção, tomam outra. Há quem se sirva deles para receber mais jornais, outros para se alimentarem melhor, outros ainda para se vestirem melhor e mais outros para mobiliarem melhor suas casas.

As indústrias são, pois, solidárias. Formam um todo vasto e unido cujas partes se comunicam por canais secretos. O que é economizado numa serve a todas. O que importa é compreender bem que jamais, jamais mesmo, as economias só acontecem às expensas do trabalho e dos salários.

9

O Crédito

Durante todos os tempos, mas sobretudo nos últimos anos, pensou-se em universalizar a riqueza, universalizando-se o crédito.

Acho que não estarei exagerando se disser que, desde a revolução de fevereiro[20], os jornais parisienses vomitaram mais de dez mil exemplares preconizando essa solução para *o problema social.*

Tal solução, infelizmente, tem por base uma pura ilusão de ótica, se é que uma ilusão possa ser base de alguma coisa. Começa-se a confundir o numerário com os produtos; depois, confunde-se o papel-moeda com o numerário; e é destas duas confusões que se pretende extrair uma realidade.

É absolutamente necessário, nessa questão, esquecer o dinheiro, a moeda, as cédulas e os outros instrumentos através dos quais os produtos passam de mão em mão, e ver somente os próprios produtos, que são a verdadeira matéria do empréstimo.

Assim é que, quando um lavrador toma emprestado 50 francos para comprar uma charrua, não são, na verdade, 50 francos que lhe emprestam, mas a própria charrua.

E quando um negociante toma emprestado vinte mil francos para comprar uma casa, não são vinte mil francos que ele deve, mas a casa.

O dinheiro só aparece nessas transações para facilitar o negócio entre as várias partes.

Pedro pode não estar disposto a emprestar sua charrua e Jacques pode, por sua vez, desejar emprestar seu dinheiro. O que faz então Guilherme? Toma emprestado o dinheiro de Jacques e, com esse dinheiro, compra a charrua de Pedro.

Mas, a bem da verdade, ninguém toma dinheiro emprestado pelo próprio dinheiro. Tomam-se empréstimos para se obterem produtos.

Ora, em nenhum país do mundo se podem passar de uma mão a outra mais produtos do que aqueles que existem.

---

[20] N. do T.- Manifestações populares contra o primeiro-ministro Guizot, em 22 de fevereiro de 1848, resultaram na demissão do mesmo pelo rei Luís Filipe. Essa atitude, porém, não ajudou o rei, pois, no dia seguinte, tropas atiraram contra um grupo de manifestantes e o povo de Paris respondeu com um levante armado, que culminou com a abdicação de Luís Filipe e o surgimento da Segunda República.

Qualquer que seja a soma de dinheiro que esteja em circulação, o conjunto dos tomadores de empréstimos não pode receber mais charruas, casas, ferramentas, provisões de matérias-primas do que o conjunto dos emprestadores pode fornecer.

E ponhamos bem na cabeça que todo tomador de empréstimo pressupõe um emprestador, e que todo pedido de empréstimo implica um empréstimo.

Isto posto, qual o bem que podem proporcionar as instituições de crédito?

É o de facilitar, entre os tomadores de empréstimo e os emprestadores, o meio de eles se encontrarem e se entenderem. Mas o que elas não podem fazer é aumentar de uma hora para outra a quantidade de objetos que se tomam emprestados e que se emprestam.

Mas seria, entretanto, necessário encontrar um meio de fazer isso, a fim de que o objetivo dos reformistas fosse alcançado, porquanto eles não aspiram a nada menos que colocar charruas, casas, ferramentas, provisões, matérias-primas nas mãos de todos os que desejarem.

E o que imaginam eles para chegar a isso?

Dar ao empréstimo a garantia do estado.

Aprofundemos esse assunto, pois há nele alguma coisa *que se vê e* algo *que não se vê.* Tentemos, ver as duas coisas.

Imaginem que só exista uma charrua no mundo e que dois lavradores a desejam.

Pedro é possuidor da única charrua disponível na França. João e Jacques desejam pedi-la emprestada. João, por sua honradez, por suas propriedades, por seu bom nome, tem todas as garantias necessárias. *Acredita-se* nele, ele tem *crédito.* Jacques não inspira confiança ou inspire talvez menos que o outro. Será natural que Pedro empreste sua charrua a João.

Mas eis que, sob a inspiração socialista, chega o estado e intervém, dizendo a Pedro: "Empreste sua charrua a Jacques, eu garanto o reembolso e essa garantia vale mais do que a de João, pois ele só conta consigo mesmo para responder por ele, e eu, que não tenho nada na verdade, disponho da fortuna de todos os contribuintes. É com o dinheiro destes que, em caso de necessidade, pagarei o principal e os juros".

Em consequência disso. Pedro empresta sua charrua a Jacques. Isso é *o que se vê.*

E os socialistas contentes esfregam as mãos dizendo: "Vejam como nosso plano deu certo! Graças à intervenção do estado, o pobre Jacques tem uma charrua e não será mais obrigado a cavar a terra com a enxada. Ei-lo no caminho da fortuna. É um bem para ele e também para a nação considerada como um todo".

Pois enganam-se, senhores! Não há proveito para a nação, e eis *o que não se vê.*

Não se vê que a charrua só foi para as mãos de Jacques porque não foi destinada a João.

Não se vê que, se Jacques ara a terra em vez de cavá-la com a enxada, João terá de usar a enxada em vez de arar a terra.

Não se vê que, por conseguinte, o que se estava considerando um *aumento* de empréstimos não é senão um deslocamento, uma *transferência.*

Além disso, não se vê que essa transferência gera duas profundas injustiças.

Injustiça para com João que, depois de ter merecido e conquistado o *crédito* por sua probidade e sua atividade, se vê impossibilitado de obtê-lo.

Injustiça para com os contribuintes, expostos a terem de pagar uma dívida que não lhes diz respeito.

Pode-se dizer que o governo dá a João as mesmas facilidades que a Jacques? Mas, se só há uma charrua disponível, não há como se emprestarem duas. O argumento volta sempre ao ponto de se afirmar que, graças à intervenção do estado, serão oferecidos mais empréstimos do que se pode emprestar, pois a charrua representa, aqui, a massa do capital disponível.

É claro que eu reduzi a operação à sua expressão mais simples. Contudo, experimentem na mesma pedra de toque as instituições governamentais de crédito mais complexas e vocês se convencerão de que elas não podem alcançar senão o seguinte resultado: *transferir* o crédito e não *aumentá-lo.* Num dado país e num determinado espaço de tempo, só pode existir uma certa soma de capitais disponíveis e todos são aplicados. Ao dar garantia aos insolventes, o estado pode sem dúvida aumentar o número de tomadores de empréstimo, fazer aumentar a taxa de juros (sempre em prejuízo do contribuinte); mas o que ele não pode fazer é aumentar o número de pessoas que emprestem e a importância total dos empréstimos.

Que ninguém me venha a imputar uma conclusão da qual peço a Deus que me livre. Estou dizendo que a lei não deve nunca favorecer artificialmente os empréstimos, mas não estou dizendo que ela deva entravá-los artificialmente. Se existem no nosso sistema hipotecário, ou em outro qualquer, obstáculos à difusão e à aplicação do crédito, que se faça com que esses obstáculos desapareçam. Nada haverá de melhor nem de mais justo. Mas é só isso o que, com a liberdade, devem pedir à lei os reformistas dignos deste nome.

10

A ARGÉLIA

Olhem só quatro oradores disputando a tribuna! Primeiramente falam todos ao mesmo tempo. Em seguida, um após o outro. O que disseram? Com certeza coisas muito bonitas sobre o poderio e a grandeza da França, sobre a necessidade de se plantar para colher, sobre o futuro de nossa gigantesca colônia, sobre a vantagem de descarregar bem longe o *excedente* de nossa população etc. Magníficas peças de eloquência, sempre ornadas com esta peroração:

"Aprovai 50 milhões (mais ou menos) para se construírem na Argélia portos e estradas, para se levarem colonos para lá, levantar-lhes casas e desmatar os campos. Dessa forma estareis aliviando o trabalhador francês e estimulando o trabalhador africano, fazendo ainda frutificar o comércio de Marselha. Tudo é lucro."

Pois bem! Isto é verdade, se só se considerarem os tais 50 milhões a partir do momento em que o estado os gasta, se se olhar para onde vão e não de onde vêm; se só se levar em conta o bem que vão fazer ao deixarem os cofres do Tesouro e não o prejuízo que ocasionaram, ou, além disso, o bem que foi obstado, fazendo-se com que entrem primeiro nos cofres do governo. Sim, dentro deste limitado ponto de vista, tudo é lucro. A casa construída na Barbaria é *o que se vê*. O porto cavado na Barbaria é *o que se vê*. O mercado de trabalho criado na Barbaria é *o que se vê*. Alguns braços a menos na França é *o que se vê*. Um grande movimento de negociantes em Marselha é sempre *o que se vê*. Mas há outra coisa *que não se vê*. É que, os 50 milhões gastos pelo estado não podem mais ser gastos como o seriam pelo contribuinte. De todo o benefício atribuído à despesa pública executada, deve-se deduzir todo o prejuízo causado ao se impedir a realização da despesa privada. A menos que se possa dizer que o nosso Jacques Bonhomme não tinha o que fazer com as moedas de 100 soldos que ele ganhou e que o imposto lhe roubou. Afirmação absurda! Se ele se deu o trabalho de ganhá-las é porque tinha a esperança de delas se servir. Ele teria mandado tirar a cerca do seu jardim e agora não pode mais fazê-lo. Isso é *o que não se vê*. Teria mandado adubar suas terras e agora não pode mais. Isso é *o que não se vê*. Teria ampliado sua choupana e agora não pode mais. Isso é *o que não se vê*. Teria comprado mais ferramentas e agora não pode mais. Isso é *o que não se vê*. Teria se alimentado melhor, vestido melhor, teria dado mais instrução a seus filhos, aumentado o dote de sua filha e agora não pode mais. Isso é *o*

que não se vê. Teria feito um seguro de vida e agora não pode mais. É *o que não se vê*. De um lado, estão os benefícios que lhe são tirados e os meios de ação que foram arrancados de suas mãos. De outro, o trabalho do roceiro, do carpinteiro, do ferreiro, do alfaiate, do professor de sua cidade, que ele teria fomentado e que se acha anulado. É sempre *o que não se vê*.

Conta-se muito com a prosperidade futura da Argélia. Que assim seja! Mas que se leve em conta também o marasmo que, em consequência dessa esperada prosperidade, faz-se abater sobre a França. Mostram-me o florescente comércio marselhês. Mas se ele se desenvolve à custa do imposto pago pelo contribuinte, eu posso apontar, com a outra mão, uma igual quantidade de negócios que não está indo para frente no resto do país. Dizem: "Olhem só um colono levado para a Barbaria. É um alívio para a população que permanece no país". Eu respondo: "Como seria isso possível se, ao se transportar esse colono para a Argélia, está-se também levando para lá duas ou três vezes o capital que o teria feito viver na França[21]?".

O único objetivo que tenho em mira é fazer compreender ao leitor que, em toda despesa pública, por detrás do benefício que aparentemente ela traz, existe um prejuízo mais difícil de ser discernido. Usando o melhor de minha habilidade, gostaria de levar meu leitor a adquirir o hábito de ver um e outro aspecto, e de tomar consciência de ambos.

Quando uma despesa pública é proposta, há que se examiná-la atentamente, abstraindo-se do pretenso incentivo ao trabalho que dela vai resultar, pois esse incentivo é uma quimera. O que a despesa pública faz com relação a isso a despesa privada o teria feito também. Portanto, o interesse do trabalho é irrelevante.

Não é objeto deste texto apreciar o mérito intrínseco dos gastos públicos feitos na Argélia.

Mas não me posso furtar de fazer uma observação geral. É que a presunção é sempre desfavorável aos gastos coletivos feitos por vias de imposto. Por quê? Eis a resposta:

Primeiramente, a justiça é sempre um pouco atingida. Assim, visto ter Jacques Bonhomme suado para ganhar sua moeda de 100

[21] O Senhor ministro da Guerra afirmou recentemente que cada indivíduo transportado para a Argélia custou ao estado oito mil francos. Ora, é sem sombra de dúvida óbvio que o infeliz de que se fala teria muito bem vivido na França com a soma de quatro mil francos. Eu me pergunto em que se está aliviando a população francesa, quando se lhe tiram um homem e os meios de existência de dois?

soldos, objetivando alcançar alguma satisfação, é no mínimo aborrecido que o fisco intervenha para tirar de Jacques Bonhomme essa satisfação e conferi-la a ou trem. É claro que cabe ao fisco ou a quem age em nome dele apresentar boas razões para tal. Nós já vimos que o estado dá uma detestável justificativa quando diz: "Com esses 100 soldos abrirei mercado de trabalho para outros trabalhadores". Pois Jacques Bonhomme (assim que sua catarata ficar curada) não deixará de responder: "Com a breca! Com esses 100 soldos eu daria trabalho eu mesmo a esses trabalhadores".

Posta de lado essa razão, as outras se apresentam em toda sua nudez, e o debate entre o fisco e o pobre Jacques se acha muito simplificado. Se o estado lhe diz: "Eu te tiro 100 soldos para pagar ao policial que te protege; para pavimentar a rua por onde passas todos os dias; para indenizar o magistrado que faz respeitarem tua liberdade e tua propriedade; para alimentar o soldado que defende nossas fronteiras"; Jacques Bonhomme pagará o imposto sem dizer nada ou me engano muito. Mas se o estado lhe diz: "Eu te tomo esses 100 soldos para te dar um centavo de prêmio no caso de cultivares bem tua terra, ou para ensinar a teu filho o que não queres que ele aprenda, ou para que o Senhor Ministro acrescente um centésimo primeiro prato ao seu jantar; eu te tomo esse dinheiro para construir uma cabana na Argélia, com a condição de te tomar 100 soldos a mais todos os anos para manter por lá um colono, e outros 100 soldos para manter um soldado que guarde o colono, e outros 100 soldos para manter um general que guarde o soldado etc.", parece-me ouvir o pobre Jacques Bonhomme exclamar: "Esse regime legal, muito autoritário, parece-se muito com a lei da selva!" Ao prever a objeção, o que faz o estado? Embaralha todas as coisas e apresenta essa justificativa detestável que não deveria ter nenhuma influência na questão. Fala do efeito dos 100 soldos sobre o trabalho; mostra o cozinheiro e o fornecedor do ministro; mostra um colono, um soldado, um general vivendo com os cinco francos; mostra, enfim, *o que se vê*. E, enquanto Jacques Bonhomme não tiver aprendido a lançar a vista sobre *o que não se vê*, será sempre um bobo. É por isso que me esforço por lhe ensinar com muitas repetições.

Do fato de os gastos públicos deslocarem o trabalho sem aumentá-lo, resulta contra esses gastos uma segunda objeção bem grave. Deslocar o trabalho é o mesmo que deslocar os trabalhadores, é perturbar as leis naturais que regem a distribuição da população sobre o território. Quando 50 milhões são deixados para o contribuinte, como este está por toda parte, esse dinheiro oportuniza trabalho nas 40 mil municipalidades da França. Esse dinheiro age retendo cada um na sua terra natal e se reparte por todos os trabalhadores possíveis e por

todas as indústrias imagináveis. Mas se o estado tira esses 50 milhões dos cidadãos, acumula-os e os gasta em um projeto determinado, ele atrai para esse projeto uma quantidade proporcional de trabalho deslocado, um número correspondente de trabalhadores tirados de sua terra natal, população flutuante, desclassificada e, ouso dizer, perigosa, quando o dinheiro acaba!

Na realidade, o que acontece é o seguinte (e eu entro aí no meu assunto): essa atividade febril e, por assim dizer, lançada sobre um espaço estreito aparece diante de todos os olhares: é o *que se vê.* O povo aplaude, fica maravilhado com a beleza e a facilidade dos procedimentos e pede a sua repetição e a sua extensão. O *que ele não vê* é que uma quantidade igual de trabalho, provavelmente mais útil, foi impedida de ser criada em todo o resto da França.

11
Poupança e Luxo

Não é só em matéria de gastos públicos que *o que se vê* eclipsa *o que não se vê.* Deixando na sombra a metade da economia política, esse fenômeno induz a uma falsa moral. Leva as nações a considerarem como antagônicos seus interesses morais e materiais. O que pode haver de mais desencorajador e entristecedor?

Vejam:

Não existe um só pai de família que não considere dever seu ensinar a seus filhos a ordem, a organização, o espírito de conservação, a economia, a moderação nas despesas.

Não existe religião que não lute contra o fausto e o luxo. Está muito bem, mas, por outro lado, o que haverá de mais popular que as seguintes frases: "Entesourar é dissecar as veias do povo"; "O luxo dos grandes faz a abastança dos pequenos"; "Os pródigos se arruínam, mas enriquecem o estado"; "É no supérfluo do rico que germina o pão do pobre"?

Vemos nessas frases uma flagrante contradição entre a ideia moral e a social. Quantos homens eminentes, depois de se darem conta dessa contradição, conseguem vê-la com equanimidade! É o que eu nunca pude compreender, pois acho que não se pode experimentar nada mais doloroso do que perceber duas tendências opostas no coração da humanidade. Vejam bem: os homens são aviltados de um lado como do outro! Se forem econômicos, caem na miséria, se pródigos, caem na degradação moral!

Felizmente essas máximas populares mostram por um ângulo falso a poupança e o luxo, só levando em conta as consequências imediatas *que se veem* e não os efeitos ulteriores *que não se veem.* Tentemos retificar essa visão incompleta.

Mondor e seu irmão Aristo, após se repartirem a herança paterna, ficam cada um com 50 mil francos de renda. Mondor pratica a filantropia, como está na moda. É o que se pode chamar de perdulário. Renova seu mobiliário uma vez por ano, troca suas carruagens todos os meses, as pessoas comentam sobre os métodos que ele usa para, engenhosamente, acabar mais depressa com o dinheiro.

Enfim, ele faz, por comparação, empalidecer os personagens *bons vivants* de Balzac e de Alexandre Dumas.

Que coro de elogios se escuta sempre em volta dele! "Falem-nos de Mondor! Viva Mondor! É o benfeitor dos trabalhadores. É o anjo bom do povo! É verdade que ele se atola na orgia, respinga lama nos que estão em volta, sua dignidade e a dignidade humana sofrem um pouco com isso... Mas enfim, se ele não se torna útil com seu trabalho, sua fortuna se encarrega disso. Ele põe o dinheiro em circulação e sua casa está sempre cheia de fornecedores, que saem de lá sempre satisfeitos. Não se diz por aí que as moedas são redondas para que possam rolar?"

Aristo adotou um plano de vida bem diferente. Se não é um egoísta, é, pelo menos, um *individualista,* pois ele racionaliza suas despesas, só procura prazeres moderados e razoáveis, pensa no futuro dos filhos e, para encurtar, *economiza.*

E é preciso escutar o que dizem dele as pessoas:

"Para que serve esse mau rico, esse avarento? Sem dúvida há algo de impressionante e de tocante na simplicidade de sua vida. Ele é, aliás, humano, bondoso, generoso, mas *calcula* tudo. Não gasta tudo o que tem. Sua casa não está sempre iluminada e cheia de gente. Que fama tem ele junto aos tapeceiros, aos fabricantes de carruagens, aos negociantes de cavalos e aos confeiteiros?"

Esses julgamentos, nocivos à moral, estão baseados no fato de que há alguma coisa que impressiona os olhos: os gastos do irmão pródigo. E há outra coisa que se esconde deles: os gastos iguais e até mesmo mais elevados do irmão econômico.

Mas as coisas foram tão bem organizadas pelo divino inventor da ordem social que, nesse caso, como, aliás, em tudo, a economia política e a moral, longe de se chocarem, estão em concordância, e a sabedoria de Aristo é não somente mais digna, mas ainda mais *proveitosa* que a loucura de Mondor.

E, quando digo mais proveitosa, não estou querendo dizer proveitosa só para Aristo, ou então para a sociedade em geral, porém, mais proveitosa para os trabalhadores atuais, para a indústria de nossos dias.

Para provar isso, basta colocar sob a mira do espírito as consequências recônditas das ações humanas, que o olho do corpo não vê.

Sim, a prodigalidade de Mondor tem efeitos visíveis a todos os olhares: cada um pode ver suas berlindas, seus landaus, seus faetontes, as belas pinturas do teto de seu lar, seus ricos tapetes, o brilho que

emana das janelas de sua casa. Cada um sabe que seus puros-sangues correm no turfe. Os jantares que ele dá em Paris fazem a multidão parar nas calçadas e as pessoas exclamam: "Que homem maravilhoso! Em vez de guardar seus rendimentos, desfalca provavelmente seu capital." Isto é *o que se vê.*

Não é tão fácil de se perceber, do ponto de vista do interesse dos trabalhadores, o que se tornam os rendimentos de Aristo. Se seguimos as suas pegadas, vamos observar que todos esses rendimentos, *até o último centavo,* servem para dar emprego aos operários tanto quanto certamente os rendimentos de Mondor. Mas há uma diferença importante nisso: os gastos loucos de Mondor estão condenados a diminuir sempre e a chegar a um fim necessário. A sábia despesa de Aristo vai engordando de ano para ano.

E, se for assim, então o interesse público se acha de acordo com a moral.

Aristo gasta consigo e com a casa vinte mil francos por ano. Se isso não fosse o bastante para sua felicidade, ele não mereceria o nome de sábio. Ele é sensível aos males que pesam sobre a classe pobre. Crê que deve fazer alguma coisa para lhe aliviar os sofrimentos, e destina a essa classe dez mil francos através de atos de beneficência. No meio dos negociantes, dos fabricantes, dos agricultores, ele sempre encontra amigos momentaneamente em dificuldades. Então se informa da situação deles, a fim de poder socorrê-los com prudência e eficácia, destinando para isso também dez mil francos. Enfim, ele não esquece que tem filhas para dotar, filhos aos quais deve assegurar um futuro e, por causa disso, impõe-se o dever de poupar e aplicar por ano dez mil francos.

Eis, pois, como ele usa seus rendimentos:

1) Despesas pessoais 20.000 francos

2) Filantropia 10.000 francos

3) Ajuda aos amigos 10.000 francos

4) Poupança 10.000 francos

Retomemos cada um desses itens e vamos ver que nem

um só centavo escapa ao trabalho nacional.

1) Despesas pessoais — estas têm, para os operários e fornecedores, efeitos absolutamente idênticos a uma despesa igual feita por Mondor. Isso é evidente por si só e não vamos falar nesse assunto.

2) Filantropia — os dez mil francos destinados a esse fim vão igualmente alimentar a indústria. Eles chegam ao padeiro, ao açougueiro, ao vendedor de roupas e de móveis. Só que o pão, a carne, as vestimentas não servem diretamente a Aristo, mas àqueles que ele colocou em seu lugar. Ora, essa simples substituição de um consumidor por outro não afeta em nada a indústria em geral. Que Aristo gaste 100 centavos ou que peça a um infeliz que os gaste em seu lugar é a mesma coisa.

3) Ajuda aos amigos — o amigo a quem Aristo empresta ou dá dez mil francos não os recebe para guardá-los. Isto contraria a nossa hipótese Ele os usa para pagar mercadorias ou dívidas. No primeiro caso, a indústria é estimulada. Será que alguém ousará dizer que haverá mais ganho para a indústria com a compra de um puro-sangue feita por Mondor, no valor de dez mil francos, do que com a compra de dez mil francos de tecidos feita por Aristo ou por seu amigo? E, se esta soma é usada para pagar uma dívida, podemos deduzir que aparece em cena um terceiro personagem, o credor, que ganhará os dez mil francos, mas que certamente os empregará no seu comércio, em sua fábrica ou no seu ramo de trabalho. É um intermediário a mais entre Aristo e os operários. Os nomes das coisas e pessoas mudam, a despesa permanece e o estímulo à indústria também.

4) Poupança — restam os dez mil francos *poupados*. E é aí que, do ponto de vista do incentivo às artes, à indústria, ao trabalho, aos trabalhadores, Mondor aparece como muito superior a Aristo, embora, sob o aspecto moral, Aristo se mostre um pouco superior a Mondor.

Não é nunca sem um certo mal-estar físico, que chega às raias do sofrimento, que eu vejo tais contradições aparecerem no seio das grandes leis da natureza. Se os homens tivessem que optar entre dois partidos, dos quais um ferisse os seus interesses e o outro, sua consciência, só nos restaria a desesperança no futuro. Felizmente não é assim. E, para que vejamos Aristo retomar sua superioridade econômica tanto quanto moral, basta-nos compreender esse axioma consolador, que não tem de ser verdadeiro para ter uma aparência paradoxal: *poupar é gastar.*

Qual o objetivo de Aristo ao economizar dez mil francos? Será o de encafuar duas mil moedas de 100 centavos num esconderijo de seu jardim? Certamente não. Ele pretende aumentar seu capital e seus rendimentos. Consequentemente, o dinheiro que ele não usa para satisfazer suas necessidades pessoais, ele o utiliza na compra de terras, de uma casa, de papéis do governo, de ações da indústria, ou, então, aplica-o numa instituição financeira ou num banco. Acompanhem o dinheiro em todas essas operações e vocês vão-se convencer

de que, através dos vendedores ou tomadores de empréstimo, ele vai alimentar o trabalho, tanto quanto se Aristo, a exemplo de seu irmão, o tivesse trocado por móveis, joias e cavalos.

Pois, quando Aristo compra terras por dez mil francos, ou aplica o capital, ele o faz na convicção de que não deve gastar essa soma, e se o fizesse vocês o censurariam por isso.

Mas, por outro lado, aquele que vende a terra ou gasta seus rendimentos é levado pelo pensamento de que deve gastar os dez mil francos de um modo qualquer. De tal maneira que a despesa se faz em qualquer dos casos, ou por Aristo ou por aqueles que o substituíram.

Do ponto de vista da classe operária, do incentivo ao trabalho, só há uma diferença entre a conduta de Aristo e a de Mondor. A despesa de Mondor, sendo feita diretamente por ele e em torno dele, *pode ser vista*. A de Aristo, sendo feita em parte por terceiros e à distância, *não se pode ver.* Mas, de fato e para quem sabe juntar os efeitos às causas, aquela que não se vê é tão certa quanto a que se vê. O que prova isso é que nos dois casos o dinheiro *circula* e não permanece nem no cofre do irmão sábio e nem no do dissipador.

É, portanto, falso afirmar-se que a poupança causa um real prejuízo à indústria. Sob esse ângulo, ela é tão benéfica quanto o luxo.

Mas quão superior essa poupança se mostrará, se nosso pensamento, em vez de se prender às horas fugazes que passam, se detiver num espaço de tempo maior, mais longo!

Assim, imaginemos que dez anos se passaram. O que se tornaram Mondor e sua fortuna? E a sua grande popularidade? Tudo se acabou! Mondor está arruinado! Longe de despejar 60 mil francos, todos os anos, na economia, ele está vivendo provavelmente às custas da sociedade. Em todo caso, ele não faz mais a alegria dos fornecedores, não consta mais como protetor das artes e da indústria, não serve mais para nada diante dos trabalhadores e nem diante dos seus, que ele deixou em dificuldades.

Ao final dos mesmos dez anos, Aristo continua não somente a pôr o seu dinheiro em circulação, mas continua aumentando seus rendimentos de ano para ano. Ele contribui para fazer crescer o capital nacional, ou seja, o fundo que alimenta os salários. E, como a demanda de trabalho depende da extensão desse fundo, ele concorre para o aumento progressivo da remuneração da classe operária. Se ele vier a morrer, deixa os filhos preparados para substituí-lo nessa obra de progresso e de civilização.

Do ponto de vista moral, a superioridade da poupança sobre o luxo é incontestável. É consolador poder-se pensar que o mesmo se dá do ponto de vista econômico, para quem quer que, não se fixando nos efeitos imediatos das coisas, saiba levar suas investigações até os seus últimos efeitos.

12

Direito ao Trabalho, Direito ao Lucro

"Irmãos, cotizai-vos para me oferecer trabalho pelo salário que vocês propuserem". É o direito ao trabalho, o socialismo elementar ou de primeiro grau.

"Irmãos, cotizai-vos para me oferecer trabalho pelo salário que eu propuser". É o direito ao lucro, o socialismo refinado ou de segundo grau.

Ambos sobrevivem pelos efeitos que geram e *que podem ser vistos.* Contudo, morrerão por causa dos efeitos *que não podem ser vistos.*

O *que se vê* é o trabalho e o lucro incrementados pela cotização social. *O que não se vê* são o trabalho e os lucros originados dessa mesma soma de dinheiro, caso ela fosse deixada nas mãos dos contribuintes.

Em 1848[22], o direito ao trabalho se mostrou, por um momento, com duas faces. Isso bastou para arruiná-lo perante a opinião pública.

Uma dessas faces chamada de *Oficina de Trabalho Nacional.* A outra, de *Quarenta e cinco centavos.*

Milhões de francos saíam diariamente da Rua de Rivoli para as oficinas de trabalho nacionais. É o lado positivo da medalha.

Mas eis o reverso: para que esses milhões de francos saíssem das caixas do Tesouro, seria preciso que nelas houvessem entrado. E foi por isso mesmo que os organizadores do direito ao trabalho se dirigiram aos contribuintes.

E os proprietários rurais diziam: "Tenho de pagar 45 centavos. É claro que com isso vou me privar de uma roupa, vou deixar de adubar minhas terras e não poderei consertar minha casa".

[22] N. do T.- O novo regime inaugurado com a Revolução de Fevereiro de 1848, patrocinou a criação de oficinas de trabalho para tentar resolver o problema da falta de emprego e também acrescentou 45 centavos aos impostos indiretos. Essas oficinas de trabalho provaram ser uma solução ineficaz para o problema do desemprego. Quando se quis aboli-las se procurou achar trabalho para os desempregados no exército, no serviço público ou na indústria privada, os trabalhadores de Paris, levados pelas promessas traidoras do governo de "direito ao trabalho", revoltaram-se, sendo depois dominados, após violentas lutas, em junho de 1849.

Os trabalhadores do campo, por sua vez, retrucavam. “Já que nosso burguês se priva de uma roupa nova, vai haver menos trabalho para o alfaiate. E se ele não adubar as terras, vai haver menos trabalho para o vendedor de adubo. E se também ele não mandar consertar sua casa, vai haver menos trabalho para o carpinteiro e o pedreiro”.

Ficou então provado que não se tiram do mesmo saco dois proveitos e que o trabalho pago pelo governo se faz às custas do trabalho pago pelo contribuinte. Morreu aí o direito ao trabalho, que apareceu como uma quimera, tanto quanto como uma injustiça.

Contudo, o direito ao lucro, que não é outra coisa senão uma hipertrofia do direito ao trabalho, sobrevive ainda e vai muito bem.

Será que não existe algo de vergonhoso no papel que o protecionista faz a sociedade representar?

Ele diz à sociedade:

“Você tem que me dar trabalho e, ainda por cima, trabalho lucrativo. Eu escolhi bobamente uma indústria que me dá 10% de prejuízo. Se você pedir uma contribuição de vinte francos a meus compatriotas e entregá-la a mim, meu prejuízo se converterá em lucro. Logo, o lucro é um direito e você o deve a mim.”

A sociedade que dá ouvidos a esse sofista, que se sobrecarrega com impostos para satisfazê-lo, que não se dá conta de que um prejuízo sofrido por uma indústria não é tanto um prejuízo, pois os outros são forçados a cobri-lo, essa sociedade merece o sacrifício que lhe está sendo infligido.

É o que se pode perceber através dos vários assuntos que apresentei. Deixar-se cegar pelo brilho imediato de um fenômeno significa não conhecer economia política. Conhecê-la é ter sempre no pensamento o conjunto de efeitos desse fenômeno, e desenvolver a capacidade de prevê-los.

Eu poderia aqui submeter à mesma prova uma quantidade enorme de outras questões. Mas recuo diante da monotonia de uma demonstração sempre uniforme. E termino, aplicando à economia política o que Chateaubriand diz da História, em seu livro *Memórias de além-túmulo:*

Existem duas consequências em Historia: uma imediata, logo conhecida, outra distante e que não se percebe de pronto. Essas consequências muitas vezes se contrapõem. Uma advém da nossa limitada sabedoria, a outra de uma sabedoria mais sólida. O acontecimento

providencial aparece depois do acontecimento humano. Deus se levanta depois dos homens. Negue tanto quanto lhe aprouver o supremo conselho, não acredite em sua ação, brigue usando as palavras, chame de força das coisas ou de razão aquilo que o povo designa por Providência, mas olhe ao final de um fato consumado e você verá que ele sempre produz o efeito contrário àquele que se estava esperando, quando não tiver sido previamente estabelecido sobre uma base de moral e de justiça

O Estado

Eu gostaria que se instituísse um prêmio, não de 500 francos, mas de um milhão, com guirlandas, medalhas e fitas, em favor de quem conseguisse dar uma boa, simples e inteligente definição para a palavra: **ESTADO.**

Que grande serviço essa pessoa estaria prestando à sociedade!

O **estado!** O que é? Onde ele está? O que fez? O que deveria fazer?

Tudo o que dele sabemos é que se trata de um personagem misterioso e, sem sombra de dúvida, o mais solicitado, o mais atormentado, o mais ocupado, o mais aconselhado, o mais acusado, o mais invocado e o mais provocado que exista no mundo.

Pois é, caro leitor. Eu não tenho a honra de conhecê-lo, mas aposto dez contra um que há seis meses você inventa utopias e, se você as inventa, aposto dez contra um que encarrega o **estado** de realizá-las.

E você, cara leitora, tenho certeza de que deseja, do fundo de seu coração, acabar com todos os males da triste humanidade e sei que não se sentiria embaraçada se o **estado** se propusesse a fazê-lo.

Mas, infelizmente, o coitado, como o personagem Fígaro, não sabe quem escutar e nem para que lado se virar. As 100 mil bocas da imprensa e da tribuna lhe gritam ao mesmo tempo:

"Organize o trabalho e os trabalhadores"

"Acabe com o egoísmo"

"Reprima a insolência e a tirania do capital"

"Faça experiências com o estéreo e com os ovos"

"Sulque o país de estradas de ferro"

"Irrigue as planícies"

"Refloreste as montanhas"

"Crie fazendas-modelo"

"Funde oficinas"

"Colonize a Argélia"

"Dê leite às crianças"

"Instrua a juventude"

"Socorra a velhice"

"Envie para o campo os habitantes das cidades"

"Taxe os lucros de todas as industrias"

"Empreste dinheiro, e sem juros, àqueles que o desejarem"

"Libere de taxas a Itália, a Polônia e a Hungria"

"Crie e aperfeiçoe o cavalo de montaria"

"Incentive a arte, forme mais músicos e bailarinas"

"Proíba o comércio e, ao mesmo tempo, crie uma marinha mercante"

"Descubra a verdade e plante em nossas cabeças uma semente de razão. O estado tem por missão esclarecer, desenvolver, aumentar, fortalecer, espiritualizar e santificar a alma dos povos".

"— É, meus senhores, um pouco de paciência! — responde o **estado,** com um ar digno de dó. Vou tentar satisfazê-los, mas, para tanto, preciso de recursos. Preparei projetos para angariar fundos através de cinco ou seis impostos bem novinhos e bem bonzinhos. Vocês vão ver com que prazer irão pagá-los".

E logo uma gritaria geral se levanta: "Acudam! Acudam! Que mérito há em fazer coisas usando recursos! Para que, então, você se chama **estado?** Não queremos que nos assole com novos impostos, mas que nos retire a obrigação de pagar os antigos!

Acabe com:

o imposto do sal,

o imposto das bebidas,

o imposto das cartas,

o imposto de circulação de mercadorias,

as patentes,

as prestações!".

No meio desse tumulto e após o país ter mudado duas ou três vezes o seu **estado** — por não estar ele satisfazendo a todos os pedidos —, eu quis demonstrar que muitos destes são contraditórios. O que é que fui inventar, meu Deus! Não podia guardar para mim essa infeliz constatação?

Eis-me desacreditado para sempre. E agora me apontam como um homem *sem tripas e sem coração,* um filósofo frio, um individualista, um burguês e, para tudo dizer em uma só palavra, um economista da escola inglesa ou americana.

Perdoem-me, escritores sublimes, pois nada para, nem mesmo as contradições. Estou errado, sem dúvida, e me retrato de bom grado. Não desejo outra coisa, estejam certos, senão que vocês tenham conseguido descobrir, apesar de nós, um ser benfeitor e inesgotável que se chama **estado,** que tem pão para todas as bocas, trabalho para todos os braços, capital para todos os empreendimentos, crédito para todos os projetos, bálsamo para todas as feridas, alívio para todos os sofrimentos, conselhos para todas as perplexidades, soluções para todas as dúvidas, verdades para todas as inteligências, distração para todos os aborrecimentos, leite para a infância, vinho para a velhice, que acuda a todas as nossas necessidades, atenda a todos os nossos desejos, satisfaça a todas as nossas curiosidades, conserte todos os nossos erros, repare nossas faltas e nos dispense a todos, daqui em diante, de previdência, prudência, julgamento, sagacidade, experiência, ordem, economia, temperança e atividade.

E por que não iria eu desejar isso? Que Deus me perdoe! Quanto mais reflito sobre o assunto, mais reconheço que a coisa é cômoda e que está demorando muito a chegar ao meu alcance essa fonte inesgotável de riquezas e de luzes, esse remédio universal, esse tesouro sem fim, esse conselheiro infalível que vocês chamam de **estado.**

É por isso que estou pedindo que me mostrem, que me definam esse **estado.** E é também por isso que estou propondo a instituição de um prêmio para o primeiro que descobrir essa fênix. E vocês vão concordar comigo que essa descoberta preciosa ainda não foi feita, pois, até o presente momento, tudo o que se apresenta sob o nome de **estado** o povo logo derruba, justamente porque não preenche as condições um tanto contraditórias do programa.

Será que é preciso dizer? Pois bem, creio que, com relação a esse assunto, temos sido enganados com as mais bizarras ilusões que o espírito humano possa inventar.

O homem repudia o sofrimento e a dor. E, contudo, ele é condenado pela natureza ao sofrimento da privação, se não se der a pena do trabalho. Ele só tem, portanto, uma escolha dentre esses dois males. Como fazer então para evitá-los ambos? Até agora ele só descobriu e só descobrirá um meio: *aproveitar-se do trabalho de outrem.* É fingir que o trabalho e a satisfação não são destinados naturalmente a cada um

de nós e pensar que todo o trabalho cabe a alguns e todas as satisfações a outros. Daí surge a escravidão, a espoliação, seja sob que forma apareça: guerras, imposturas, violências, restrições, fraudes etc., abusos monstruosos, mas coerentes com o pensamento que os fez nascer. Devemos odiar e combater os opressores, mas não podemos dizer que sejam absurdos.

A escravidão está desaparecendo, graças aos céus, mas, por outro lado, essa disposição que temos para defender nosso bem faz com que a espoliação direta e inocente não seja fácil. Uma coisa, porém, permaneceu: é essa infeliz inclinação primitiva que trazem em si os homens para dividir em duas partes o lote complexo da vida, lançando sobre outrem o sacrifício e a pena, e guardando para si a satisfação e o prazer. Resta saber sob que nova forma se manifesta essa triste tendência.

O opressor não age mais diretamente sobre o oprimido por suas próprias forças. Não! Nossa consciência tornou-se muito meticulosa para isso. Existem ainda o tirano e a vítima, mas, entre eles, se coloca um intermediário que é o **estado,** ou seja, a própria lei. O que pode haver de mais limpo, de mais próprio para fazer calar nossos escrúpulos? E isso é talvez o caminho mais apreciado para se vencerem as resistências. Portanto, todos, sem exceção, por um motivo ou por outro, dirigimo-nos ao **estado.** Nós lhe dizemos: "Acho que entre o meu trabalho e meus prazeres não está havendo uma proporção que me satisfaça. Gostaria muito, para restabelecer o equilíbrio desejado, de avançar um pouquinho nos bens de outra pessoa. Mas isso é perigoso. Será que você não poderia me facilitar essa operação? Não poderia me dar um bom lugar? Ou então não poderia atrapalhar um pouco os negócios de meus concorrentes? Ou será que não poderia me emprestar graciosamente algum dinheiro, que você arranjaria com alguém? Ou ainda educar meus filhos às expensas do povo? Ou me conceder prêmios de incentivo? Ou me assegurar bem-estar quando eu chegar aos 50 anos? Desse modo, alcanço meu objetivo com toda a tranquilidade de minha consciência, porquanto a própria lei terá agido por mim, e eu terei todas as vantagens da espoliação sem ter corrido os riscos e atraído o ódio por tê-la praticado!"

Posto que é certo, por um lado, que nós pedimos ao *estado* alguma coisa de semelhante ao que foi dito, e que, por outro lado, o *estado* não pode proporcionar satisfação a alguns sem sobrecarregar outros com mais trabalho, na espera de uma outra definição de *estado,* creio-me autorizado a dar a minha. Quem sabe se ela não vai me trazer o prêmio? Ei-la:

O ESTADO *é a grande ficção através da qual TODO MUNDO se esforça para viver às custas de TODO MUNDO.*

Pois hoje, como antigamente, cada um, um pouco mais, um pouco menos, gostaria bem de se aproveitar do trabalho de outrem. Tal sentimento ninguém ousa proclamá-lo; nós o dissimulamos para nós mesmos. E então o que fazemos? Imaginamos a existência de um intermediário. E aí nos dirigimos ao estado. E cada classe social vem, por sua vez, dizer: "Você, que pode tirar, leal e honestamente, algo de alguém, tire do povo e nós partilharemos". Infelizmente o estado tem uma inclinação demasiadamente forte para seguir esse diabólico conselho, já que se compõe de ministros, de funcionários, de homens, enfim, que, como todos os homens, trazem no coração o desejo e aproveitam sempre com pressa a oportunidade de ver aumentar suas riquezas e sua influência. O estado compreende bem depressa o partido que pode tirar do papel que o povo lhe confia. Ele passa a ser o árbitro, o senhor de todos os destinos; ele tira muito, logo lhe resta também muito para si; ele multiplica o número de seus agentes, aumenta o âmbito de suas atribuições e acaba por adquirir proporções esmagadoras.

Mas o que é importante observar é a espantosa cegueira do povo diante de tudo isso. Quando soldados felizes reduziam os vencidos a escravos, eles eram bárbaros, todavia não eram absurdos. O objetivo deles, como o nosso, era viver às custas de alguém. E, como nós, eles não perdiam a ocasião. O que devemos pensar de um povo para o qual *a pilhagem recíproca* não é muito pilhagem, porque é recíproca? E para o qual ela não é criminosa, porque é feita legal e ordeiramente? E não acrescenta nada ao bem-estar do povo, mas, ao contrário, o diminui de tudo aquilo que custa esse intermediário dispendioso que chamamos de estado?

E essa grande quimera, nós a colocamos, para a glória do povo, no frontispício da constituição. Eis as primeiras palavras do preâmbulo:

"A França constituiu-se em república para... elevar todos os cidadãos a um grau mais elevado de moralidade, de luz e de bem-estar".

Assim é a França ou essa *abstração,* que eleva os franceses aos mais altos padrões de moralidade, de bem-estar etc. Não seria isso estar possuído pela bizarra ilusão que nos leva a tudo esperar de uma outra energia diferente da nossa? Não seria dar a entender que existe ao lado e fora dos franceses um ser virtuoso, esclarecido, rico, que pode e deve derramar sobre eles suas graças? Não seria admitir — e, sem dúvida, de maneira bem gratuita — que há entre a França e os franceses, entre a simples denominação abreviada, abstrata, de todas as individualidades e essas próprias individualidades relações de pai para filho, de tutor para pupilo, de professor para aluno? Sei bem que, às

vezes, se afirma metaforicamente que a pátria é uma doce mãe. Mas, para pegar em flagrante delito de inanidade a frase constitucional, basta mostrar que ela pode ser mexida — e eu diria não só sem inconvenientes, mas mesmo com vantagem. A exatidão seria prejudicada se o preâmbulo fosse o seguinte:

"Os franceses se constituíram em república para elevar a França a um grau sempre mais elevado de moralidade, de luz, de bem-estar".

Ora, que valor tem um axioma no qual o sujeito e o predicado podem trocar de posição sem inconveniente? Todo mundo compreende quando se diz: a mãe amamentará seu filho. Mas seria ridículo dizer-se: o filho amamentará sua mãe.

Os americanos tinham outra ideia das relações dos cidadãos com o estado quando colocaram no início de sua constituição essas simples palavras:

"Nós, o povo dos Estados Unidos, para formar uma união mais perfeita, estabelecer a justiça, assegurar a tranquilidade interna, prover à defesa comum, aumentar o bem-estar geral e garantir os benefícios da liberdade para nós mesmos e para nossos descendentes, decretamos..."

Aqui não há invenções quiméricas ou *abstrações* às quais os cidadãos venham reivindicar tudo. Eles não esperam nada senão de si próprios e de sua própria energia.

Se eu me permiti criticar as primeiras palavras de nossa constituição não foi, como se pode pensar, para me ocupar com uma simples sutileza metafísica. Quero dizer que *essa personificação* do estado tem sido no passado e será no futuro uma fonte fecunda de calamidades e de revoluções.

Eis o povo de um lado e o estado de outro, como se fossem dois seres distintos, este tendo que se espalhar sobre aquele, aquele com o direito de reclamar junto a este a torrente de felicidade humana que pretende alcançar. Que deve acontecer?

De fato, o estado não é maneta e nem poderia sê-lo. Ele tem duas mãos: uma para receber e outra para dar, ou, melhor dizendo, a mão rude e a mão delicada. A ação da segunda subordina-se necessariamente à da primeira. A rigor, o estado pode tomar e não devolver. Isso se explica pela natureza porosa e absorvente de suas mãos, que retêm sempre uma parte e às vezes a totalidade daquilo que tocam. Mas o que nunca se viu, não se verá jamais e não se pode mesmo

conceber é que o estado devolva ao povo mais do que ele tomou. É, portanto, de maneira louca que nos colocamos diante dele numa postura de mendigos. É radical e totalmente impossível conceder uma vantagem particular a algumas pessoas que constituem a comunidade, sem infligir um prejuízo superior à comunidade inteira.

O estado se acha então colocado, por nossas exigências, dentro de um círculo manifestamente vicioso.

Se ele se recusa a dar o bem que se exige dele, é acusado de impotência, de querer mal ao povo, de incapacidade. Se tenta realizar o que pedem, fica condenado a cobrar impostos redobrados, a fazer mais mal do que bem, e a atrair para si, por outro lado, a desaprovação geral.

Dessa forma, coexistem no povo duas esperanças e no governo duas promessas: *muitos benefícios e nenhum imposto.* Esperanças e promessas que, por serem contraditórias, não se realizam nunca.

Não estará aí a causa de todas as nossas revoluções? Pois entre o estado que esbanja promessas impossíveis e o povo, que imaginou esperanças irrealizáveis, vêm-se interpor duas classes de homens: os ambiciosos e os utopistas. O papel deles é todo indicado pela situação. Basta que esses cortejadores da popularidade gritem nos ouvidos do povo: "O poder te engana! Se estivéssemos no lugar dele, nós te acumularíamos de benefícios e te libertaríamos dos impostos".

E o povo acredita, e o povo espera, e o povo faz uma revolução!

Nem bem *esses* amigos do povo chegaram ao poder e já são chamados a atender aos pedidos: "Deem-nos, pois, trabalho, pão, assistência, crédito, instrução, colônias e, conforme as promessas de vocês, livrem-nos das garras do fisco".

O novo estado não fica menos embaraçado que o estado velho, pois, diante da impossibilidade, pode-se prometer, mas não dá para cumprir. Ele procura ganhar tempo, pois precisa de tempo para amadurecer seus projetos grandiosos. Primeiramente, faz algumas tímidas tentativas: de um lado, desenvolve um pouco a instrução primária, de outro, modifica um pouco o imposto das bebidas (1830). Mas a contradição aparece sempre diante dele: se quiser ser filantropo, é forçado a permanecer fiscal, e se renuncia à fiscalização, tem que deixar também a filantropia.

Essas duas promessas se excluem sempre e necessariamente uma a outra. Usar o crédito, isto é, devorar o futuro, é bem uma maneira atual de conciliá-los. Tenta-se fazer um pouco de bem no presente às

custas de muito mal no futuro. Mas esse processo evoca o espectro da bancarrota, que espanta o crédito. O que fazer então? Aí o novo estado decide como um bravo: reúne forças para se manter, abafa a opinião, recorre ao arbitrário, ridiculariza seus antigos princípios, declara que não pode administrar a não ser com impopularidade, em suma, ele se proclama *governo.*

E é aí que outros cortejadores da popularidade aparecem.

Eles exploram as mesmas ilusões, passam pelos mesmos caminhos, obtêm o mesmo sucesso e vão em seguida cair no mesmo abismo.

Foi assim que chegamos a fevereiro. Nessa época, a ilusão que é o assunto deste artigo tinha penetrado mais que nunca nas ideias do povo com as doutrinas socialistas. Mais que nunca esperava-se que esse estado, sob a forma republicana, abrisse bem grande a porta da fonte dos benefícios e fechasse a dos impostos.

"Já me enganaram de sobra, dizia o povo, e vou fiscalizar para que não me venham a enganar mais uma vez".

O que podia fazer o governo provisório? Infelizmente o que se faz sempre em tais circunstâncias: prometer e ganhar tempo. Ele não fez por menos. E para dar mais solenidade a suas promessas, fixou-as através de decretos: "Aumento do bem-estar, diminuição do trabalho, assistência, crédito, instrução gratuita, colônias agrícolas, preparo do campo e, ao mesmo tempo, redução das taxas que incidem sobre o sal, as bebidas, as cartas, a carne. Tudo será concedido... que venha a Assembleia Nacional!".

A Assembleia Nacional veio e, como não se podem realizar duas contradições, sua tarefa, sua triste tarefa, limitou-se a pôr abaixo, o mais delicadamente possível, um após o outro, todos os decretos do governo provisório.

Entretanto, para não tornar a decepção tão cruel, foi preciso transigir um pouco. Alguns compromissos foram mantidos, outros tiveram um pequeno começo de execução. Por isso a administração atual vive se esforçando para imaginar a criação de novos impostos.

Agora eu me levo em pensamento para alguns meses no futuro e me pergunto, com tristeza n'alma, o que acontecerá quando os agentes do governo forem ao interior recolher os novos impostos de sucessões, de renda, de lucros com a exploração agrícola. Que o céu desminta meus pressentimentos, mas vejo ainda aí um papel a ser desempenhado pelos cortejadores de popularidade.

Leiam o último manifesto dos montanheses[1] a propósito das eleições presidenciais. É um pouco longo, mas, ao final das contas, pode ser resumido em duas palavras: *O estado deve dar muito aos cidadãos e tirar deles muito pouco.* É sempre a mesma tática ou, se quiser, o mesmo erro.

"O estado deve dar gratuitamente instrução e educação a todos os cidadãos".

Ele deve:

"Oferecer um ensino geral e profissionalizante adequado, tanto quanto possível, às necessidades, às vocações e às capacidades de cada cidadão."

Ele deve:

"Ensinar ao cidadão deveres para com Deus, os homens e si próprio; desenvolver seus sentimentos, suas aptidões e suas faculdades, dar-lhe, por fim, a ciência de seu trabalho, a inteligência de seus interesses e o conhecimento de seus direitos."

Ele deve:

"Colocar ao alcance de todos as letras e as artes, o patrimônio do pensamento, os tesouros do espírito, todas as alegrias intelectuais que elevam e fortificam a alma."

Ele deve:

"Reparar todo sinistro, incêndio, inundações etc. (este *etc.* diz mais do que o seu tamanho) que venham a se abater sobre o cidadão".

Ele deve:

"Intervir nas relações do capital com o trabalho e se tornar o regulador do crédito".

Ele deve:

"Dar à agricultura incentivos sérios e uma proteção eficaz".

Ele deve:

"Resgatar as estradas de ferro, os canais, as minas". (E sem dúvida também administrá-los com a capacidade industrial que o caracteriza!)

[1] N. do T.- Em 1848, nome adotado pelos membros do Partido Social Democrata.

Ele deve:

“Provocar as experiências generosas, encorajá-las e ajudá-las por todos os meios e com todos os recursos capazes de fazê-las triunfar. Como regulador do crédito, ele comandará largamente as associações industriais e agrícolas, a fim de assegurar-lhes o sucesso”.

O estado deve tudo isso, sem prejuízo dos serviços que já vem prestando hoje. E, por exemplo, ele deverá sempre se colocar diante do estrangeiro numa atitude de ameaça, pois, dizem os signatários do programa, “unidos por esta solidariedade santa e pelos precedentes da França republicana, fazemos votos e depositamos nossas esperanças além das barreiras que o despotismo eleva entre as nações: o direito que queremos para nós, nós o queremos para todos aqueles que o jugo dos tiranos oprime; nós queremos que nosso glorioso exército seja também, se preciso for, o exército da liberdade”.

Vocês veem que a mão delicada do estado, essa boa mão que dá e distribui, ficará muito ocupada no governo dos montanheses. Vocês vão pensar que o mesmo acontecerá com a mão rude, com essa mão que penetra e seca nossos bolsos?

Não se enganem! Os cortejadores de popularidade não conheceriam o seu trabalho se não tivessem a arte de, ao mostrar a mão delicada, esconder a mão rude.

O reino deles será certamente o jubileu do contribuinte.

“É o supérfluo, dizem, e não o necessário que o imposto deve atingir”.

Não será um bom tempo o dia em que o fisco, para nos acumular de benefícios, se contentar em atacar o nosso supérfluo?

E isso não é tudo. Os montanheses aspiram a que o “imposto perca o seu caráter opressivo e não seja mais do que um ato de fraternidade”.

Bondade do céu! Eu sabia bem que está na moda colocar a fraternidade em tudo, mas não imaginei que pudesse entrar na declaração de impostos.

Chegando aos detalhes, os signatários do programa dizem:

“Queremos a abolição imediata dos impostos que incidem sobre os objetos de primeira necessidade, como o sal, as bebidas etc. Queremos ainda:

A reforma do imposto predial, dos impostos de circulação de mercadorias, das patentes.

A justiça gratuita, isto é, a simplificação das formas e a redução dos custos". (Isso diz sem dúvida respeito ao selo.)

Assim, imposto predial, de mercadorias, selo, sal, bebidas, correios, tudo entra. Esses senhores acharam o segredo de dar uma atividade escaldante para a *mão delicada* do estado, paralisando a *mão rude.*

Pois bem, eu pergunto ao leitor imparcial: não se trata de uma posição infantil e, mais do que infantil, perigosa? Como é que o povo não vai fazer revolução em cima de revolução, se ele estiver decidido a só parar quando houver realizado esta contradição: "Nada dar ao estado è dele receber tudo"?

Será que os montanheses, uma vez no poder, não seriam vítimas dos meios que empregam para conquistá-lo?

Cidadãos, em todos os tempos, dois sistemas políticos se apresentaram e todos os dois podem-se sustentar por boas razões. Segundo um deles, o estado deve fazer muito, mas deve também tirar muito. Segundo o outro, a dupla ação do estado deve-se fazer sentir muito pouco. Entre esses dois sistemas é preciso optar. Mas, quanto ao terceiro sistema, participando dos dois outros, e que consiste em tudo exigir do estado e nada dar, acho que é quimérico, absurdo, pueril, contraditório, perigoso. Aqueles que o defendem para ter o prazer de acusar todos os governos de incapacidade e para expô-los assim aos ataques de todos vocês, essas pessoas elogiam e enganam a vocês ou, pelo menos, estão se enganando a si próprias.

Quanto a nós, pensamos que o estado não é ou não deveria ser outra coisa senão a força comum instituída, não para ser entre todos os cidadãos um instrumento de opressão e de espoliação recíproca, mas, ao contrário, para garantir a cada um o seu e fazer reinar a justiça e a segurança.

ABUNDÂNCIA, MISÉRIA

Que é melhor para o homem e para a sociedade: a abundância ou a miséria?

Como! — na certa exclamarão — será que isso pode suscitar alguma dúvida? Porventura alguém já disse que é possível a miséria ser o fundamento do bem-estar dos homens?

Sim, isto foi dito! Tal tese já foi defendida! Defendem-na diariamente e eu não tenho nenhum receio de dizer que a *teoria da miséria é,* há muito, a mais popular. Ela é assunto das conversas, dos jornais, dos livros, dos discursos dos políticos e, embora possa parecer estranho, é certo que a economia política não terá cumprido seu dever e sua missão prática até que se tenha popularizado e se tornado irrefutável a seguinte proposição tão simples: "A riqueza dos homens consiste na abundância das coisas".

Não se ouve dizer todos os dias-. "Os estrangeiros vão-nos inundar com seus produtos"? Logo, receia-se a abundância.

O Senhor de Saint-Cricq[1] já não afirmou que a produção era superabundante? Logo, ele receava a abundância.

Os operários não estragam as máquinas? Conclui-se então que eles temem o excesso de produção ou a abundância!

O Senhor Bugeaud[2] não pronunciou as seguintes palavras: "Deixem o pão ficar caro, pois o agricultor ficará rico"? Ora, o pão não pode ficar caro, a não ser que fique raro. Logo, o Senhor Bugeaud estava preconizando a miséria.

O Senhor d'Argout[3] não arranjou um argumento contra a indústria açucareira, a partir de sua própria fertilidade? Ele dizia: "A beterraba não tem futuro, e sua cultura não pode expandir-se, pois bastariam alguns hectares por região reservados à sua cultura para que se atendesse a todas as necessidades de consumo da França". Portanto, a seus olhos, o bem está na esterilidade, na fome; o mal está na fertilidade, na abundância.

Os jornais *La Presse*, *Le Commerce* e a maior parte dos outros quotidianos não publicam, a cada manhã, um ou mais artigos para

---

[1] N. do T.- Pierre Laurent Banhélemy, conde de Saint-Cricq, membro da Câmara dos Deputados, ministro do Comércio de 04/01/1828 a 08/08/1829.

[2] N. do T.- T. R. Bugeaud de la Piconnerie (1784-1849), conhecido principalmente como chefe militar, foi também membro da Câmara dos Deputados. Interessava-se por agricultura e endossou os princípios protecionistas.

[3] N. do T.- Antoine Maurice Apollinaire, conde d'Argout (1782-1858), administrador e fiscal, presidente do Banco de França.

demonstrar às câmaras[4] e ao governo que é de boa política elevar legislativamente os preços de todas as coisas através da manipulação das tarifas? Os três poderes não se curvam todos os dias a esta imposição da imprensa? Ora, as tarifas só elevam os preços das coisas porque diminuem a quantidade *oferecida* no mercado! Portanto, os jornais, as câmaras, o ministério colocam em prática a teoria da miséria. E eu tinha razão em dizer que esta teoria é, de muito, a mais popular.

Como pode acontecer que, aos olhos do trabalhador, dos escritores, dos homens públicos, a abundância se apresente como receável e a miséria como vantajosa? Proponho-me a ir até as origens desta ilusão.

Diz-se que um homem enriquece em função do fato de obter um melhor proveito de seu trabalho, ou seja, *por vender seus produtos por um preço mais alto.* Ele vende por preço mais elevado na proporção da escassez desses produtos na praça. Conclui-se então que, pelo menos para ele, a escassez é enriquecedora. Aplicando-se sucessivamente este raciocínio a todos os trabalhadores, chega-se à formulação da teoria da miséria. Em seguida, passa-se à sua aplicação e, a fim de favorecer a todos os trabalhadores, provoca-se artificialmente a alta de preços e a escassez de todas as coisas através da proibição, da restrição, da supressão de maquinaria e de outros meios análogos.

O mesmo acontece com a abundância. Observa-se que, quando um produto existe em abundância, ele é vendido a preço baixo. Logo, o produtor ganha menos. Se todos os produtores estiverem neste caso, ficarão todos miseráveis. Conclui-se que é a abundância que arruína a sociedade E como toda convicção deve ser traduzida em fatos, veem-se, em muitos países, as leis dos homens lutarem contra a abundância de coisas.

Este sofisma, apresentado de uma forma muito geral, teria talvez pouca repercussão, mas, aplicado a um caso particular ou a uma indústria específica ou a uma determinada classe de trabalhadores, teria muita propriedade. E isto se explica. É um silogismo que não é *falso*, porém, *incompleto.* Ora, o que existe de *verdadeiro* em um silogismo está sempre e necessariamente presente no espírito. Mas o que é *incompleto* é uma qualidade negativa, um dado ausente do qual é bem possível e talvez muito fácil abster-se.

O homem produz para consumir. Ele é ao mesmo tempo produtor e consumidor. O raciocínio que expus mais acima só o considera sob o primeiro destes pontos de vista. Quanto ao segundo aspecto,

[4] N. do T.- O poder legislativo francês compreendia a Câmara dos Pares e a Câmara dos Deputados.

seríamos levados à outra conclusão, totalmente oposta. Com efeito, poder-se-ia afirmar o seguinte:

O consumidor torna-se tanto mais rico quanto mais ele *compra* todas as coisas a melhor preço. Ele compra coisas a melhor preço, na proporção em que elas se apresentem em abundância. Logo, a abundância o enriquece. E este raciocínio, estendido a todos os consumidores, conduziria à *teoria da abundância.*

É uma imperfeita compreensão da noção de *troca* que produz essas ilusões. Se consultarmos nosso interesse pessoal, reconheceremos distintamente que ele é duplo. Como *vendedores,* estamos interessados na alta de preços e, consequentemente, na escassez de produtos. Como consumidores, estamos interessados nos preços baixos, ou, o que dá no mesmo, na abundância de produtos. Não podemos assim basear nosso raciocínio em um ou outro desses argumentos, antes de ter reconhecido qual dos dois coincide e se identifica com o interesse geral e permanente da espécie humana.

Se o homem fosse um animal solitário, se trabalhasse exclusivamente para ele, *se não trocasse,* jamais a teoria da miséria teria sido introduzida no mundo. É por demais evidente que a abundância seria vantajosa para o homem, não importa de onde viesse, fosse ela resultante de sua indústria, de instrumentos engenhosos, de máquinas poderosas inventadas por ele mesmo, ou existisse graças à fertilidade do solo, à prodigalidade da natureza ou mesmo a uma misteriosa *invasão* de produtos que o mar traria de fora e deixaria abundantes sobre nossas praias. O homem solitário jamais pensaria — a fim de incrementar seu próprio trabalho — em quebrar os instrumentos que o poupam desse trabalho, em neutralizar a fertilidade do solo ou em devolver ao mar os bens que este lhe tivesse trazido. Ele compreenderia facilmente que o trabalho não é um fim em si mesmo, mas um meio, e que seria absurdo rejeitar esse próprio fim, com receio de prejudicar o meio. Ele compreenderia que, se consagrasse duas horas diárias ao provimento de suas necessidades, toda e qualquer circunstância (máquina, fertilidade do solo, dádiva gratuita, não importa) que lhe poupasse uma hora deste trabalho, sem modificar o seu resultado, colocaria esta hora à sua disposição. E assim ele poderia utilizá-la para aumentar seu bem-estar. Em uma palavra, ele compreenderia que *economizar trabalho* não é outra coisa senão *progresso.*

Mas a troca embaraça nossa percepção dessa verdade tão simples. Na sociedade, com a divisão do trabalho, a produção e o consumo de um objeto não se confundem num mesmo indivíduo. Cada um é levado a ver o trabalho não como um meio, mas como um fim. A troca

cria, com relação a cada objeto, dois interesses: o do produtor e o do consumidor. E esses dois interesses são sempre opostos.

É essencial analisá-los e estudar a natureza de cada um.

Tomemos um produtor qualquer. Qual o seu interesse imediato? Este consiste em duas coisas:

1) que o menor número possível de pessoas exerçam a mesma atividade que ele;

2) que o maior número possível de pessoas busquem o produto de seu trabalho.

É o que a economia política explica mais sucintamente nos seguintes termos: que a oferta seja muito restrita e a procura muito extensa.

Em outras palavras ainda: concorrência limitada, escoamento ilimitado.

Qual o interesse imediato do consumidor? Que a oferta do produto seja grande e a procura restrita.

Visto que ambos esses interesses se contradizem, um deles deve necessariamente coincidir com o interesse social ou geral, e o outro lhe é antagônico.

Mas a qual interesse deve a lei favorecer, já que ela é a expressão do bem público e se é que ela deve favorecer a qualquer um deles?

Para sabê-lo, basta procurar conhecer o que aconteceria se os desejos secretos dos homens fossem saciados.

Enquanto produtores, é bom que se diga, cada um de nós formula votos antissociais. Se fôssemos produtores de vinho, pouco nos importaria que caísse neve sobre todas as vinícolas do mundo, desde que a nossa fosse poupada. *É a teoria da miséria.* Se fôssemos proprietários de ferrarias, desejaríamos que só o nosso ferro existisse no mercado, não importando as necessidades do público, pois seria precisamente essa necessidade, vivamente sentida e imperfeitamente satisfeita, que determinaria a alta dos preços para nós. *É ainda a teoria da miséria.* Se fôssemos lavradores, diríamos juntamente com o Senhor Bugeaud: que o pão fique caro, isto é, raro, e os agricultores farão bons negócios! *É sempre a teoria da miséria.*

Se fôssemos médicos, não poderíamos deixar de reconhecer que certas melhorias, como o saneamento do país, o desenvolvimento de certas virtudes morais (a temperança, a moderação), o progresso do

conhecimento levado a tal ponto que permitisse a cada um cuidar de sua própria saúde, a descoberta de certos remédios simples e de uso fácil, tudo isto se constituiria em golpes mortais dados na profissão. Enquanto médicos, nossos desejos seriam antissociais. Não quero dizer que os médicos tenham tais desejos. Prefiro crer que eles acolheriam com alegria uma panaceia universal. Mas não seria o médico e sim o homem que manifestaria tal sentimento, seria o cristão, colocado dentro do ponto de vista do consumidor, por uma nobre abnegação de sua parte. Enquanto profissional, enquanto beneficiário dessa profissão para o sustento de sua família e para o seu próprio bem-estar, não se pode pensar outra coisa senão que seus desejos, ou pelo menos seus interesses, sejam antissociais.

Se fôssemos fabricantes de tecidos de algodão, desejaríamos vendê-los a preços vantajosos *para nós*. Aceitaríamos prazerosamente que as manufaturas rivais fossem fechadas. E se não ousássemos exprimir publicamente este desejo ou perseguir com avidez a sua realização, com alguma chance de sucesso, tentaríamos obtê-lo por outros meios transversos. Assim, por exemplo, excluiríamos os tecidos estrangeiros, a fim de diminuir a *quantidade oferecida* e de produzir, pelo emprego da força a nosso proveito, a *escassez* de vestimentas.

Passaríamos em revista todas as indústrias, uma por uma, e constataríamos que os produtores, sempre, têm pontos de vista antissociais.

Montaigne diz:

O comerciante só faz bons negócios se houver o desregramento da juventude; o lavrador, se houver aumento do preço do trigo, o arquiteto, se houver casas destruídas; os oficiais de justiça, se houver disputa entre os homens e muitos processos. A própria honra e o desempenho dos ministros da religião se sustentam de nossa morte e de nossos vícios. Nenhum médico tem prazer com a saúde de seus amigos, nem os soldados com a paz, e assim por diante.

Segue-se então que, se os desejos secretos de cada produtor fossem realizados, o mundo retrocederia rapidamente para o estado bárbaro. A vela baniria o vapor, o remo baniria a vela e deveria logo ceder lugar à carroça, esta, à mula, e esta, ao mascate. A lã excluiria o algodão, o algodão excluiria a lã, e assim por diante, até que a escassez de todas as coisas fizesse desaparecer o próprio homem da superfície da terra.

Suponham, por um momento, que o poder legislativo e a força pública fossem colocados à disposição da Comissão Mimerel[5] e que cada

[5] N. do T.- Associação de homens de negócio, liderada por P A. H. Mimerel de Roubaix (1786-1871), um

um dos membros componentes dessa comissão tivesse a possibilidade de fazer com que ela elaborasse e sancionasse uma pequena lei: seria difícil adivinhar a que código industrial o público estaria submetido?

Se considerarmos agora o interesse imediato do consumidor, veremos que ele está em perfeita harmonia com o interesse geral, com o que pede o bem-estar da humanidade. Quando o comprador se apresenta para adquirir algo, ele deseja encontrar o produto que procura em abundância. Ele quer que as estações sejam propícias a todas as colheitas, que invenções cada vez mais maravilhosas coloquem à sua disposição um maior número de produtos e de satisfação; que o tempo e o trabalho sejam economizados; que as distâncias sejam encurtadas, que o espírito de paz e de justiça permita diminuir o peso dos impostos; que as barreiras de toda natureza caiam. Em tudo isso, o interesse imediato do consumidor segue paralelamente a mesma linha que o interesse público. Ele pode ter desejos secretos que cheguem ao sonho, ao absurdo, sem que os mesmos deixem de ser humanitários. Pode desejar que seu sustento e sua moradia, seu lar, a educação e a moral, a segurança e a paz, a força e a saúde sejam alcançados sem esforços, sem trabalho e sem limites, como a poeira das estradas, a água da torrente, o ar que nos cerca, a luz do sol que nos banha, e sem que a realização de tais desejos esteja em contradição com o bem da sociedade.

Poder-se-á dizer que, se esses desejos fossem satisfeitos, a obra do produtor se restringiria cada vez mais e poderia extinguir-se por feita de alimentação. Mas por quê? Porque, nesta hipótese extrema, todas as necessidades e todos os desejos imagináveis estariam completamente satisfeitos. O homem, como o Todo-Poderoso, criaria todas as coisas por um simples ato de volição. No caso desta suposição, poderia então alguém me dizer em que seria de se lamentar o fim da produção industrial?

Eu estava imaginando, há pouco, uma assembleia legislativa composta de trabalhadores, na qual cada membro teria o poder de fazer uma lei expressando seu desejo secreto, enquanto produtor. E eu dizia que as leis que emanariam dessa assembleia seriam o monopólio sistematizado, a teoria da miséria posta em prática.

Da mesma forma, uma câmara de deputados na qual cada um de seus membros estivesse voltado exclusivamente para o interesse imediato do consumidor estaria destinada a sistematizar a liberdade, a suprimir todas as medidas restritivas, a remover todas as barreiras artificiais, em uma palavra, a pôr em prática a teoria da abundância.

---

manufaturador têxtil.

Segue-se daí que:

• consultar exclusivamente o interesse imediato do produtor é voltar-se para um interesse antissocial;

• tomar exclusivamente por base o interesse imediato do consumidor é tomar o interesse geral como a base da política social.

Permitam-me enfatizar este ponto de vista, mesmo que eu me repita.

Existe uma rivalidade total entre o vendedor e o comprador. Um deseja que os produtos à venda sejam *raros*, tenham pouca oferta no mercado e possuam preços elevados. O outro, que tais produtos sejam *abundantes*, existam em grande quantidade à sua disposição e a preço baixo.

As leis, que pelo menos deveriam ser neutras, tomam o partido do vendedor contra o comprador, do produtor contra o consumidor, da carestia contra os preços baixos, da miséria contra a abundância.

As leis agem, senão intencionalmente, pelo menos logicamente, a partir deste pressuposto: *uma nação é rica quando lhe falta tudo*[6]

Pois elas dizem: é ao produtor que se deve favorecer, assegurando-lhe uma boa aplicação de seu produto. Para tanto, é preciso elevar os preços. Para elevar os preços, é preciso restringir a oferta. E restringir a oferta é favorecer a miséria.

E vejam: suponho que no momento atual, quando essas leis têm toda a força, deve-se estar fazendo um inventário completo, não em valor, mas em peso, medida, volume, quantidade, de todos os objetos existentes na França, próprios para satisfazer às necessidades e aos gostos de seus habitantes: trigo, carne, tecidos, combustível, mercadorias vindas das colônias, etc.

Suponho ainda que serão derrubadas amanhã todas as barreiras que se opõem à introdução, na França, de produtos estrangeiros!

Enfim, para apreciar o resultado desta reforma, suponho que se faça, três meses após, um novo inventário.

Não é verdade que haverá, na França, mais trigo, mais gado, mais tecido, mais ferro, mais carvão, mais açúcar etc., quando for feito o segundo inventário?

---

[6] Não temos, em francês, um substantivo para exprimir a ideia oposta a *carestia*. É bastante interessante que o instinto do povo exprima tal ideia pela seguinte perífrase: mercado vantajoso, barato. Os proibicionistas deveriam reformar essa locução. Ela implica todo um sistema econômico oposto ao deles.

Isto é tão verdadeiro que nossas tarifas protecionistas só têm por objetivo impedir todas essas coisas de chegarem até nós, restringir a sua oferta, impedir o declínio dos preços desses produtos e a abundância.

Agora, eu pergunto: o povo está melhor alimentado com essas nossas leis, pelo fato de haver *menos* pão, *menos* carne e *menos* açúcar no país? Está melhor vestido porque há *menos* tecido? Está melhor aquecido porque há *menos* carvão? Está mais assistido em seu trabalho porque há *menos* ferro, *menos* cobre, *menos* ferramentas e *menos* máquinas?

Mas, dir-se-á, se os estrangeiros nos *inundam* com seus produtos, eles ganharão nosso dinheiro!

E que importa? O homem não se alimenta de dinheiro, não se veste de ouro, não se esquenta com moedas. Que importa que haja mais ou menos dinheiro no país, se houver mais pão à mesa, mais carne nas cozinhas, mais roupas nos armários e mais fogo nas lareiras?

As leis restritivas sempre nos apresentam o seguinte dilema: ou se admite que elas produzem miséria, ou não se admite. Se a resposta for afirmativa, há que se reconhecer que se faz muito mal ao povo. Em caso contrário, então se estará negando a restrição da oferta de bens, o aumento dos preços e, por conseguinte, o favorecimento do produtor.

Tais leis são, em qualquer caso, funestas ou ineficazes. Não podem ser úteis.

Imensa Descoberta

No momento em que estamos preocupados em fazer economia no setor de transportes; no momento em que, para realizar tais economias, as estradas estão sendo niveladas, os rios canalizados, os navios a vapor aperfeiçoados, todas as nossas fronteiras ligadas a Paris por uma estrela de ferro, por sistemas de tração atmosféricos, hidráulicos, pneumáticos, elétricos; no momento em que, enfim, devo acreditar que cada um procura com afinco e sinceridade a solução para o seguinte problema: "Reduzir tanto quanto possível a diferença entre os preços dos produtos nos locais onde são produzidos e os preços nos locais onde são consumidos", nesse momento, eu me sentiria culpado para com o meu país, para com meu século e para comigo mesmo, se insistisse em manter secreta por mais tempo a descoberta maravilhosa que acabo de fazer.

Embora as ilusões do inventor sejam proverbialmente otimistas, tenho a certeza de haver encontrado um meio infalível para trazer à França produtos do mundo inteiro, e vice-versa, com uma redução de preços considerável.

Mas ser infalível é apenas uma das vantagens de minha maravilhosa invenção.

Ela não requer planos, orçamentos, estudos preparatórios, engenheiros, maquinistas, empresários, capitais, acionistas, nem ajudas do governo!

Ela não apresenta nenhum perigo de naufrágio, explosões, choques, incêndio ou descarrilamento!

Ela pode ser posta em prática de um dia para outro!

Enfim, e isto a recomendará sem dúvida ao público, ela não sobrecarregará em um centavo sequer o orçamento, pelo contrário! Ela não aumentará o quadro de funcionários nem as exigências da burocracia, pelo contrário! Ela não custará a ninguém a sua liberdade, pelo contrário!

Não foi o acaso que me fez possuidor dessa descoberta: foi a observação. Devo explicar como cheguei a ela.

Eu tinha o seguinte problema para resolver:

"Por que um artigo feito em Bruxelas, por exemplo, custa mais caro quando chega a Paris?"

Ora, não tardei a me dar conta do fato de que, entre Paris e Bruxelas, existem *obstáculos* de várias espécies. Primeiramente, a *distância*.

Não se pode vencê-la sem alguma dificuldade e sem perda de tempo. E é preciso submeter-se a ela ou pagar para que alguém o faça. Em seguida, vêm os rios, os pântanos, acidentes do terreno, a lama: são muitas *dificuldades* a vencer. Consegue-se vencê-las construindo estradas, pontes, pavimentando-se o solo e colocando-se no chão chapas de ferro etc. Mas tudo isso custa dinheiro e esse custo tem de ser repassado para o preço do artigo que se quer importar. Há ainda que se levar em conta os ladrões de estrada, o custo de guardas, policiais, etc.

Ora, entre esses *obstáculos* existe um que foi colocado por nós mesmos, e com grande custo, entre Bruxelas e Paris. São homens emboscados ao longo da fronteira, armados até os dentes e encarregados de opor *dificuldades* ao transporte de mercadorias de um país para o outro. Eles se chamam *funcionários da alfândega.* Agem da mesma forma que a lama e os buracos da estrada. Atrasam, entravam, contribuem para que exista a diferença entre o preço de produção e o preço de consumo, diferença que nosso problema objetiva reduzir o mais possível.

E eis a solução do problema. Diminuam-se as tarifas!

— Vocês construirão a estrada de ferro do Norte sem que lhes custe nada. Ao contrário, economizarão muitos salários e começarão, desde o primeiro dia, a colocar um bom capital no bolso.

Verdadeiramente eu me pergunto como foi possível entrar tantas ideias esquisitas nas nossas cacholas, como essa de pagar tantos milhões para destruir os *obstáculos naturais* que se interpõem entre a França e o estrangeiro e, ao mesmo tempo, pagar outros tantos milhões para substituir esses obstáculos por outros *artificiais,* que produzem o mesmo efeito! E, assim, o obstáculo criado e o obstáculo destruído se neutralizam, as coisas continuam como eram antes e o que resta da operação efetuada é uma dupla despesa.

Um produto belga vale, em Bruxelas, vinte francos. Em Paris, ele vale trinta, por causa dos gastos de transporte. O produto similar da indústria parisiense vale quarenta francos. O que fazemos nós?

Primeiramente, acrescentamos um imposto de, pelo menos, dez francos sobre o produto belga, a fim de elevar o seu preço de venda em Paris para quarenta francos. Em seguida, pagamos a numerosos fiscais para que não deixem escapar a cobrança desse imposto, de sorte que o trajeto fica onerado de dez francos para o transporte e de dez francos para o imposto.

Isto feito, raciocinamos do seguinte modo: esse transporte de Bruxelas a Paris, que custa dez francos, é muito caro. Gastemos duzentos

ou trezentos milhões em estradas de ferro e reduziremos seu custo à metade. Evidentemente, tudo o que obteremos é que o produto belga seja vendido em Paris por 35 francos, a saber:

20 francos: seu preço em Bruxelas

10 francos: imposto

5 francos: frete reduzido por estrada de ferro

35 francos: preço de venda em Paris.

E será que não obteríamos o mesmo resultado se abaixássemos cinco francos no imposto a cobrar? Teríamos então:

20 francos: preço de Bruxelas

5 francos: imposto reduzido

20 francos: frete pelas estradas comuns

35 francos: preço de venda em Paris.

E este procedimento nos economizaria duzentos milhões de gastos com a estrada de ferro, além dos gastos de fiscalização alfandegária, que diminuiriam à medida que se diminuir o estímulo ao contrabando.

Mas, diz-se, o imposto é necessário para proteger a indústria parisiense. Seja! Mas então não destruam o seu efeito com uma estrada de ferro.

E se vocês desejarem muito que o produto belga custe como o de Paris, quarenta francos, basta que aumentem o imposto para 15 francos, a saber:

20 francos: preço de Bruxelas

15 francos: imposto

5 francos: frete por estrada de ferro

40 francos: preço final igualado.

Então eu me pergunto: qual é a utilidade da estrada de ferro?

Francamente, não existe algo de humilhante para o século XIX no fato de oferecer aos nossos descendentes um espetáculo tão pueril, representado com tanta seriedade? Ser passado para trás por outra pessoa já não é engraçado, mas empregar a máquina legislativa para

se enganar a si próprio, para se enganar duplamente, e num simples caso de uso de números, isto dá para abater um pouco o orgulho do Século das Luzes!

Sofismas Eleitorais

Sou engajado.

Não digo o nome de Fulano de Tal, porque ele não pediu meu voto.

Voto em Fulano de Tal, porque me prestou um serviço.

Voto em Fulano de Tal, porque desejo uma colocação.

Voto em Fulano de Tal, porque receio perder meu lugar.

Voto em Fulano de Tal, porque ele é da minha terra.

Voto em Fulano de Tal, porque ele não é da minha terra.

Voto em Fulano de Tal, porque ele *falará*.

Voto em Fulano de Tal, porque, se ele não for eleito, nosso prefeito ou nosso subprefeito serão destituídos.

Cada um desses sofismas tem seu caráter especial, mas há, também, no fundo de cada um, algo de comum e que é preciso tornar claro.

Todos eles repousam sobre o seguinte dado duplo:

A eleição se faz no interesse do candidato.

O eleitor é proprietário exclusivo de uma coisa: seu voto, do qual ele pode dispor a seu bel-prazer e em favor de quem ele quiser.

A falácia dessa doutrina e a aplicação que dela é feita cotidianamente vão resultar da análise que levaremos a efeito.

1

Não Voto em Fulano de Tal, Porque Ele não Pediu meu Voto.

Tal sofisma, como os demais, repousa num sentimento que, em si, não é condenável, e que é o sentimento da dignidade pessoal.

É raro, na verdade, que os paradoxos que os homens se impõem a si próprios, a fim de tomarem coragem para desenvolverem uma má ação, sejam completamente falsos. Trata-se de uma trama na qual se percebem sempre alguns fios de boa qualidade. Há sempre neles algo de verdadeiro e é por esse lado que se impõem. Se fossem totalmente falsos, não lograriam enganar tanta gente.

O sofisma que estamos examinando resume-se no seguinte:

"O Senhor A aspira a ser deputado. Ser deputado é o caminho para se alcançarem honras e fortuna. Ele sabe que meu voto pode ajudá-lo a ser eleito. É a menor coisa que ele pode me pedir. Se ele bancar o orgulhoso, eu farei o mesmo também. E quando me disponho a dar a alguém algo tão precioso quanto meu voto, espero que a pessoa se mostre agradecida, que venha até mim, que me contate, me aperte a mão etc."

Fica bem claro que o eleitor que pensa assim cai em duplo erro, conforme já assinalamos.

1) Ele crê que seu voto é dado para ser útil ao candidato.

2) Ele pensa que, em questão de favores, ele é livre para prestá-los a quem lhe aprouver.

Em uma palavra, ele faz abstração dos bens e dos males públicos que podem resultar de sua escolha. Assim, se ele tivesse presente no espírito que o objetivo de todo mecanismo eleitoral é fazer chegar à Câmara deputados conscienciosos e devotados, ele pensaria diferentemente e diria:

"Votarei no Senhor A, pelo fato de que, entre outras razões, ele não me pediu seu voto."

Com efeito, aos olhos de quem não perde de vista o verdadeiro objetivo de ser deputado, creio não poder existir mais forte suspeita contra um candidato do que a sua pressa em sair à cata de votos.

Afinal, o que levaria esse homem a vir me atormentar em minha casa, a se esforçar por me provar que devo depositar nele minha confiança?

Quando se sabe que tantos deputados, com dois votos na mão, fizeram a lei para os ministros e se atribuíram boas colocações, não se tem de recear que esse candidato não tenha nada mais em vista e que venha, às vezes da outra extremidade do Reino, implorar a confiança das pessoas que ele não conhece?

Podemos, talvez, ser traídos pelo deputado que escolhemos espontaneamente. Mas se nós, eleitores, vamos buscar um homem no seu refúgio (e não podemos ir buscá-lo aí senão porque sua reputação de homem íntegro já está perfeitamente estabelecida), se o arrancamos de sua solidão para investi-lo de um mandato que ele não pediu, não teremos todas as probabilidades de colocar esse mandato em mãos puras e fiéis?

Se esse homem quisesse fazer da deputação um negócio, ele a teria procurado. Se não o fez, acreditamos que não tenha segundas intenções.

Aliás, aquele a quem a escolha para ser deputado é espontaneamente concedida, como prova da confiança geral e da estima de todos, essa pessoa deve-se sentir tão honrada, tão reconhecida à sua reputação que tomará cuidado para não manchá-la.

E, afinal de contas, não seria muito natural se as coisas se passassem assim? De que se trata então? Trata-se de prestar serviço ao Senhor Fulano de Tal, de favorecê-lo, de colocá-lo no caminho da fortuna?

Não, trata-se de encontrar para nós um mandatário que tenha nossa confiança. Não seria bem simples se nos déssemos o trabalho de procurá-lo?

Imaginemos o caso de uma importante tutela. Um numeroso conselho de família está reunido no tribunal. Chega um homem ofegante, coberto de suor, depois de ter sacrificado vários cavalos. Ninguém o conhece pessoalmente. Tudo o que se sabe é que ele gerencia de longe as propriedades dos mineiros e logo deverá prestar contas dessa atividade. Esse homem implora que o nomeiem tutor. Dirige--se aos parentes por parte de pai e, em seguida, aos parentes maternos. Auto-elogia-se longamente, fala de sua probidade, de sua fortuna, de suas alianças. Pede, promete, ameaça. Pode-se ler em seu rosto uma ansiedade profunda, um desejo imenso de obter o que busca. Em vão lhe apresentam objeções, tais como a de que a tutela sobrecarrega

demais, que ela lhe tomará tempo e dinheiro e que atrapalhará seus negócios. Ele descarta todas as dificuldades. Só pensa em consagrar seu tempo aos pobres orfãozinhos. Quanto à sua fortuna, está pronto a sacrificá-la, de tal modo sente no coração um desinteresse heroico pelo dinheiro. E seus negócios, ele os verá em perigo, mas com um olhar estoico, desde que os interesses dos menores prosperem em suas mãos. — Mas o senhor vai gerir a fortuna deles, lhe dizem. — Mais uma razão, responde ele. Prestarei contas a mim mesmo, e quem pode estar mais apto a examinar essas contas do que a pessoa que é responsável por elas?

E eu pergunto: teria o conselho de família agido de maneira razoável se confiasse a esse sujeito apressado as responsabilidades que ele estava pretendendo? Não seria mais sensato investir em um parente conhecido por sua probidade, sua correção, sobretudo se esse parente tivesse interesses idênticos aos desses menores, e se ele não pudesse fazer-lhes bem ou mal sem sofrer com isso as consequências?

2

Voto No Senhor A, Porque Ele me Prestou um Serviço.

"O reconhecimento, já se disse, é a única virtude da qual não se pode abusar". É um erro. Há um meio muito usado de fazê-lo: é quitando, *às expensas de outrem,* a dívida que ele nos impõe.

Não nego que um eleitor, que recebeu frequentes provas de atenção da parte de um candidato, e de cujas opiniões ele não partilha, se encontre numa posição muito delicada e penosa, se esse candidato tiver o despudor de lhe pedir o seu voto. A ingratidão é, por si só, algo que repugna. Chegar a ter que fazer dela, por assim dizer, uma demonstração oficial pode tornar-se um verdadeiro suplício. É inútil você querer colorir essa infidelidade com motivos políticos os mais justificáveis, pois há no fundo da consciência universal um instinto que o condenará. É que os costumes políticos não fizeram e nem puderam fazer os mesmos progressos que a moral privada. O público vê sempre no seu voto uma propriedade da qual você pode dispor. E ele o repreenderá por não deixar que uma virtude tão popular, tão honorável quanto o reconhecimento o dirija em determinada direção.

Senão, vejamos.

A questão, tal como se apresenta na França, diante do corpo de eleitores, é o mais das vezes tão complexa que deixa, ao que parece, grande margem para a consciência. Imaginemos dois candidatos: um é da situação, fecha com o ministério, o outro é da oposição. — Sim, mas o ministério cometeu muitos erros, a oposição também tem suas falhas. Aliás, se se examinam os programas dos dois competidores, um quer a ordem e a liberdade, o outro pede a liberdade com ordem. A única diferença é que um coloca na segunda linha o que o outro põe na primeira. No fundo, ambos querem o mesmo. Não valeria a pena, por tais matizes, trair os direitos que os benefícios recebidos dariam, com seu voto, a um dos candidatos. Você não tem desculpa.

Mas suponhamos que o problema apresentado aos eleitores seja menos vago. Você verá então enfraquecerem-se não somente os direitos, mas também a popularidade e até mesmo as pretensões do reconhecimento.

Na Inglaterra, por exemplo, uma longa experiência de governo representativo ensinou aos eleitores que não era preciso perseguir todas

as reformas ao mesmo tempo, mas só passar para a segunda quando tiver sido vencida a primeira, e assim por diante.

Resulta daí que há sempre, diante do público, uma questão principal, sobre a qual se concentram todos os esforços da imprensa, das associações e dos eleitores.

Você é pró ou contra a reforma eleitoral?

Você é pró ou contra a emancipação católica?

Você é pró ou contra a libertação dos escravos?

Neste momento, a única questão é a seguinte: Você é pró ou contra a liberdade das trocas?

Quando essa questão estiver esvaziada, faremos sem dúvida uma outra: Você é pró ou contra o sistema voluntário em matéria de religião?

Enquanto durar a *agitação* relativa a uma dessas questões, todo mundo toma parte, todo mundo procura esclarecimentos, todo mundo se engaja em um partido ou noutro. Sem dúvida, as outras grandes reformas políticas, embora na sombra, não são inteiramente negligenciadas. Mas esse é um debate que se desenvolve no seio de cada partido, e não de um partido para o outro.

Assim, hoje, quando os *free-traders* têm de opor um candidato aos monopolistas, eles fazem assembleias preparatórias e então proclama-se um candidato que — independentemente da conformidade de seus princípios com os dos *free-traders* em assuntos de comércio — convém melhor à maioria das pessoas, em razão de suas opiniões sobre a Irlanda ou sobre o Bill de Maynooth etc. Mas no dia da grande disputa, só se pergunta aos candidatos o seguinte:

Você é *free-trader*? Você é monopolista?

E, por conseguinte, é sobre isso — somente sobre isso — que os eleitores têm que se pronunciar.

Ora, é fácil compreender que uma questão feita em termos tão simples não deixa insinuar no seio dos partidos nenhum dos sofismas que este livro tem por objeto combater, e, principalmente, o sofisma do reconhecimento.

Eu terei prestado, na vida privada, grandes serviços a um eleitor. Mas sei que ele é a favor da liberdade comercial, enquanto eu me apresento como o candidato dos partidários do regime protecionista. Não

me virá a ideia de exigir dele, por reconhecimento, o sacrifício de uma causa à qual eu sei que ele dedicou todos os seus esforços, para a qual ele subscreveu; em favor da qual ele se filiou a associações poderosas. Se eu o fizesse, a resposta seria clara e lógica, e ela teria a aprovação do público, não somente no seu partido; mas também no meu. Ele me diria: "Eu lhe devo obrigações pessoais; estou prestes a saldar minha dívida pessoalmente; não vou esperar que você me peça isso e aproveitarei todas as ocasiões para lhe provar que não sou um ingrato. Há, contudo, um sacrifício que não posso fazer: é o da minha consciência. Você sabe que estou engajado na causa da liberdade comercial, a qual creio mais de acordo com o interesse público. Você, ao contrário, sustenta o ponto de vista oposto. Estamos aqui reunidos para saber qual desses dois princípios tem a aprovação da maioria. Do meu voto pode depender o triunfo ou a derrota do princípio que eu sustento. Em sã consciência, não posso levantar a mão para você."

É evidente que, a menos que se seja um homem desonesto, o candidato não poderia insistir para provar que o eleitor está ligado por uma benfeitoria recebida.

A mesma doutrina deve prevalecer entre nós. Mas pelo fato de tais questões serem muito complicadas, elas dão oportunidade para uma contestação penosa entre o benfeitor e o beneficiado. O benfeitor dirá: "Mas por que você me nega o seu voto? Será porque estamos separados por algumas divergências de opinião? Mas você pensa exatamente como meu concorrente? Você não sabe que minhas intenções são puras? Por acaso não desejo eu, tanto quanto você, a ordem, a liberdade, o bem público? Você receia que eu aprove tal ou qual medida que você desaprova; e quem sabe se ela será apresentada às Câmaras nessa sessão? Veja bem que você não tem motivos suficientes para esquecer o que fiz por você. Você só está procurando um pretexto para se descompromissar de qualquer forma de reconhecimento."

Parece-me que o método inglês de só perseguir uma reforma de cada vez, independentemente de suas vantagens próprias, tem ainda a grande vantagem de classificar invariavelmente os eleitores, de colocá-los ao abrigo das más influências, de não deixar lugar para os sofismas, em uma palavra, de formar costumes políticos francos e firmes. O mesmo eu gostaria que se adotasse na França. Nesse caso, há quatro reformas que teriam prioridade:

1) a reforma eleitoral;
2) a reforma parlamentar;
3) a liberdade de ensino;
4) a reforma comercial.

Não sei com qual dessas questões meu país daria o passo inicial. Se eu tivesse voz no capítulo sobre o assunto, designaria a reforma parlamentar como a mais importante, a mais urgente, aquela para a qual a opinião pública está mais preparada, aquela que pode melhor favorecer o triunfo das três outras.

3

Voto no Senhor A, Porque Ele Prestou Grandes Serviços à Nação.

Em certa época, pedia-se o voto a um eleitor para um general de mérito. — Quem, pois, no país, dizia-se, prestou mais serviços à pátria? Fulano derramou seu sangue em numerosos campos de batalha. Deve todos os seus triunfos à sua coragem e a seus talentos militares. Fez-se por si mesmo e, além disso, elevou a posições importantes seus irmãos, seus sobrinhos, seus primos. — Nosso bairro está ameaçado? dizia o eleitor, há um levante de massa? Trata-se de escolher um chefe militar? Meu voto é para o honrado general. Tudo o que vocês me dizem, mais o que eu já sei, encaminham para ele méritos irrecusáveis por minha confiança.

Não, disse o solicitador, trata-se de eleger um deputado, um legislador. — Quais serão suas funções? — Fazer leis, rever o código civil, o código de processos civis, o código penal, restabelecer a ordem das finanças, vigiar, conter, reprimir e, em caso de necessidade, acusar os ministros. — E o que têm de comum os grandes golpes de espada que o general distribuiu com as funções legislativas? — Não se trata disso, mas de conceder, pelas funções de deputado, uma recompensa digna de seus serviços. — Mas se, por ignorância, ele faz leis ruins e aprova planos financeiros desastrosos, quem vai ter de sofrer as consequências?

— Você próprio e o público.

— E, em sã consciência, posso eu investir o general do direito de fazer leis, se ele deve fazê-la ruins?

— Você está insultando um homem de grande talento e de um nobre caráter. Você o está supondo ignorante ou mal-intencionado?

— Deus me livre! Suponho só que, por se ter ocupado, ao longo de toda sua vida, da *escola do pelotão,* ele se tornou um craque em estratégias. Não duvido que possa passar admiravelmente bem em uma revista a uma tropa. Mas, ainda uma vez, o que há de comum entre esses conhecimentos e aqueles que são necessários a um representante do povo, ou antes, aos próprios representados?

Os Dois Machados

Petição de Jacques Bonhomme, carpinteiro

Ao senhor Cunin-Gridaine[1], ministro do comércio

SENHOR MINISTRO INDUSTRIAL DA TECELAGEM,

Sou carpinteiro, como o foi Jesus; trabalho com o machado e a enxó para vos servir.

E foi cortando e rachando lenha, de manhã à noite, nas terras do Senhor nosso Rei, que me dei conta de que meu trabalho é tão *nacional* quanto o vosso.

Sendo assim, não vejo por que razão a Proteção não vem em auxílio de minha estância de madeiras, tal qual faz com a vossa indústria.

Afinal, se vós fabricais tecidos, eu faço telhados. Ambos, por maneiras diversas, protegemos nossos clientes do frio e da chuva.

Entretanto, eu tenho que correr atrás dos fregueses, enquanto os fregueses é que correm atrás de vós. Soubestes bem forçá-los a isso, impedindo-os de comprar em outro lugar, enquanto meus fregueses procuram quem bem lhes aprouver.

O que há de espantoso nisso? Ora, o Senhor Cunin, ministro, não se esqueceu do Senhor Cunin, fabricante de tecidos, o que é natural. Mas infelizmente meu humilde ofício não deu nenhum ministro à França, embora tenha dado um Deus ao mundo.

E este Deus, no código imortal que legou aos homens, não introduziu nenhuma palavra autorizando os carpinteiros a enriquecerem à vossa maneira, ou seja, às custas de outrem.

Considerai então a minha situação. Ganho 30 soldos por dia, exceto aos domingos e feriados. Se eu vos oferecer meus serviços, ao mesmo tempo que um carpinteiro de Flandres, e se ele trabalhar por um soldo a menos, é claro que lhe dareis preferência.

Contudo, se desejo me vestir e um tecelão belga me oferece seus tecidos no mercado, competindo com os vossos, vós o expulsareis do país, ele e seus tecidos.

[1] N. do T.- Laurent Cunin-Gridaine (1778-1859), fabricante de tecidos, deputado, ministro do comércio e advogado da política protecionista.

Deste modo, me verei forçado a procurar vossa loja, que é a mais careira, e meus míseros 30 soldos passarão a valer, na realidade, 28!

Que digo? Não valem nem 26! Pois, em vez de expulsar o tecelão belga *às vossas custas* (o que seria o mínimo a se esperar), vós me obrigais a pagar as pessoas que, no vosso interesse, mandam o belga passear.

E como um número considerável de vossos companheiros legisladores, com os quais vos entendeis às mil maravilhas, me leva, cada um deles, um ou dois soldos a mais, a pretexto de proteger seja o ferro, seja o carvão mineral, seja o óleo, seja o trigo, o fato é que não consigo salvar deste assalto nem sequer 15 soldos, dos 30 que consigo ganhar.

Vós me direis, sem dúvida, que estes pequenos soldos, que fogem, sem qualquer compensação, do meu bolso para o vosso, são o sustento daqueles que vivem em torno de vosso castelo e que também vos propiciam condições de viver muito bem. Permiti-me alertar-vos que se vós me deixásseis esses soldinhos nas minhas mãos, eles também seriam o sustento dos que vivem em torno de mim.

De qualquer forma, Senhor Ministro Industrial de Tecelagem, sabendo que seria mal recebido, não venho vos forçar, como aliás eu teria o direito, a abdicar da *restrição* imposta à vossa clientela.

Prefiro seguir a tendência geral e reivindicar também um pouquinho de *proteção.*

Com toda certeza vós ireis apresentar-me alguma dificuldade. "— Amigo — direis — gostaria de proteger a ti e a teus pares, mas como conceder vantagens alfandegárias ao trabalho dos carpinteiros? Seria possível proibir a entrada de casas por terra e por mar?"

Tal atitude seria ridícula. Mas, de tanto pensar no problema, descobri outro meio de favorecer os filhos de São José. Vós acatareis minha ideia, creio, com mais benevolência, pois não tem diferença nenhuma dos privilégios que são votados por vós e para vós mesmos todos os anos.

Este meio maravilhoso consiste no seguinte: proibir, em toda a França, o uso de machados afiados.

Semelhante *restrição* não seria nem mais ilógica nem mais arbitrária do que a encontrada por vós para os vossos tecidos.

Por que motivo expulsais os belgas? Porque vendem mais barato do que vós. E por que vendem eles mais barato? Porque são superiores a vós enquanto fabricantes de tecidos.

Entre vós e um belga há exatamente a mesma diferença que entre um machado cego e um afiado.

E vós me forçais, a mim, carpinteiro, a comprar o produto feito pelo machado cego!

Considerai a França como um operário que quer, através de seu trabalho, adquirir coisas de que necessita, dentre as quais estão os tecidos.

Para tanto há dois caminhos possíveis:

- o primeiro é fiar e tecer a lã;
- o segundo é fabricar outras mercadorias como, por exemplo, relógios, papel de parede ou vinho, e trocá-las com os belgas por tecidos.

Desses dois procedimentos indicados, o que dá melhor resultado pode ser simbolizado pelo machado afiado; o outro, pelo cego.

Não podeis negar que, atualmente, na França, dá mais trabalho obter-se uma peça de tecido diretamente de nossos teares (é o machado cego) do que indiretamente por intermédio de nossas vinhas (é o machado afiado). E não podeis negar isso, porque é justamente em função desta maior dificuldade (com a qual constituis vossa riqueza) que recomendais e, ainda mais, que impondes o uso do pior dos dois machados.

Pois bem! Sede pelo menos consequente, imparcial, se não quiserdes ser justo, e tratai os pobres carpinteiros como tratais a vós mesmo.

Editai uma lei que diga:

Ninguém poderá usar senão vigas e travas produzidas por machados cegos.

E vede o que vai acontecer.

Onde tínhamos de dar cem machadadas, daremos trezentas. O que fazemos em uma hora, levaremos três. Que poderoso estímulo para o trabalho! Aprendizes, artífices e mestres, não seremos mais em número suficiente. Seremos procurados e, por conseguinte, bem pagos. Quem quiser usufruir de um telhado terá de se submeter às nossas exigências, do mesmo modo que quem quer ter um tecido é obrigado a se submeter às vossas.

E que não venham os teóricos do *livre mercado* pôr em dúvida a utilidade dessa medida. Se o fizerem, saberemos bem onde achar uma refutação vitoriosa. Será no vosso relatório parlamentar de 1834. Nós os derrotaremos com esse relatório, pois nele vós

soubestes admiravelmente defender a causa das proibições e dos machados sem corte, o que, no fundo, constitui-se em dois nomes usados para designar uma só coisa.

Garotaria

Não há nada comparável à estação de águas dos Pirineus. Lá se encontram homens de todo o país, gente experiente que já viu muito, reteve muitas coisas, e está pronta a muito contar. Encontram-se lá também, o que é menos precioso, e em grande número, outros homens dispostos a, com razão, muito escutar.

Já há vários dias, nós, verdadeiros doentes, doentes *sérios,* como se diz em nossos dias (o que não nos impede de ser alegres), formávamos um grupo em volta de um fidalgo valenciano, que visitou longa e detalhadamente a ilha de Baratária e que nos contava coisas maravilhosas vistas por lá. Sabe-se que essa ilha tem como legislador o grande Sancho Pança, o qual acreditou dever desvencilhar-se, em suas instituições, dos legados clássicos de Minos, Licurgo, Sólon, Numa e Platão. Em Baratária, o princípio básico de governo é deixar os governados julgarem e decidirem por eles mesmos, em todos os assuntos, e nada exigir deles a não ser o respeito à justiça. O governo não promete nada também. Ele não se encarrega de nada e só responde pela segurança da população.

Em outra oportunidade, eu lhes falarei sobre os efeitos desse sistema. Por hoje, vou-me limitar a transcrever aqui duas cartas que foram trocadas entre Don Quixote e Sancho, durante o reinado do célebre batalhador manchego, e que estão preciosamente conservadas na biblioteca de Baratária.

Infelizmente, o Cavaleiro do Rosto Triste e também seu escudeiro não tomaram o cuidado de datar a correspondência deles. Supõe-se que essa só tenha ocorrido vários meses após Sancho ter tomado posse da ilha. Isso se reconhece pelo estilo, que trai, em Don Quixote, a perda do pouco de bom senso que lhe restava e, em Sancho, uma menor dose de amável ingenuidade. Não importa como seja, mas tudo o que vem desses dois heróis é por demais precioso para não ser conservado.

Dom Quixote a Sancho

Amigo Sancho, não posso me referir ao quanto é difícil governar os homens, sem sentir algum remorso por te ter proposto governar a ilha de Baratária, missão para a qual tua cabeça e teu coração não estavam talvez o bastante preparados.

Por isso, tomo a liberdade de te apresentar, daqui por diante, frequentes conselhos, que tu seguirás, espero, com a docilidade que é imposta aos escudeiros pelas leis da cavalaria.

Como deves agora deplorar a grosseira existência que levaste até o dia em que te associaste, com teu burro, às minhas gloriosas

campanhas, aos meus nobres caminhos traçados pelo destino! Os grandes feitos que testemunhaste e nos quais não deixaste de tomar parte arrancaram certamente teu espírito das preocupações vulgares da tua aldeia. Mas terá ele tido tempo de se elevar à altura necessária que deve alcançar o espírito de um legislador?

Receio, amigo Sancho, que, chamado a representar no palco do mundo o papel de um Minos, de um Licurgo, de um Sólon, de um Numa, tu não estejas ainda suficientemente identificado com o pensamento e os objetivos desses grandes homens. Como eles, tu és mais que um príncipe, tu és legislador. E tu sabes o que é um legislador?

"Aquele que ousa legislar para um povo deve-se sentir em condições de mudar, por assim dizer, a natureza humana, de transformar cada indivíduo, que é, por si só, um todo perfeito e solitário, em parte de um todo maior, do qual esse indivíduo deve receber, de algum modo, sua vida e seu ser. Deve ainda poder alterar a constituição do homem para reforçá-la, substituir a existência física e independente que recebemos da natureza por uma existência parcial e moral. É preciso, resumindo, que ele tire do homem suas próprias forças para lhe dar outras que lhe sejam alheias e que ele não possa usar senão auxiliado por outrem."[1]

Amigo Sancho, tens que ser primeiro o inventor, depois o mecânico de uma máquina, da qual o povo de Baratária será o material e as molas. Não te esqueças de que, nessa máquina, tudo deve combinar, não para a glória do inventor ou a felicidade do mecânico, mas para a felicidade e a glória da própria máquina.

A primeira dificuldade que tu vais encontrar será a de fazer tuas leis serem aceitas. Não seria mal se pudesses persuadir aos baratarianos que tu tens ligação secreta com alguma deusa. Tu sancionarias tuas leis em dia de tempestade, em meio aos trovões e relâmpagos. Elas seriam, assim, impressas no espírito deles com o sentimento de um salutar terror. Teu código não seria simplesmente um código, mas uma religião. Violar a lei seria cometer um sacrilégio, e faria o violador incorrer não somente em castigos humanos, mas também na ira dos deuses. É dessa maneira que darás estabilidade à tua cidade e forçarás os cidadãos *a suportarem docilmente o jugo da felicidade pública.*

Tal impostura seria, é bem verdade, odiosa em qualquer outra pessoa, mas é permitida a um legislador. Todos fizeram uso dela, de

[1] Tínhamos alguma dificuldade em compreender como Don Quixote tinha podido citar Rousseau e nos veio naturalmente ao pensamento que teria sido Rousseau quem tomara emprestado a Don Quixote tais ideias. Mas, considerando-se que a antiguidade é o único assunto de estudo e de admiração dos modernos, preferimos acreditar em uma simples coincidência que não tem nada de surpreendente.

Licurgo a Maomé, e, em nossos dias, se tu leres os artigos dos jornalistas que aspiram a refazer a sociedade, observarás neles um certo tom de misticismo, que prova não se aborrecerem eles por passar por inspirados e profetas. Os que recorrem a tais superstições são mais desculpáveis, têm mérito, pois *honram os deuses por sua sabedoria.*

Terás depois que resolver a seguinte questão importante: vais estabelecer ou não a escravidão?

Há, quanto a esse assunto, muitos prós e muitos contras.

Se, como nós, pessoas esclarecidas, tivesses passado toda tua juventude entre os gregos e os romanos, saberias que a virtude é incompatível com o trabalho; que só o mister das armas é nobre, que só a guerra é grande, que nossas mãos não saberiam se ocupar dignamente senão com as artes que servem à dominação ou à destruição; e que aqueles que nos fazem existir são essencialmente baixos, vis e servis.

Deduz-se daí que, para fazer florescer a virtude na tua ilha, deves banir de lá o trabalho. No entanto, banir o trabalho seria banir a vida. Eis como poderias resolver tal dificuldade: repartirias os baratarianos em duas classes. Uns (em torno de 95%) se dedicariam, com o nome de escravos, aos trabalhos servis. Seriam marcados na testa para serem reconhecidos, e seriam acorrentados pelo pescoço para não provocarem rebeliões. Os outros viveriam, então, nobremente. Exerceriam a luta, o pugilismo, se aperfeiçoariam na arte de matar, ou seja: sua ocupação seria a virtude. É assim que realizarás a liberdade.

O *quê! me dirás, a liberdade não pode florescer senão com a ajuda da servidão? — Talvez.*

Medite sobre estas palavras, amigo Sancho, e responda-me sem demora.

Resposta de Sancho

Mandei meu secretário ler-me sua carta e, embora eu compreenda muito pouca coisa do que ela diz, apresso-me em respondê-la. Para dizer a verdade, não percebo que tenha aprendido algo de muito útil para o meu governo durante o curso de nossas aventuras. E acontece ainda, estranhamente, que a maior parte de seus discursos se foram da minha cabeça. Já as sentenças de nosso cura, os provérbios de Carasco e, sobretudo, as máximas de Tereza Pança são para mim, ainda hoje, de grande auxílio. Quanto às campanhas das quais fala e nas quais tem a bondade de dizer que tive participação,

não me lembro delas também e não posso considerar campanhas as suas singulares lutas contra moinhos de vento ou carneiros, pois delas só fui espectador inativo. Mas, ao contrário, lembro-me muito bem das pauladas que me quebraram os ossos, no bosque onde combatemos vinte almocreves.

Enfim, eis-me aqui, como o senhor diz, legislador, príncipe e governador.

Registro inicialmente que, segundo seu ponto de vista, a sociedade baratariana deve ser uma máquina da qual os baratarianos serão os materiais e eu o inventor, o executor, o mecânico. Mandei ler três vezes essa passagem de sua honrosa carta, sem jamais poder compreender a primeira palavra.

Os baratarianos, que o senhor talvez nunca viu, são feitos como o senhor e eu, ou aproximadamente, pois não há nenhum deles que atinja a sua magreza ou a minha rotundidade. Tirando isso, eles se parecem muito conosco. Têm olhos para ver, ouvidos para ouvir, e a cabeça deles, se não me engano, contém um cérebro. Eles se movem, pensam, falam e parecem todos muito ocupados com as providências que têm de tomar para serem felizes. A bem dizer, não se ocupam de outra coisa. E não entendo por que o senhor os tomou por materiais.

Observei também que os baratarianos têm outro traço de semelhança com os habitantes de minha aldeia: é pelo fato de cada um deles ser tão ávido de felicidade que chegam a buscá-la às vezes às custas de outrem. Durante várias semanas meu secretário só fez ler-me petições surpreendentes a esse respeito. Todas, sejam elas provenientes de um só indivíduo ou da comunidade, podem se resumir nestas duas sentenças: "— Não nos peça dinheiro, dê-nos dinheiro". Isso me fez refletir muito.

Mandei buscar meu ministro da *hacienda* e lhe perguntei se conhecia um meio de dar sempre dinheiro aos baratarianos sem jamais ter de pedir-lhes dinheiro. O ministro me afirmou que esse meio lhe era desconhecido. Perguntei-lhe se não poderia ao menos dar aos baratarianos um pouco mais de dinheiro do que a quantia que eu lhes pediria.

Ele me respondeu que era exatamente o contrário; e que era totalmente impossível dar *dez* aos meus súditos sem lhes tomar pelo menos *doze*, por causa das despesas.

Então eu desenvolvi o seguinte raciocínio: se eu der a cada baratariano o que lhe tomar, excetuados os gastos com despesas, a operação

é ridícula. Se eu der mais a uns, é porque darei menos a outros, e a operação será injusta.

Considerando todo o benefício da medida, decidi agir de outra maneira, segundo o que me pareceu mais justo e razoável. Convoquei uma grande assembleia de baratarianos e lhes falei assim:

"Baratarianos!

Examinando como vocês e eu somos feitos, achei que havia muita semelhança entre nós. Concluí, então, que não me era possível, assim como não o seria a qualquer um de vocês, fazer a felicidade de todos. E venho lhes dizer que não aceito a ideia de ser eu o responsável por isso. Vocês não têm braços, pernas e a vontade para coordená-los? Façam, pois, a felicidade de vocês por vocês mesmos.

Deus lhes deu terras: cultivem-nas e retirem delas os produtos necessários. Troquem-nos uns com os outros. Que aqueles que trabalham a terra, os que tecem, os que ensinam, advogam, curam, que cada um trabalhe segundo seu desejo e gosto.

Quanto a mim, meu dever é garantir a cada um as duas coisas seguintes:a liberdade de ação e a livre disposição dos frutos de seu trabalho.

Eu me dedicarei constantemente a reprimir, onde ela se manifestar, a funesta inclinação dos homens a se despojarem mutuamente Darei a todos *segurança* total. Encarreguem-se do resto.

Não é um absurdo que vocês me peçam outra coisa além disso? Que significam esses montes de petições? Se eu lhes desse crédito, *todo mundo roubaria todo mundo* em Baratária. E isso por meu intermédio!... Creio, ao contrário, ter por missão impedir que *um roube o outro.*

Baratarianos, há bastante diferença entre esses dois sistemas. Se eu tiver de ser, segundo vocês, o instrumento através do qual *todo, mundo rouba todo mundo,* será como se eu dissesse que todas as propriedades de vocês me pertencem e que eu posso dispor delas tanto quanto da liberdade de vocês. Vocês não seriam mais homens, porém, animais.

Se eu tiver de ser o instrumento através do qual não haja ninguém roubado, minha missão será tanto mais restrita quanto mais vocês forem justos. Então, não vou pedir a vocês mais do que um pequeno imposto, e vocês só poderão culpar a vocês mesmos por tudo o que lhes acontecer. Em todo caso e em toda justiça, não é a mim que vocês deverão culpar. Minha responsabilidade será bem reduzida e minha estabilidade melhor assegurada.

Baratarianos, eis, portanto, o que vamos convencionar:

Façam como bem entenderem. Levantem-se tarde ou cedo, trabalhem ou descansem, façam banquetes ou jejum, gastem ou poupem, ajam isoladamente ou em comum, entendam-se entre si ou não se entendam. Eu os tenho a todos por adultos e os respeito demais para intervir nessas coisas. É claro que elas não me são indiferentes. Eu prefiro vê-los ativos a preguiçosos, econômicos a pródigos, sóbrios a intemperados, caridosos a impiedosos, mas não tenho o direito e, em todo o caso, não tenho o poder de lançá-los no mundo que me convém. Confio em vocês e na lei da responsabilidade, à qual Deus submeteu o homem.

Tudo o que farei da força pública a mim confiada é aplicá-la para que cada um se contente com a sua liberdade, sua propriedade, e seja contido pelos limites da justiça."

Eis o que eu disse, meu caro mestre. Fazendo-lhe conhecer assim minhas palavras, feitos e gestos, desejo saber o que o senhor pensa deles, antes de responder ao resto de sua carta. Tenho aliás, necessidade de descansar, pois ainda não tinha ditado nada tão longo.

Petição

Petição dos fabricantes de velas, círios, lamparinas, castiçais, postes de luz, espevitadores, apagadores de vela e produtos feitos com sebo, óleo, resina, álcool e tudo o que, de um modo geral, se refere a material de iluminação.

Aos senhores membros da Câmara dos Deputados.

SENHORES,

Vós estais absolutamente certos. Desprezais as teorias abstratas; a abundância e os preços baixos vos dizem pouco.

Preocupai-vos, sobretudo, com o destino do produtor. Quereis livrá-lo da concorrência estrangeira. Em uma palavra: desejais reservar o *mercado nacional* para a *indústria nacional.*

Vimos, portanto, oferecer-vos uma especial oportunidade para aplicar vossa... como dizer? Vossa teoria. Não, nada há de mais enganador do que a teoria. E vossa doutrina? E vosso sistema? Vosso princípio? Mas vós não apreciais as doutrinas. Tendes horror aos sistemas. E, quanto aos princípios, declarais que não existem em economia social. Chamaremos isso, então, de vossa prática, vossa prática sem teoria e sem princípios.

Atualmente vivemos sob a intolerável concorrência de um rival estrangeiro. Ele possui, ao que parece, condições altamente superiores às nossas para produzir luz. Este rival *inunda* nosso *mercado nacional* com preços fabulosamente reduzidos. E basta que ele apareça para que todas as nossas vendas cessem. Todos os consumidores se dirigem a ele. Com isso, boa parte da indústria francesa, que possui inúmeras ramificações, fica diretamente atingida por uma estagnação completa. Este rival, que não é outro senão o sol, declarou contra nós guerra tão ferrenha que suspeitamos nos tenha sido ele enviado pela pérfida Álbion[1] (boa diplomacia nos tempos de hoje!). Prova disso é que ele vem dispensando a essa ilha orgulhosa atenções muito especiais que nem sequer se digna a nos oferecer.

Vimos, então, pedir-vos que editeis uma lei determinando que sejam fechadas todas as janelas, lucarnas, frestas, e também contraventos,

---

[1] N. do T.- “Pérfida Albion”, epíteto usado por Napoleão I para se referir à Inglaterra. Durante o ano de 1840, as relações anglo-francesas eram às vezes muito tensas.

postigos, cortinas, persianas, claraboias, estores, enfim, todas as aberturas, buracos, fendas e fissuras por onde a luz do sol possa penetrar nas casas, provocando enorme prejuízo para as indústrias que temos o orgulho de ter criado em nosso País. Este, aliás, seria bastante ingrato, se nos abandonasse agora, diante de luta tão desigual!

Rogamos, Senhores Deputados, que não encareis este nosso pedido como uma sátira e que não o desprezeis, sem pelo menos escutar as razões que apresentamos e para as quais estamos solicitando o vosso apoio.

Em princípio, se o acesso à luz natural for o mais possível dificultado, se for criada a necessidade da luz artificial, qual será a indústria na França que não se sentirá cada vez mais estimulada a se desenvolver?

Se se consumir mais sebo, haverá necessidade de mais bois e de mais carneiros; consequentemente, veremos multiplicarem-se os prados artificiais, o consumo de carne, de lã, de couro e, sobretudo, de estrume, base de toda a riqueza agrícola.

Se se consumir mais óleo, veremos expandir-se a cultura da papoula, da oliveira, da colza. Essas plantas ricas, mas que esgotam o solo, vão então tirar lucro da fertilidade que o rebanho de animais dará às nossas terras.

Nossos campos se cobrirão de árvores resinosas. Numerosos enxames de abelhas recolherão em nossas montanhas tesouros perfumados que se evaporam das flores de onde emanam, sem qualquer aproveitamento atualmente. Não haverá, pois, um setor sequer da agricultura que deixará de ser beneficiado e de conhecer um grande desenvolvimento.

O mesmo acontecerá com a navegação. Milhares de embarcações partirão para a pesca da baleia e, em pouco tempo, teremos uma frota capaz de sustentar a França e de responder à patriótica susceptibilidade dos peticionários abaixo assinados, vendedores de velas etc.

E o que dizer dos *artigos manufaturados em Paris?* Imaginai os dourados, os bronzes, os cristais dos castiçais, das lamparinas, dos lustres e dos candelabros, reluzindo em espaçosos estabelecimentos comerciais, colocando no chinelo as lojas de hoje, que não passam de pequeninas butiques!

Não haverá quem não venha a usufruir de aumentos de salário e de bem-estar, desde o pobre resineiro, no alto de sua colina, até o triste mineiro, no fundo das galerias de sua mina.

Refleti sobre isso, Senhores, e vós vos convencereis de que não haverá um único francês, do opulento acionista da Companhia Anzin ao mais humilde vendedor de fósforos, a quem o sucesso de nossa petição não venha a favorecer.

Podemos prever vossas objeções, Senhores. Mas não nos apresentareis sequer uma que não esteja nos velhos e usados livros dos adeptos da liberdade comercial. Ousamos desafiar-vos a pronunciar qualquer palavra contra nós sem que ela reverta imediatamente contra vós e contra os princípios que orientam toda vossa política.

Se disserdes que, caso obtenhamos o privilégio que estamos reivindicando, a França não lucrará nada, pois o consumidor arcará com despesas, nós vos responderemos: Vós não tendes mais o direito de invocar os interesses do consumidor. Todas as vezes que este teve problemas com o produtor, vós o sacrificastes sempre em todas as circunstâncias — assim procedestes para *estimular o trabalho,* para *aumentar o domínio do trabalho.* Pelo mesmo motivo e do mesmo modo deveis proceder agora.

Vós mesmos viestes ao encontro da objeção. Quando afirmávamos estar o consumidor interessado na livre introdução do ferro, do carvão, do sésamo, do trigo, dos tecidos, vós dizíeis que o produtor estava interessado na sua exclusão. Pois bem! Se os consumidores estão interessados na utilização da luz natural, os produtores, por sua vez, estão interessados na sua proibição.

Mas, direis ainda, o produtor e o consumidor formam um todo indivisível. Se o fabricante ganhar com qualquer privilégio que lhe for concedido, automaticamente ganhará o agricultor. Se a agricultura prosperar, abrir-se-ão possibilidades de venda fácil para as fábricas. E, se nos for concedido o monopólio da iluminação artificial durante o dia, compraremos mais sebo, carvão, óleo, resinas, cera, álcool, prata, ferro, bronze e cristais para alimentar nossa indústria. Além disso, nós e numerosos fornecedores, enriquecidos, consumiremos muito e espargiremos bem-estar e abastança por todos os ramos de trabalho de nossa nação.

Direis então que a luz do sol é uma dádiva da natureza e, como tal, gratuita. Rejeitar, pois, dádivas dessa ordem seria rejeitar a própria riqueza, a pretexto de estimular os meios para adquiri-la?

Mas cuidado, pois assim estareis trazendo a morte para o coração de vossa política. Cuidado, já que, até o presente momento, tendes rejeitado sempre o produto estrangeiro, *ainda mais porque* se aproxima da dádiva gratuita! Para submeter-vos às exigências de outros

mopolizadores, vós só unheis uma *semi-razão;* para acolher nosso pedido, vós tendes uma *razão completa.* E rejeitar-nos com base no feto de que temos mais razões que os outros seria estabelecer a equação: + x + = -. Em outras palavras, seria acumular *absurdo* sobre *absurdo.*

O trabalho e a natureza concorrem em proporções diversas, conforme os países e os climas, para a criação de um produto. A parte que cabe à natureza é sempre grátis; a parte que cabe ao trabalho é que dá valor ao produto e que, portanto, se paga.

Se uma laranja de Lisboa é vendida pela metade do preço de uma laranja de Paris, é porque um calor natural e, por conseguinte, gratuito, faz por uma o que a outra deve ao calor artificial, logo, dispendioso.

Assim, quando uma laranja nos chega de Portugal, pode-se dizer que ela nos é oferecida metade gratuitamente, metade com custos, ou, em outros termos, pela *metade do preço* da laranja de Paris.

Ora, é precisamente esta *semigratuidade* (perdão pela palavra usada) que vós contestais e quereis repudiar. Vós direis: "Como o trabalho nacional poderia sobreviver à concorrência com o trabalho estrangeiro? Aquele tem tudo por fazer, e este só a metade da tarefa, já que o sol se encarrega do resto." — Mas se a *semigratuidade* nos leva a rechaçar a concorrência, como é que a *gratuidade* total vos levaria a admitir a concorrência? Ou vós não sois lógicos, ou deveis, ao rejeitar a semigratuidade por considerá-la nociva ao trabalho nacional, rejeitar com mais razão e com duas vezes mais zelo a gratuidade total.

E, ainda mais, quando um produto, seja ele carvão, ferro, trigo ou tecido, nos vem de fora e, por conseguinte, nós o adquirimos com menos esforço do que se tivéssemos de produzi-lo nós mesmos, a diferença está no fato de ser ele um *dom gratuito* que nos é concedido. Esse dom será mais ou menos considerável, quanto maior ou menor for esta diferença. Esta será de um quarto, da metade ou, de três quartos do valor do produto, se o estrangeiro nos pedir somente três quartos, a metade ou um quarto como pagamento. Ela será totalmente nula, se o doador, como faz o sol com relação à luz, não nos pedir nada. A questão, e nós aproveitamos para formalizá-la neste momento, está no fato de se saber se vós quereis para a França o benefício do consumo gratuito ou as pretensas vantagens da produção onerosa. Escolhei, mas sede lógicos, pois enquanto rejeitardes, como o fazeis presentemente, o carvão de pedra, o ferro, o trigo, os tecidos estrangeiros, pelo fato de seu preço aproximar-se de *zero,* que incoerência não seria então admitir a luz do sol, cujo preço é *zero,* durante todo o dia?

O Indiscreto

12 DE DEZEMBRO DE 1847.

Proteção à industria nacional! Proteção ao trabalho nacional! É preciso ter o espírito bem do contra e o coração muito perverso para gritar contra tão bela coisa.

— Sim, de fato. Se estivéssemos bem convencidos de que a proteção, tal como a decretou a Câmara do voto duplo, aumentou o bem-estar de todos os franceses, inclusive o nosso, se pudéssemos pensar que a urna da Câmara do voto duplo, mais maravilhosa que a de Cana, operou o milagre da multiplicação dos alimentos, das roupas, dos meios de trabalho, de locomoção e de instrução — em uma palavra, de tudo o que compõe a riqueza do país —, aí então haveria em nós inépcia e perversidade se exigíssemos o livre mercado.

E por que então, nesse caso, não iríamos querer proteção? Pois bem, senhores, provem-nos que os benefícios que ela dá a uns não são alcançados à custa do sacrifício de outros. Provem-nos que ela fez bem a todo mundo: ao proprietário, ao fazendeiro, ao negociante, ao industrial, ao artesão, ao operário, ao médico, ao advogado, ao funcionário, ao padre, ao escritor, ao artista. Provem-nos isso, e prometemos que cerraremos fileira junto com ela. Por enquanto, apesar do que vocês venham a dizer, ainda não estamos loucos.

E, quanto a mim, para lhes mostrar que não é por capricho e nem por tolice que me engajei nessa luta, vou-lhes contar minha história.

Depois de ter feito muitas leituras, de ter meditado, recolhido numerosas observações, seguido semana após semana as flutuações do mercado de minha cidadezinha, depois de ter mantido com numerosos negociantes uma ativa correspondência, cheguei, por fim, ao conhecimento pleno do fenômeno:

QUANDO A COISA FALTA, O PREÇO SE ELEVA.

Acreditei ter podido tirar disso, sem ser muito ousado, a seguinte consequência:

O PREÇO SE ELEVA QUANDO E PORQUE A COISA FALTA.

Fortificado por essa descoberta, que me valerá no mínimo tanta celebridade quanto a do senhor Proudhon com a famosa fórmula: *A propriedade é roubo*, eu me encarapitei, qual novo Don Quixote, em minha humilde montaria e parti pelos campos.

Apresentei-me inicialmente a um rico proprietário e lhe disse:

— Senhor, faça-me a gentileza de me dizer por que o senhor se prende tanto à medida que, em 1822, a *Câmara do voto duplo* tomou com relação aos cereais?

— Ora, vejamos, a coisa é clara! Porque ela me proporcionou melhor venda para o meu trigo.

— O senhor acha então que, de 1822 a 1847, o preço do trigo foi, em média, mais elevado na França, graças a essa lei, do que seria se ela não tivesse sido editada?

— Claro que sim, pois, do contrário, eu não a apoiaria!

— Mas se o preço do trigo ficou mais caro, foi preciso que houvesse menos trigo na França com essa lei do que sem ela, pois se ela não afetasse a quantidade, não teria afetado o preço.

— Isso é óbvio.

Tirei então de meu bolso um caderno de notas e escrevi o seguinte:

"Pela confissão do proprietário, há 25 anos que essa lei existe e, definitivamente, houve MENOS TRIGO na França do que se a lei não tivesse existido."

Em seguida, dirigi-me a um criador de gado.

— Será que o senhor poderia me esclarecer por que motivo apoia tanto a restrição com relação à entrada de gado estrangeiro no país, feita pela *Câmara do voto duplo?*

— É que, com isso, eu vendo meus bois por um preço mais alto.

— Mas, se o preço fica mais alto por causa dessa restrição, isso é um sinal certo de que houve menos bois vendidos, abatidos e comidos no país, nos últimos 25 anos, do que se não existisse tal restrição?

— Boa pergunta! Nós só votamos a restrição por causa disso.

E eu escrevi logo no meu caderno:

"Pela confissão do criador de gado, há 25 anos que a restrição existe e há MENOS BOIS na França do que se não existisse a restrição."

Daí fui então visitar um ferreiro.

— Será que o senhor poderia me dizer, por gentileza, por que defende tão energicamente a proteção que a *Câmara do voto duplo* concedeu ao ferro?

— Porque, graças a ela, consigo vender meu ferro por um preço melhor.

Mas então, graças a ela também, há menos ferro na França, pois se a quantidade de ferro oferecida fosse igual ou superior, como o preço poderia ser mais elevado?

— É claro como a água da fonte que a quantidade é menor, pois essa lei teve exatamente o objetivo de prevenir contra a *invasão* de ferro no país.

E eu escrevi nos meus papeizinhos:

"Pela confissão do ferreiro, já há 25 anos, graças à proteção, a França vem tendo MENOS FERRO."

Eis que as coisas começam a ficar claras, me disse eu, e corri para a casa de um comerciante de tecidos.

— O senhor me poderia dar uma pequena informação? Faz 25 anos que a *Câmara do voto duplo,* à qual o senhor pertence, votou a exclusão absoluta do comércio do tecido estrangeiro. Quais devem ter sido as razões que a levaram, e ao senhor também, a chegar a isso?

— Será que o senhor não compreende que foi para que eu tirasse melhor partido de meus tecidos e ficasse rico mais depressa?

— Não tenho dúvidas. Mas o senhor está bem certo de que teve sucesso? Está bem seguro de que o preço do tecido tenha ficado, durante esse tempo, mais elevado do que se a lei tivesse sido rejeitada?

— Isso não pode ser motivo de dúvida. Sem a lei, a França teria sido inundada de tecidos e o preço se aviltaria, o que seria uma coisa terrível.

— Eu não estou ainda querendo saber se seria terrível, mas, seja como for, o senhor concorda que a consequência da lei foi a de fazer com que houvesse menos tecidos na França?

— Essa foi não só a consequência como o objetivo da lei.

— Muito bem, disse eu, e escrevi nas minhas notas.-"Pela confissão do comerciante, já há 25 anos que a França vem tendo MENOS TECIDO por causa da proibição."

Seria muito longo e fastidioso continuar buscando detalhes sobre essa curiosa viagem de exploração econômica.

Basta que eu diga que visitei sucessivamente um pastor, um comerciante de lã, um colono, um comerciante de açúcar, um produtor

de sal, um ceramista, um acionista de minas de ferro, um fabricante de máquinas, um de instrumentos de arado e ferramentas, e de todos obtive sempre a mesma resposta. Voltei para casa e fui rever minhas notas, tentando colocá-las em ordem. Não posso fazer coisa melhor do que publicá-las aqui.

"Já há 25 anos, graças às leis impostas ao país pela Câmara do voto duplo, tem havido na França:

menos trigo;
menos carne;
menos lã;
menos hulha;
menos velas;
menos ferro;
menos aço;
menos máquinas;
menos arados;
menos ferramentas;
menos tecidos;
menos fios;
menos sal;
menos açúcar;

e menos de todas as coisas que servem para alimentar, vestir, alojar, mobiliar, aquecer, iluminar e fortalecer os homens."

Por Deus do Céu, exclamei, posto que é assim, A FRANÇA FICOU MENOS RICA!

Em minha alma e na minha consciência, diante de Deus e dos homens, pela memória de meu pai, de minha mãe e de minhas irmãs, por minha salvação eterna, por tudo o que há de mais caro, de mais precioso, de mais sagrado e de mais santo neste mundo e no outro, acreditei que minha conclusão era justa.

E se alguém me provar o contrário, eu não somente deixarei de pensar sobre esse assunto, como deixarei de pensar sobre o que quer que seja, pois em qual raciocínio poderei eu ter confiança, se não puder ter neste do qual estamos tratando?

19 DE DEZEMBRO DE 1847.

— Você se lembra perfeitamente, caro leitor...

— Eu não me lembro de nada.

— Como? Em oito dias somente você conseguiu apagar de sua memória a história dessa memorável pesquisa?

— O senhor acha que vamos ficar pensando nisso durante oito dias? É uma pretensão bem *indiscreta.*

— Vou então recomeçar.

— Seria acrescentar uma indiscrição a outra indiscrição.

— Você está me confundindo. Se quiser que o final da história seja inteligível, é preciso não perder de vista o começo.

— Resuma, então.

— Pois bem! Eu dizia que, ao voltar de minha peregrinação econômica, meu caderno de notas registrava o seguinte: "De acordo com o testemunho de todos os industriais protegidos, a França teve, como consequência das leis restritivas da Câmara do voto duplo, menos trigo, menos carne, menos ferro, menos tecidos, menos fios, menos ferramentas, menos açúcar e menos todas as coisas que o país teria tido sem essas leis".

— Já estou me lembrando. Esses industriais diziam, inclusive, quê tal fato foi não somente o resultado, mas o objetivo das leis da *Câmara do voto duplo.* Essas leis procuraram encarecer os produtos, tornando-os escassos no comércio.

— E foi daí que eu deduzi o seguinte dilema: ou elas não escassearam os produtos, e aí não conseguiram encarecê-los, ou os tornaram raros, e a França ficou menos bem nutrida, vestida, mobiliada, aquecida e açucarada.

Cheio de fé nesse raciocínio, fiz uma segunda sondagem. Apresentei-me a um rico proprietário e lhe pedi para dar uma olhada no meu caderno de notas, o que ele fez um pouco a contragosto.

Quando terminou a leitura, eu lhe disse:

— O senhor está bem certo de que, com relação ao senhor, as excelentes intenções da Câmara do voto duplo alcançaram sucesso?

— Por que não alcançariam sucesso? — retrucou ele. O senhor não sabe que, quanto melhor eu vendo minha colheita, mais rico fico?

— Isso é bastante verdadeiro.

— E o senhor também não compreende que, quanto menos trigo houver no país, mais eu vendo minha colheita?

— Isso é ainda verdade.

— *Ergo...*

— É esse *ergo* que me preocupa, e veja bem de onde vêm minhas dúvidas. Se a Câmara do voto duplo só houvesse estipulado proteção para o senhor, o senhor teria enriquecido às custas dos outros. Mas ela quis que esses outros enriquecessem às suas custas, como se pode constatar através de meu caderno de notas. O senhor está bem seguro de que a balança desses ganhos ilícitos esteja pendendo a seu favor?

— Eu me comprazo em acreditar nisso. A Câmara do voto duplo estava recheada de grandes proprietários, que não colocavam o caráter no lugar de seus próprios interesses.

— Em todo caso, o senhor concorda que, no conjunto dessas medidas restritivas, tudo não é lucro para o senhor e que a sua parte de ganho ilícito está bastante desfalcada pelo ganho ilícito daqueles que lhe vendem ferro, arado, tecido, açúcar etc.

— Isso é óbvio.

— Ademais, eu lhe peço para sopesar atentamente a seguinte ponderação: se a França ficou *menos rica;* como se pode constatar no meu caderno de notas...

— Indiscreto caderno!

— Sim, disse eu, a França ficou menos rica e, consequentemente, seu povo teve de comer menos. Muitos homens que se teriam alimentado de trigo e de carne reduziram-se a viver de batatas e de castanhas. Não seria possível que essa diminuição de consumo e de demanda tenha afetado o preço do trigo no sentido de abaixá-lo, enquanto as leis que os senhores inventaram tentavam afetar esse preço no sentido, de aumentá-lo? E tal circunstância, vindo a se juntar ao tributo que o senhor paga aos ferreiros, aos acionistas das minas, aos fabricantes de tecido etc., não faz virar-se contra o senhor, em definitivo, o resultado da operação?

— Veja bem, o senhor está-me impondo um interrogatório muito *indiscreto.* Eu me beneficio da proteção e isso me basta: e suas sutilezas e generalidades não me farão largar a presa.

Cabisbaixo, montei no meu cavalo e fui até um fabricante de tecido.

— Diga-me, senhor, o que pensaria de um arquiteto que, para elevar uma coluna, colocasse na base o que teria de pôr no alto?

— Eu pediria para ele uma internação no hospital Bicêtre.

— E o que pensaria o senhor de um fabricante que, para aumentar seu débito, arruinasse sua freguesia?

— Eu o enviaria para fazer companhia ao arquiteto.

— Permita-me então pedir-lhe para olhar meu caderno de notas. Ele registra seu testemunho e o de muitos outros, e esses testemunhos nos levam à conclusão de que as leis restritivas emanadas da Câmara do voto duplo, da qual o senhor fazia parte, tornaram a França menos rica do que ela teria sido sem essas leis. Nunca lhe passou pela cabeça que, se o monopólio lhe entrega o consumo do país, ele arruinará os consumidores; e que, se ele lhe assegurar o mercado nacional, o resultado será, em primeiro lugar, a interdição em alta proporção do mercado estrangeiro e a restrição considerável do mercado interno para o senhor, em virtude do empobrecimento de sua freguesia?

— Aí está uma das causas da diminuição de meus lucros, mas o monopólio dos tecidos, por ele só, não pode ter empobrecido minha freguesia ao ponto de minhas perdas ultrapassarem meu lucro.

— Eu lhe peço para considerar que sua clientela não fica pobre só por causa do monopólio de tecido, mas também, como mostra meu caderninho, pelo monopólio do trigo, da carne, do ferro, do aço, do açúcar, do algodão etc.

— Senhor, a sua insistência está-se tornando *indiscreta*. Eu cuido de meus negócios. Que minha freguesia cuide dos dela.

— É o que eu ia lhe aconselhar.

E, pensando que a mesma acolhida me estava reservada junto a cada um dos protegidos que eu viesse a procurar, abandonei a ideia de continuar fazendo minhas visitas. Serei mais feliz, pensei, junto aos *não protegidos*. Eles não fazem as leis, mas a opinião, pois são incomparavelmente mais numerosos. Irei então ver os negociantes, os banqueiros, os corretores, os seguradores, os professores, os padres, os autores, os impressores, os marceneiros, os carpinteiros, os consertadores de canos, os ferreiros, os pedreiros, os alfaiates, os cabeleireiros, os jardineiros, os moleiros, os modistas, os advogados, os procuradores judiciais e, em particular, essa classe numerosa de homens que só têm no mundo os seus próprios braços.

Por coincidência, acabei caindo no meio de um grupo de operários.

— Amigos, lhes disse, eis aqui um precioso caderno de notas. Queiram dar uma olhada. Vejam bem que, segundo o testemunho

dos próprios protegidos, a França ficou menos rica por causa das leis da Câmara do voto duplo do que se essas leis não existissem.

Um operário: — É certo que essa perda recai sobre nós?

— Não sei, retruquei, é o que temos de examinar. É certo que é preciso que ela recaia sobre alguém. Ora, os *protegidos* afirmam que ela não os abala, logo, ela deve recair sobre os *não protegidos.*

Um outro operário: — Essa perda é muito grande?

— Parece-me que ela é enorme para vocês, pois os *protegidos,* sempre confessando que o efeito dessas leis é diminuir o volume de riquezas, afirmam que, embora o volume seja pequeno, eles ficam com a parte maior, donde se conclui que a perda dos *não protegidos* deve ser em dobro.

O operário: — Em quanto o senhor estima que seja?

— Não posso calcular exatamente em quanto, mas posso me servir de números para explicar meu pensamento. Representemos por 1.000 a riqueza que existiria na França sem essas leis, e por 500 a parte que caberia aos protegidos. A parte dos não protegidos seria também 500. Já que se reconhece que as leis restritivas diminuíram o total, poderemos representá-lo por 800. E já que os protegidos afirmam que estão mais ricos do que estariam sem essas leis, eles retiram mais de 500. Admitamos 600. Só lhes restam 200, em vez de 500. Donde se conclui que para vocês ganharem 1, têm de perder 3.

O operário: — Será que esses números são exatos?

— Não os considero como tal. Desejo somente lhes fazer compreender que se, de um todo menor, os protegidos tomam uma parte maior, os não protegidos carregam todo o peso não somente da diminuição total, mas ainda do excedente que os protegidos se atribuem.

O operário: — Se é assim, não aconteceria que a pobreza dos *não protegidos* se reflita sobre os *protegidos!*

— Creio que sim. Estou convencido de que, com o tempo, a perda tende a se repartir por todo mundo. Tentei explicar isso aos *protegidos,* mas não consegui.

Um outro operário: — Embora a proteção não nos seja diretamente concedida, está certo que ela nos chega por tabela.

— Então é preciso modificar todo o nosso raciocínio, partindo sempre desse aspecto fixo e confessado de que a restrição diminui o

total da riqueza nacional. Se, entretanto, a parte de vocês é maior, a dos protegidos é duplamente desfalcada. Nesse caso, por que exigir o direito de sufrágio? Certamente vocês devem deixar que homens tão desinteressados tomem o cuidado de fazer as leis.

Um outro operário: — O senhor é democrata?

— Sou da democracia, se você entender por essa palavra que a cada um deve ser assegurada a propriedade de seu trabalho, e mais: liberdade para todos, igualdade para todos, justiça para todos e paz para todos.

— E como é possível que os líderes do partido democrático estejam contra o senhor?

— Não sei disso.

— Oh! Eles o pintam de uma tal maneira!

— E o que podem eles dizer?

— Dizem que o senhor e seus seguidores são *doutores* e, além disso, que têm razão *em princípio.*

— O que eles querem dizer com isso?

— Entendem simplesmente que os senhores têm razão, que a restrição é injusta e prejudicial, que diminui a riqueza geral, que essa redução de riqueza recai sobre todo mundo e, particularmente, como os senhores dizem, sobre a classe trabalhadora. Dizem que é uma das causas que nos impedem, a nós e a nossas famílias, de aumentar nosso bem-estar, nossa instrução, nossa dignidade e nossa independência. Eles acrescentam que é bom que as coisas sejam assim, que é ótimo que soframos e que nos equivoquemos sobre a causa de nossos sofrimentos. E dizem ainda que o triunfo das doutrinas dos senhores, as quais levam em conta nossa miséria e dissipa nossos preconceitos, afastaria as oportunidades da grande guerra que eles esperam com impaciência.

— Então eles estão do lado da iniquidade, do erro e do sofrimento, os ingredientes necessários para se chegar à grande guerra?

— Eles têm, a respeito desse assunto, posições admiráveis.

— Nesse caso, eu não passo aqui de um *indiscreto,* e me retiro.

Posfácio

Paradoxalmente, não foi na Franca que descobri Bastiat. Eu eslava preparando meu livro *Amanhã, o capitalismo.* Para tanto, fui evidentemente aos Estados Unidos. Um dos primeiros personagens que lá encontrei foi Murray Rothbard, o "papa" dos jovens libertários. A primeira coisa que me disse foi a seguinte: "O senhor é francês? Então o senhor conhece Bastiat!". Como eu lhe respondi negativamente (estávamos em 1976), tive, durante duas horas, direito a uma aula sobre Bastiat.

Dois dias mais tarde, eu me encontrava em Blacksburgh (na Virgínia), a Meca dos "novos economistas" da Escola de Public Choice, recentemente honrada com o prêmio Nobel atribuído a Jim Buchanan. Aí travei contato com uma outra figura do movimento libertário americano, David Friedman, o filho do Milton. A primeira coisa de que ele me falou foi de *A lei.* Como não conhecia esta obra de Bastiat, tive novamente direito a mais uma aula de duas horas.

Textos que não se encontram

De volta à França, procurei as obras de Bastiat. Não as encontrei (na época, o livro de Florin Aftalion apresentando os principais textos de Bastiat não havia ainda sido publicado). Em compensação, consegui achar alguns textos dele na Bélgica. Nesse país, existia um partido que se dizia "libertário". Tratava-se da UDRT (hoje desaparecida). O movimento tinha dois deputados no Parlamento. Por sua vez, o jovem presidente do partido liberal flamengo (trinta anos) era um autêntico libertário. Foi graças a eles que descobri o famoso texto de Bastiat, *A Lei.*[1]

Na época, a França já se preocupava com a possível chegada ao poder da "União da Esquerda", que reunia os socialistas e os comunistas. Todo mundo estava mobilizado para as eleições de 1978. Foi nessa atmosfera de combate ideológico intenso que descobri em *A Lei* um panfleto que, com algumas poucas modificações, teria podido muito bem ser distribuído, sem que ninguém desconfiasse que datava de mais de um século. Além de sua modernidade, o que me impressionava era o caráter extraordinariamente premonitório do texto.

---

[1] N. do T.- Este texto se encontra publicado em português, por iniciativa do Instituto Liberal (BASTIAT, Frédéric A lei. Rio de Janeiro, Instituto Liberal e José Olympio Editora, série "Pensamento Liberal" n 5, 1987). E também pelo Instituto Ludwig von Mises Brasil, disponível online e em versão impressa.

Encontramos em Frédéric Bastiat todos os ingredientes da análise moderna da Public Choice, pedra de toque do "neoliberalismo" econômico contemporâneo. Isto é, a ideia de que, na raiz do socialismo, existe a visão de um estado fundamentalmente transparente, onisciente e imparcial. Ora, não há nenhuma razão para que seja assim.

O estado, já nos explica Bastiat, são homens que têm seus interesses particulares, suas próprias preocupações, e que se dedicam talvez ao bem comum, mas em função da concepção relativa e pessoal que eles têm de bem comum.

O crescimento do estado

A premonição aparece através da análise que Bastiat faz do crescimento do estado. Bastiat nos explica que, a partir do momento em que saímos do estado mínimo e em que o estado se arroga o direito de tomar de Pedro para dar a Paulo, entramos numa engrenagem fatal que só pode nos conduzir a cada vez mais estado, àquilo que um autor francês contemporâneo — Yves Cannac[2] — chamou de "a democracia hegemônica". A partir do momento em que o estado se arroga o direito de intervir na repartição dos bens entre os particulares, as pessoas são naturalmente levadas a investir sempre mais recursos no mercado político, a fim de captarem para seu próprio proveito uma parte crescente do poder de coerção do estado, e evitarem que sejam os outros que tirem vantagens às suas custas. Cada qual se põe a dar mais importância à realização de seus objetivos através da intervenção do estado a seu favor, do que pela busca da cooperação contratual privada. É a engrenagem corporativa da qual os estados previdenciários contemporâneos nos oferecem quotidianamente a ilustração. Eis o que escrevia Bastiat:

Mas, por outro lado, imagine-se que este princípio funesto venha a ser introduzido e que, a pretexto de organização, de regulamentação, de proteção, de encorajamento, a lei possa tirar de uns para dar a outros: a lei possa lançar mão da riqueza adquirida por todas as classes para aumentar a de algumas classes — tais como a dos agricultores, dos manufaturadores, dos negociantes, dos armadores, dos artistas, dos atores. Em tais circunstâncias, cada classe então aspiraria, e com razão, a lançar mão da lei. As classes excluídas reivindicariam furiosamente o direito ao voto e a elegibilidade. E arruinariam a sociedade, em vez de obter o pretendido. Até os mendigos e os vagabundos provariam por si próprios que possuem títulos incontestáveis. Eles

[2] Cf. *O justo poder*, de Yves Cannac publicado pelo Instituto Liberal. Rio de Janeiro, 1989.

diriam: "Não podemos comprar vinho, tabaco, sal, sem pagar imposto. E uma parte desse imposto é dada pela lei — sob a forma de privilégio e subvenção — a homens mais ricos do que nós. Outros usam a lei para aumentar o preço do pão, da carne, do ferro, das roupas. Já que cada um tira da lei o proveito que lhe convém, nós também queremos fazer o mesmo."

Um pouco mais adiante, escreve ainda:

Basta verificar se a lei tira de algumas pessoas aquilo que lhes pertence e dá a outras o que não lhes pertence. É preciso ver se a lei beneficia um cidadão em detrimento dos demais, fazendo o que aquele cidadão não faria sem cometer crime. Deve-se, então, revogar esta lei o mais depressa possível, visto não ser ela somente uma iniquidade, mas fonte fecunda de iniquidade, pois provoca represálias. Se essa lei — que deve ser um caso isolado — não for revogada imediatamente, ela se difundirá, multiplicará e se tornará sistemática. Sem dúvida, aquele que se beneficia com essa lei gritará alto e forte. Invocará os direitos adquiridos. Dirá que o estado deve proteger e encorajar sua indústria particular e alegará que é importante que o estado o enriqueça, porque, sendo rico, gastará mais e poderá pagar maiores salários ao trabalhador pobre. Não se ouça este sofista. A aceitação desses argumentos trará a espoliação legal para dentro de todo o sistema. Nada é mais moderno, nada é mais atual. Encontramos aí todos os argumentos utilizados pelos liberais contemporâneos, principalmente ao denunciarem, na mão invisível do mercado político, um mecanismo que funciona às avessas, conduzindo os indivíduos que dizem querer fazer progredir o interesse geral a favorecerem, na realidade, todo um conjunto de objetivos particulares, sem que isto faça parte de suas intenções.

Bastiat e Hayek

Há um outro elemento de modernidade em Bastiat. É sua convergência com as pesquisas modernas sobre o aspecto "cognitivo" dos mercados e da concorrência.

A teoria econômica ensinada na Universidade nos mostra que o mercado é fundamentalmente um instrumento eficaz de "alocação de recursos". Graças ao professor Hayek, sabemos hoje que a razão de ser do mercado não se limita a esse único aspecto. O mercado, nos diz a teoria econômica "austríaca", é primeiramente e antes de tudo um processo de descoberta, um mecanismo que permite fazer com que surjam informações, conhecimentos, ideias, dos quais não poderíamos dispor se não houvesse troca.

Esta teoria "cognitiva" do mercado é a grande contribuição intelectual de Hayek à ciência econômica contemporânea. Mas já encontramos o princípio disso intuído por Bastiat, sobretudo em seu artigo "Justiça e fraternidade".

O paralelismo entre os dois pensamentos para, contudo, aí. Uma grande diferença os separa. Esta diferença diz respeito à sua filosofia da propriedade.

Ambos são liberais. Consideram, com razão, que liberdade e propriedade caminham necessariamente a par, como as duas faces de uma moeda. Não poderia haver liberdade se as pessoas não fossem "proprietárias" dos frutos de seu trabalho.

Mas Hayek tem primeiramente e antes de tudo uma abordagem "positivista". Seu ponto de partida é o de um antropólogo que se pergunta: "Por que a liberdade?". Ou, mais exatamente: por quais razões a ideia de liberdade veio aos homens? Sua resposta está ligada às virtudes "cognitivas" dos mecanismos sociais baseados na liberdade. Sua explicação tem um caráter que permanece fundamentalmente "utilitarista", apoiado em uma análise dos "custos" e "vantagens" relativas dos diferentes sistemas de organização social.

Em Bastiat, a propriedade é um "direito natural" ligado à "natureza do homem". É o tema que ele desenvolve em *A Lei*, onde lembra que existem duas grandes filosofias da propriedade. Para o "economista" (dir-se-ia hoje "o liberal"), a propriedade é um fato providencial como as pessoas, e é anterior à lei. Para os "socialistas", é a lei que faz a propriedade. A ideia de que a propriedade é uma criação da lei, Bastiat opõe a anterioridade da propriedade vista como um "direito natural" da pessoa. A justificativa para a propriedade não é de ordem "militarista" ("econômica", diriam alguns), mas tem base numa reflexão ética, normativa da propriedade, que se apoia sobre a crença profunda de Bastiat na existência de uma ordem "transcendente".

A ÉTICA DA LIBERDADE

Para além dos 138 anos que passaram depois de sua morte, o pensamento de Bastiat alcança a extraordinária explosão filosófica que, nos dias de hoje, redescobre os temas do "direito natural".

A justificativa da economia liberal pela eficácia não basta por si só. Não se pode unicamente defender o capitalismo e a economia de mercado por um simples argumento de eficácia. Com efeito, não há eficácia senão em relação a uma finalidade e, inversamente ao que

frequentemente se supõe, nós não somos necessariamente mais objetivos porque nos refugiamos atrás de preocupações de eficácia. No fundo, há sempre um julgamento de valor, uma hierarquia implícita. Para Hayek, o valor implícito está no fato de o mercado ter permitido a um grande número de indivíduos sobreviver, o que não teria sido possível se o mercado não tivesse trazido para a humanidade seus benefícios. Os libertários estimam que é preciso completar este argumento de eficácia por uma justificativa baseada nas noções de bem e de, mal, de justo e de injusto.

É nessa fonte que mergulha o renascimento da filosofia dos direitos esboçada pela publicação do famoso livro de Robert Nozick, *Anarchy, State and Utopia*. É a esta corrente que se ligava já o pensamento de Bastiat. O desenvolvimento das correntes filosóficas libertárias é, a mais de um século de distância, a desforra póstuma dos "economistas" franceses do século XIX.

Henri LEPAGE Junho de 1989